

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS: UFGD
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA: PPGG

ALEXANDRE HONIG GONÇALVES

**MOVIMENTOS SOCIAIS E REDES DOS TRABALHADORES CATADORES DE
MATERIAIS RECICLÁVEIS NO BRASIL E NA ARGENTINA: UM ESTUDO
COMPARADO.**

TESE DE DOUTORADO EM GEOGRAFIA

DOURADOS, MATO GROSSO DO SUL, BRASIL.
2019

ALEXANDRE HONIG GONÇALVES

**MOVIMENTOS SOCIAIS E REDES DOS TRABALHADORES CATADORES DE
MATERIAIS RECICLÁVEIS NO BRASIL E NA ARGENTINA: UM ESTUDO
COMPARADO.**

TESE DE DOUTORADO SUBMETIDA AO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA
GRANDE DOURADOS: UFGD, COMO PARTE
DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO
DO GRAU DE DOUTOR EM GEOGRAFIA, NA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DE: POLÍTICAS
PÚBLICAS, DINÂMICAS PRODUTIVAS E DA
NATUREZA.

ORIENTADOR: DR. GUILLERMO ALFREDO JOHNSON

AGÊNCIA FINANCIADORA: FUNDECT MS

**DOURADOS, MATO GROSSO DO SUL, BRASIL.
2019**

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA E CATALOGAÇÃO

GONÇALVES, A. H. **Movimentos sociais e redes dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis no Brasil e na Argentina: um estudo comparado.** Dourados/MS. Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019, p. 206. Tese de Doutorado.

Documento formal, autorizando a reprodução desta tese de doutorado para empréstimo ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos, foi passado pelo autor à Universidade Federal da Grande Dourados e, encontra-se arquivado na Secretaria do Programa. O autor reserva para si os outros direitos autorais de publicação. Nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem a anuência do autor. Citações são estimuladas, desde que citadas à fonte.

Texto fixado conforme as regras do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (Decreto Legislativo nº 54, De 1995).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

G635m Gonçalves, Alexandre Honig
Movimentos sociais e redes dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis no Brasil e na Argentina. : um estudo comparado [recurso eletrônico] / Alexandre Honig Gonçalves. -- 2019.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Guillermo Alfredo Johnson.
Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Movimentos sociais. 2. trabalhadores catadores de materiais recicláveis. 3. resíduos sólidos urbanos. 4. Brasil. 5. Argentina. I. Johnson, Guillermo Alfredo. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

ALEXANDRE HONIG GONÇALVES

**MOVIMENTOS SOCIAIS E REDES DOS TRABALHADORES CATADORES DE
MATERIAIS RECICLÁVEIS NO BRASIL E NA ARGENTINA: UM ESTUDO
COMPARADO.**

APROVADA POR:

**DR. GUILLERMO ALFREDO JOHNSON (UFGD).
(ORIENTADOR)**

DR. ANDRÉ GERALDO BEREZUK (UFGD).

DRA. FLAVIANA GASPAROTTI NUNES (UFGD).

DR. MARCELINO DE ANDRADE GONÇALVES (UFMS).

DR. MARCELO DOMINGOS SAMPAIO CARNEIRO (UFMA)

**DOURADOS, MATO GROSSO DO SUL, BRASIL.
20 DE AGOSTO DE 2019.**

DEDICATÓRIA

À Deus, por me permitir viver uma vida tão boa, repleta de amor, alegria, conquistas e prosperidade;

À minha querida e linda esposa, Lia Moretti, por compartilhar sua vida comigo, fazendo com que cada dia seja ainda mais especial e feliz. Te amo muito *LOVE*, você é a luz da minha vida!

Ao meu filho, Jorge Gonçalves, que traz-nos muitas alegrias com seu sorriso e carisma e, garante-nos que a vida sempre continua. PAPAI te ama muito filho!

Aos meus pais, Italivio e Manoela, que fizeram de mim um bom homem;

Aos meus sogros, Jorge e Elizabeth, grandes incentivadores desta longa jornada.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Dr. Guillermo Alfredo Johnson, que muito me auxiliou na condução do projeto de pesquisa e na confecção desta Tese;

Ao Professor Dr. Santiago Sorroche, da Faculdade de Filosofia e Letras, da Universidade de Buenos Aires e, membro da FACCyR, ambos na Argentina;

À Professora Dra Lorena Soler, do Instituto de Estudos da América Latina e Caribe, da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade de Buenos Aires, na Argentina;

Aos meus professores do Programa de Doutorado da Universidade Federal da Grande Dourados, que gentilmente me concederam a oportunidade de ouvir seus argumentos para que eu pudesse aprender a pensar e refletir adequadamente e, para que pudesse utilizar de modo pertinente os métodos e técnicas da ciência para o desenvolvimento desta pesquisa;

Ao Professor Dr. Marcelino de Andrade Gonçalves e ao Professor Dr. André Geraldo Berezuk, pelas contribuições ao trabalho e pela presença desde a fase de qualificação desta Tese. Otimizando-a em sua estrutura, compreensão e resultados alcançados.

Ao meu amigo: Dr. Fabiano Greter Moreira que esteve ao meu lado, percorrendo longos e árduos caminhos entre Nova Andradina e Dourados;

À Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul: FUNDECT MS, pelo apoio financeiro concedido para o desenvolvimento desta pesquisa;

A todas as pessoas que estiveram ao meu lado neste período, me ajudando, direta ou indiretamente, a tornarem possíveis os objetivos deste estudo e, também, os meus objetivos pessoais;

Ao leitor desta tese, pelo seu interesse nesta pesquisa, seus argumentos e resultados. E por concordar conosco que o tema é fascinante e diz muito a respeito de nosso tempo presente;

Muito obrigado a todos!

***Não há fronteiras para os que exploram.
Não deve haver para os que lutam!***

GlobalRec.

SIGLAS E ABREVIATURAS

FACCyR	<i>Federación Argentina de Cartoneros, Carreros y Recicladores</i>
CLACSO	Conselho Latino Americano de Ciências Sociais
CTEP	Confederação de Trabalhadores da Economia Popular
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICE	Indicadores de Clima Econômico
IE	Índice de Expectativas
INDEC	<i>Instituto Nacional de Estadística y Censos de la República Argentina</i>
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISA	Índice de Satisfação com a Situação Atual
IVS	Índices de Vulnerabilidade Social
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas

FOTOGRAFIAS

Fotografia 1:	113
Fotografia 2:	127
Fotografia 3:	127

SUMÁRIO

SIGLAS E ABREVIATURAS	8
FOTOGRAFIAS	9
RESUMO.....	11
ABSTRACT.....	12
RESUMEN	13
INTRODUÇÃO	14
1. SUSTENTAÇÃO ARGUMENTATIVA	32
1.1 CONJUNTURA: CENÁRIO INTERNACIONAL, BRASIL E ARGENTINA	32
1.2 MOVIMENTOS SOCIAIS E REDES	72
1.3 RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS: DELIMITAÇÃO CONCEITUAL.....	96
2. ESTUDOS DE CASOS MÚLTIPLOS	102
2.1 ALIANÇA GLOBAL DE CATADORES E REDE LATINO-AMERICANA E DO CARIBE DE RECICLADORES	102
2.2 MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: MNCR (BRASIL)	110
2.3 ESTUDO DE CASO: FEDERACIÓN ARGENTINA DE CARTONEROS, CARREROS Y RECICLADORES: FACCyR (ARGENTINA).....	125
3. ESTUDO COMPARADO: MNCR-FACCyR.....	139
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	173
ANEXO A.....	198
ANEXO B.....	200
ANEXO C.....	202

RESUMO

GONÇALVES, A. H. **Movimentos sociais e redes dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis no Brasil e na Argentina: um estudo comparado.** Dourados/MS. Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019, p. 206. Tese de Doutorado.

A partir de uma perspectiva geográfica e por meio da atuação em redes transacionais dos movimentos sociais examinados compreendemos que estes são capazes de traçar e destacar a convergência transnacional de suas práticas, as horizontalidades, sociabilidades e territorialidades construídas, a partir do espaço socialmente produzido em prol de seus objetivos comuns. Desta feita, o objetivo geral desta Tese é verificar a situação dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis no Brasil (BR) e na Argentina (ARG) a partir da atuação de seus movimentos sociais nacionais já instituídos e suas redes transnacionais. O método de pesquisa e interpretação de resultados é o dedutivo, as técnicas são o estudo de casos múltiplos (*cross-case*) e o estudo comparado. A sustentação argumentativa para tanto se dá por meio da descrição e discussão acerca da conjuntura e do cenário social, político e econômico de Brasil e Argentina; sobre os conceitos relativos aos movimentos sociais e suas redes características e; a propósito dos resíduos sólidos urbanos. Ainda, esta Tese traz consigo três estudos de caso, sobre a Aliança Global de Catadores e Rede Latino-americana e do Caribe de Recicladores; o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e a *Federación Argentina de Cartoneros, Carreros y Recicladores*. Adiante, há um estudo comparado entre as atuações de MNCR e FACCyR. Em última instância as considerações finais, trazem apontamentos acerca dos pontos já indicados, para além da síntese dos fatos e objetivos; implicações da pesquisa; sugestão para novas pesquisas; conclusão.

Palavras-chave: América Latina; Resíduos Sólidos Urbanos; Brasil-Argentina; Geografia; Relações Internacionais.

ABSTRACT

GONÇALVES, A. H. **Social movements and networks of workers collecting recyclable materials in Brazil and Argentina: a comparative study.** Dourados/MS. Geography Postgraduate Studies Program. Federal University of Grande Dourados, 2019, p 206. Doctoral Thesis.

The goal of this thesis is to verify the situation of recyclable material pickers in Brazil (BR) and Argentina (ARG), based on the actions of their national social movements and their transnational networks. The method of research and interpretation of results is the deductive, the techniques are the study of multiple cases (cross-case) and the comparative study. The argumentative support for this occurs through the description and discussion about the conjuncture and the social, political and economic scenario of Brazil and Argentina; on the concepts related to social movements and their characteristic networks; concerning solid urban waste. Still, this thesis brings with it three case studies, on the Global Alliance of Waste Pickers and the Latin American and Caribbean Network of Recyclers; the National Movement of Collectors of Recyclable Materials and the Argentine Federation of Cartoneros, Carreros and Recyclers. Next, there is a comparative study between the MNCR and FACCyR performances. Ultimately, the final considerations bring notes about the points already mentioned, beyond the synthesis of facts and objectives; research implications; suggestion for further research; conclusion and; last minute notes Finally, from the geographic perspective and through the interaction in the transactional networks of the social movements examined, we understand that they are able to trace and highlight the transnational convergence of their practices, the horizontalities, sociabilities and territorialities constructed, from the socially produced space for their common goals.

Keywords: Latin America; Urban Solid Waste; Brazil-Argentin; Geography; International Relations.

RESUMEN

GONÇALVES, A. H. **Movimientos sociales y redes de trabajadores cartoneros y recicladores de materiales reciclables en Brasil y Argentina: un estudio comparativo.** Dourados/MS. Programa de Posgrado en Geografía. Universidad Federal de Grande Dourados, 2019, p 206. Tesis de Doctorado.

El objetivo general de esta Tesis es verificar la situación de los trabajadores recolectores de materiales reciclables en Brasil (BR) y Argentina (ARG) a partir de la actuación de sus movimientos sociales nacionales ya instituidos y sus redes transnacionales. El método de investigación e interpretación de resultados es el deductivo, las técnicas son el estudio de casos múltiples (cross-case) y el estudio comparado. La sustentación argumentativa para tanto se da por medio de la descripción y discusión acerca de la coyuntura y del escenario social, político y económico de Brasil y Argentina; sobre los conceptos relativos a los movimientos sociales y sus redes características y; a propósito de los residuos sólidos urbanos. Además, esta Tesis trae consigo tres estudios de caso, sobre la Alianza Global de Catadores y Red Latinoamericana y del Caribe de Recicladores; el Movimiento Nacional de los Catadores de Materiales Reciclables y la Federación Argentina de Cartoneros, Carreros y Recicladores. En adelante, hay un estudio comparado entre las actuaciones de MNCR y FACCyR. En última instancia las consideraciones finales, traen apuntes acerca de los puntos ya indicados, además de la síntesis de los hechos y objetivos; implicaciones de la investigación; sugerencia para nuevas investigaciones; conclusión; notas de última hora. Por último, a partir de la perspectiva geográfica y por medio de la actuación en redes transaccionales de los movimientos sociales examinados comprendemos que estos son capaces de trazar y destacar la convergencia transnacional de sus prácticas, las horizontalidades, sociabilidades y territorialidades construidas, a partir del espacio socialmente producido en favor de sus objetivos comunes.

Palabras-clave: América Latina; Residuos Sólidos Urbanos; Brasil-Argentina; Geografía; Relaciones Internacionales.

INTRODUÇÃO

A priori, para compreender as questões relacionadas aos trabalhadores catadores de materiais recicláveis, como movimento social instituído no Brasil e na Argentina e suas redes, devemos caracterizar um estudo comparado acerca destes elementos. Para tanto, torna-se necessário edificar um panorama contextualizado, contemporâneo, acerca destes movimentos sociais a partir de um aspecto mais geral, com a finalidade de observá-los adequadamente enquanto objeto de estudo e análise.

Por conseguinte, abordamos os temas que orbitam essa realidade, buscando argumentos que nos levem a um entendimento que siga para além dos pontos fortes e fracos, potencialidades e debilidades enquanto movimento social, frente aos cenários sociais, políticos, econômicos e culturais que os cercam e que estes são partícipes.

Desta feita, a partir dos levantamentos, argumentos e constatações, decidiu-se pela **pergunta de pesquisa** que norteou os esforços dessa investigação. Qual é a situação dos movimentos sociais nacionais já instituídos e suas redes dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis no Brasil (BR) e na Argentina (ARG)?

Assim sendo, a partir do incremento dos procedimentos metodológicos pertinentes, o **objetivo geral** desta Tese é verificar a situação movimentos sociais nacionais já instituídos e suas redes dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis no Brasil (BR) e na Argentina (ARG).

Para tanto, buscou-se constituir este juízo por meio dos seguintes **objetivos específicos**: (a) identificar as formas de vinculação características entre os movimentos sociais dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis (BR-ARG) entre si e, com outros atores institucionais do cenário, tais como: governos, instituições privadas, organizações não governamentais, organizações internacionais e outros movimentos sociais; (b) verificar como as políticas públicas dos Estados específicos e do MERCOSUL implicam na atuação dos movimentos sociais dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis (BR-ARG); (c) analisar as correlações entre o cenário geral da política e da economia (local e internacional)

nos Estados e os desdobramentos sobre a atuação dos movimentos sociais dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis (BR-ARG).

Nesse sentido, para se apresentar esta proposta, a Introdução está segmentada em três blocos com finalidades distintas, mas que em sinergia conformam um importante cenário geral e ponto de partida à compreensão da pesquisa que se segue.

A saber, o primeiro bloco de texto diz respeito ao contexto geral acerca dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis e seus movimentos sociais já instituídos. A segunda parte versa sobre o método, as técnicas e os procedimentos de pesquisa utilizados ao longo deste estudo. Já a terceira peça traz consigo as informações concernentes à lógica e organização do próprio trabalho.

Desta feita, cabe destacar que, a **contextualização** que se segue, se assemelha muito com o caso brasileiro especificamente e, as referências por vezes, corroboram com esta ideia. Entretanto, este é um fenômeno mundial e, é a partir desse aspecto geral que construímos este trabalho, uma vez que este contexto é reflexo direto das formas e conteúdos relacionados ao capitalismo e as dinâmicas de consumo e, mais nomeadamente, em como se manifestam objetivamente estas contradições nas cidades e implicam os atores sociais agregados às dinâmicas e contradições associadas a estas.

Por conseguinte, pode-se destacar que os problemas ambientais decorrentes da falta ou da inadequada gestão dos resíduos sólidos e dos resíduos sólidos urbanos (RSU) têm, mundo afora, se asseverados de maneira importante colocando em risco ecossistemas específicos, o meio ambiente global e, por conseguinte, as coletividades humanas.

Este tema era um elemento constante nas agendas da academia, da política e da mídia, uma vez que os infortúnios relativos à inobservância ao tópico são persistentes e impertinentes, possuindo potencial para alcançar e alterar a dinâmica social e econômica “normal” de uma determinada população. Todavia, atualmente, este e outros temas têm sido secundarizados por conta das preocupações relativas às diversas crises que acometem as questões políticas e econômicas dos Estados e dos mercados como um todo. Entretanto, ainda que com esse contexto atribulado, os trabalhadores e trabalhadoras catadores de materiais recicláveis têm realizado um grande serviço de utilidade pública às cidades e suas populações, uma vez que

estes atuam diretamente e ininterruptamente na coleta de materiais para reciclagem que, caso prosseguissem ao descarte, ocupariam ainda mais espaço em aterros sanitários e lixões, diminuindo sua vida útil (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013).

Do ponto de vista acadêmico o mote da gestão de resíduos sólidos urbanos e a questão dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis associados a este íterim vêm sendo explorados e pesquisados por meio de diversos prismas metodológicos, convertendo-se em um importante objeto de estudo a várias áreas do conhecimento e da ciência. Porém, ainda há uma assimetria com relação aos conhecimentos gerados em função deste fenômeno e a aplicação destes de forma efetiva, seja na seara técnica, política ou social (DIAS, 2016).

Sobre a desmedida geração de RSU, Rodrigues (1998), já destacava que este processo se estabelece, uma vez que tem havido, ao longo do tempo histórico pretérito, uma desmedida apropriação e transformação da natureza, exibindo de modo simbólico e pragmático as ações de produção e consumo que se retroalimentam, invariavelmente, gerando resíduos ao longo desta ordem e, RSU.

Desta feita, frente a este cenário, o ofício realizado pelos trabalhadores catadores de materiais recicláveis, consiste em catar, separar, transportar, acondicionar e, em algumas situações, pré-beneficiar os RSU com algum valor e preço no mercado de recicláveis, para que estes sejam reinseridos nos processos produtivos por meio da reutilização, transformação ou recuperação de seu potencial. Há de se considerar que estas ações trazem consigo benefícios positivos à natureza, a sociedade e ao mercado como um todo (MAGALHÃES, 2012).

Entretanto, o segmento social dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis pode ser compreendido como sendo um grupo subalterno e marginalizado que passou a integrar a paisagem urbana das cidades, das pequenas às metrópoles, sendo considerados como um fenômeno social que tem acompanhando coetaneamente, ao longo do tempo histórico todo o processo de urbanização das cidades ao redor do planeta. Isto ocorre, uma vez que as urbes são, por excelência, o espaço construído em que a configuração territorial é agregada à social, de modo indissociável. Portanto, é no espaço urbano que se constituem os sujeitos que se apropriam da natureza para edificação de saberes e práticas, inclusive as produtivas e as de consumo que invariavelmente geram RSU.

Evidente que o debate acerca dos RSU extrapola em muito os limites das cidades e, compreendem a própria forma de como as sociedades se relacionam com a natureza. Todavia, são nestas que se expressam os problemas decorrentes deste cenário, influenciando negativamente o transcorrer da vida pública e privada, os espaços comuns e individuais, que se expressam na cotidianidade dos cidadãos e nas suas diferentes maneiras de produzir e apropriarem-se do espaço urbano (RODRIGUES, 1998).

Nesse sentido, o universo de trabalhadores que se reconhecem como sendo catadores de materiais recicláveis possui relações de trabalho fortemente marcadas pela informalidade, com baixa escolaridade, baixa cobertura previdenciária e acesso a rede de serviços assistenciais públicos, residentes em áreas urbanas com graves deficiências de infraestrutura domiciliar e segurança pública (SILVA; GOES e ALVAREZ, 2013).

Assim sendo, homens, mulheres e crianças inseridos nesta atividade laboral estão sujeitos a condições de vida e trabalho precárias e árduas, fatos que lhes consomem intensamente seus corpos e por fim, a própria vida (KRAH, 2015).

Harvey (2018) indica que esta desvalorização que atinge o trabalhador de forma geral, no mundo todo, afeta seu significado de portador da mercadoria força de trabalho, uma vez que os salários ou ganhos caem sistematicamente, declinam a saúde e o bem-estar deste sujeito, mesmo quando estes trabalhadores mantêm suas habilidades e capacidades de trabalho. Quando esta situação se mantém por longo período de tempo, a desvalorização da força de trabalho e a depreciação do seu valor podem levar a destruição física da classe trabalhadora como um todo.

Mais especificamente, com relação aos trabalhadores catadores de materiais recicláveis, há de se destacar que, de modo geral, este grupo é constituído por indivíduos que encontram nessa atividade laboral sua única alternativa possível para realizar seu propósito de subsistência por meio do trabalho como atividade econômica possível, dadas as restrições sociais, políticas, econômicas e estruturais que lhes são infringidas pela sociedade. A existência destes sujeitos mundo afora é um indicador objetivamente verificável da vulnerabilidade social a que um indivíduo pode estar exposto. Fato causado por meio de ações inadequadas ou inações do poder público e da sociedade, mesmo que o trabalho destes traga consigo

importantes contribuições à sustentabilidade do espaço urbano e à economia de modo geral (GONÇALVES, 2006).

Estes trabalhadores catadores deveriam ser considerados agentes econômicos relevantes, uma vez que provêm às empresas formais materiais a serem reciclados, com baixo custo e, por conseguinte, auferindo bons níveis de lucratividades para as cadeias produtivas associadas e, ainda, contribuindo positivamente para o sistema de gestão público de RSU nas cidades (DIAS, 2016). Todavia, não são considerados como tal.

Desta feita, outra característica associada a esta atividade laboral é que, historicamente, tem se realizado por meio de relações informais. Não permitindo que os trabalhadores catadores tivessem acesso aos parcos direitos trabalhistas existentes. E com a reforma trabalhista do Brasil (Lei Nº 13.467 de 2017), aprovada pelo governo do Presidente Michel Temer, agora estes trabalhadores não possuem acesso a nenhuma proteção social por parte do Estado. Pois, quase não há mesmo o que acessar. Esta situação muito é drástica, já que estes trabalhadores estão submetidos, ao longo de suas jornadas de trabalho, a inúmeros riscos a sua integridade física, ficando totalmente desguarnecidos de amparo do Estado no caso de acidentes ou doenças que os impossibilite de trabalhar, de sustentar a si e as suas famílias.

E, como se não bastasse esta dura realidade de precariedade do exercício laboral, estes atores sociais ainda sofrem com preconceitos relativos à natureza de suas atividades. Por trabalharem com o que a sociedade chama de “lixo”, lhes são canalizados um ódio de classe que se dirige somente aos trabalhadores catadores, desconsiderando a responsabilidade pretérita e efetiva dos produtores, dos consumidores e dos Estados, que geraram e descartaram estes resíduos sólidos e RSU inadequadamente, transformando-o em um problema socioambiental. Mas, parece que este problema só existe por causa da ação e existência dos catadores. Portanto, são considerados como sendo um problema e, não, parte da solução deste.

Assim sendo, estes trabalhadores catadores enfrentam uma situação paradoxal. Enquanto são considerados os responsáveis pela recuperação dos RSU como mercadoria de interesse para iniciativa privada, sendo alçados em discursos à condição de importantes agentes ambientais e econômicos, paralelamente, são

completamente marginalizados e hostilizados pelas sociedades e Estados, sendo relegados a espaços geográficos suburbanos e, ainda, excluídos do mercado de consumo e da dinâmica das relações sociais (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013).

A sanha por lucros à custa da exploração da natureza e do trabalho dos catadores de materiais recicláveis se reproduz incessantemente por meio de práticas segregacionista, hipócritas e preconceituosas. Portanto, este é mais um exemplo em que se recicla a luta de classes, tão propalada como sido superada em nossa sociedade contemporânea (ALVAREZ, 2013).

Nesse sentido, Mészáros (2009), destaca e adverte que esta excessiva valorização do capital que atrela produção e consumo à degradação do trabalho e da natureza fundamenta consequências destrutivas, que se intensificam devido ao inerente distanciamento da produção voltada às necessidades sociais distintas daquelas dominantes, que estão exclusivamente voltadas à desmedida reprodução do capital e, do valor do consumo pelo consumo, encobrindo e ludibriando com os artifícios do consumo e do luxo as possibilidades de que as sociedades alcancem o equilíbrio entre seus fatores produtivos, diminuindo a vida útil e subutilizando em alta velocidade até mesmo bens duráveis, fortalecendo e alavancando a taxa de utilização decrescente dos produtos. Desta feita, estas contradições entre o capital, a natureza e o trabalho evidenciam a exaustão do modelo de organização da produção que, nesse sentido, destaca a submissão das necessidades humanas ao poder alienante da expansão do próprio capital, que desumaniza o trabalho, transformando-o em mercadoria barata e explora intensamente o meio ambiente, fomentando, dia após dia, o colapso do próprio sistema capitalista, tal qual se compreende e vivencia atualmente.

Neste contexto, é pertinente citar Harvey (2018), que a partir de seus estudos e reflexões sobre Marx (2017), pode nos indicar que no interior do sistema capitalista, todos os métodos para se alavancar a força produtiva social do trabalho se aplicam em função da exploração do trabalhador, enquanto indivíduo mesmo. Uma vez que todos os meios para se ampliarem a produção e a lucratividade decorrente desta, automaticamente convergem para uma situação de dominação por parte do produtor capitalista. Este trabalhador é multilado (simbolicamente e, por vezes, fisicamente), transformando-o em um ser parcial, degradado ao ponto de ser considerado apenas um mero apêndice da máquina que opera. Desta forma,

aniquilam o conteúdo de seu trabalho, transformando-o em um suplício, alienam o trabalhador até mesmo em escala espiritual, induzindo-o a desejar esta condição desumana. Transformam o tempo de vida do trabalhador, em tempo de trabalho, arrastam sua família sob a opressão do capital.

Segue-se que na mesma medida em que o capital é acumulado, a situação do trabalhador, com salários altos ou baixos, piora. A própria dinâmica deste capitalismo ocasiona uma acumulação de miséria da mesma magnitude da acumulação de capital. Portanto, onde há riqueza e luxo, no polo oposto, há escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral do sujeito trabalhador e da classe trabalhadora (HARVEY, 2018).

Ainda segundo Harvey (2018), se o trabalho vivo é fonte de valor e lucro, substituí-lo por trabalho morto ou robotizado não faz sentido político ou econômico. Esta é uma contradição central do capitalismo, que mina sua própria capacidade de se manter em trajetória de crescimento equilibrado ao longo do tempo.

Ainda segundo Mészáros (2002), o poder e o discurso sedutores do capital desqualificam e anulam ostensivamente os questionamentos acerca das condições sob as quais tais “avanços e progressos” são obtidos, obscurecendo suas implicações danosas, uma vez que estas têm se apresentado como sendo o padrão e a base das ações das sociedades e Estados capitalistas contemporâneos. Destarte, mais especificamente, o atual modelo de organização para produção e consumo mundial induz de modo acelerado e crescente a geração de resíduos de todo tipo e, com a busca pela elevação nas taxas de crescimento e desenvolvimento econômico a tendência é o agravamento dos problemas socioambientais associados negativamente a esta situação não apenas em escala local, mas, mundial.

Harvey (2018) nos indica que na medida em que o capital está perpétua e necessariamente envolvido na construção e reconstrução de vontades e desejos, ele cria uma ponte vital entre o indivíduo e o mercado capitalista. Nesse sentido, os capitalistas propõem-se a mudar constantemente os rumos da economia em seu benefício próprio e, para tanto, lançam mão de estratégias que buscam mudar a alma do sujeito consumidor e daquele trabalhador e, nessa função têm obtido êxito, visto como é senso comum que “não há alternativas”.

Mesmo havendo uma evidente contradição entre a crescente produção, o consumo e sua correlação com o aumento da exclusão social e dos impactos sociais

decorrentes, o fato é que existe um aparato ideológico, político, econômico e midiático que sustentam fortemente a atual forma do sistema produtor de mercadorias. O que nos deixa claro que para o sistema do capital não importa nada além de sua própria reprodução ampliada, sendo totalmente indiferente ao aproveitamento e ao destino das coisas produzidas e das pessoas envolvidas ao longo das cadeias produtivas e de consumo (GONÇALVES, 2006).

Adicionalmente aos elementos sociais, ambientais e políticos citados, existe outro ponto importante a ser considerado neste cenário, a questão econômica vinculada aos serviços de gestão de RSU concedidos pelos Estados à iniciativa privada e, os impactos que isso gera ao meio ambiente e a coletividade. Sendo esta prática de gestão considerada a “padrão”, compreende-se que os erros, desacertos, inadequações e ineficiências técnicas relacionadas ao tema, estão vinculados diretamente a este exercício, o que deveria ser considerada uma afronta aos cidadãos, uma vez que este processo de “gestão” dos RSU vem sendo reduzido à realização do transporte dos RSU da frente das casas e, direcionados a um lixão, sem tratamento algum, colocando em risco o meio ambiente local e o global e, por conseguinte os seres humanos vivos que, inclusive, têm custeado compulsoriamente este quadro, sem obter o serviço adequado e seus resultados esperados.

Deste modo, atendendo somente aos interesses das organizações que lucram, com este processo, sem ofertar efetivamente muito em troca. E, esta é uma situação generalizada (WIEGO, 2013; ONYANTA, 2012).

Desta feita, muitas inovações são concebidas, inclusive, para desempoderar o trabalhador tanto no mercado, quanto no processo de trabalho. Tecnologias que substituem a mão de obra são uma arma crucial na luta de classes. Uma vez que o capital, de maneira aberta e tendencial, proclama e maneja a maquinaria como potencia hostil ao trabalhador e, esta situação se converte na arma mais poderosa para a repressão das periódicas revoltas, greves e manifestações contra a autocracia do capital (HARVEY, 2018).

Em contrapartida, os trabalhadores catadores, mesmo diante de todas as adversidades enfrentadas, vêm buscando se organizar em movimentos sociais, cooperativas, associações e redes, com o objetivo de alcançar maior visibilidade junto aos Estados, a iniciativa privada e a sociedade, reforçando sua identidade, sua

importância, simbólica e pragmática, inclusive, galgando algum poder de negociação junto aos demais atores institucionais que os cercam. Há de se notar que o desenvolvimento deste cenário não é homogêneo ao longo do tempo histórico ou, dos lugares em que este fenômeno se manifesta, nem é um quadro estático, uma vez que ganha o contorno da dinâmica social e política que o envolve.

Sobre este mote cabe destacar que Dias (2016), nos indica, que desde o Século XIX, nos países mais desenvolvidos economicamente, a coleta e tratamento dos RSU ficou a cargo dos Estados, sendo que esta tarefa fora compreendida como sendo estratégica ao fomento das atividades produtivas e, esteio ao equilíbrio socioambiental destes países, mesmo que de forma burocrática e com debilidades em sua aplicação.

Há de se destacar que na Europa, a gestão dos RSU faz parte efetiva do processo de planejamento urbano, em que diversas legislações possuem como elemento basal o princípio de minimização dos impactos negativos destes RSU na saúde pública e no meio ambiente, sendo estabelecidas regras para se tornar a valorização e a eliminação destes o mais sustentável possível. Adicionalmente, sobre este exemplo, é possível indicar que todas as etapas de um sistema de gestão de RSU devem ser integradas, não apenas entre si, mas, sobretudo, com a estrutura urbana em que estão inseridas (MANARINO; FERREIRA; GANDOLLA, 2016).

Diferente do exemplo supracitado, nos países em fase de desenvolvimento, os governos prosseguem seus mandatos, sistematicamente negligenciando este assunto, gerando e possibilitando a ocorrência de desequilíbrios ambientais importantes e, por vezes, irreversíveis, que afetam tanto a população e os ecossistemas locais, quanto o meio ambiente global.

No Brasil, por exemplo, mesmo diante das disposições legais e orientações para que se priorizem ações de reaproveitamento e reciclagem, os RSU descartados no País, quase que em sua totalidade, prossegue às unidades de disposição final. A ABRELPE (2017) indica que mesmo o cenário da gestão de RSU permanece estagnado, com um viés negativo nos seus principais índices e componentes.

Inclusive, as disposições elencadas na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) do Brasil ainda carecem de aplicação prática e efetividade em todas as regiões do País. Entretanto, a ausência de recursos para custear as mudanças previstas em Lei tem perpetuado um considerável e crescente déficit neste processo

e, tem sido a tônica dos governos atuais em relação a esta situação (ABRELPE, 2017).

Entretanto, existem mudanças em curso com relação à forma pela qual os catadores devem ser vistos e percebidos pela sociedade. Situação que é fruto, em larga medida, da própria luta e resistência dos catadores, que vêm se organizando em prol de seus objetivos de classe (MAGALHÃES, 2012).

Todavia, ainda segundo Magalhães (2012), há de se destacar que, mesmo havendo algumas iniciativas relacionadas às políticas públicas em favor dos trabalhadores catadores, ainda são poucas e trazem consigo orientações majoritariamente direcionadas àqueles trabalhadores que estão organizados, excluindo àqueles autônomos ou informais. Este é um elemento a ser pensado criticamente, já que não são todos os trabalhadores que desejam se associar a um grupo e prosseguir seu trabalho segundo uma lógica de organização institucional. E esta escolha deve ser respeitada e amparada, uma vez que o resultado do soldo é, positivamente o mesmo, entretanto, forçar um sujeito excluído a se integrar ao sistema que o rejeitou é, no mínimo, contraditório.

Mas, na mesma medida, deve-se destacar que as cooperativas, associações e movimentos sociais dos trabalhadores catadores servem como instrumento de respaldo ao grupo que, ao se unirem, agregam em si maiores capacidades técnicas, administrativas e, sobretudo, forças políticas e de mobilização, sendo, inclusive, um instrumento de emancipação social, uma vez que estes coletivos atuam como sendo ferramentas de administração, autogestão e cooperativismo, buscando fortalecer o sentimento de solidariedade entre os partícipes do grupo, buscando irromper em parte com o individualismo gerado pelo capitalismo, sendo que estas ações são norteadas pelos princípios da economia solidária e em redes de cooperação ativas (ABREU, 2007).

Por sua vez, a cada dia mais países estabelecem seus marcos regulatórios para o desenvolvimento das atividades relacionadas a reciclagem, em que atores como os trabalhadores catadores possuem papel fundamental. Nesse sentido, sua organização, métodos e técnicas devem estar apurados para atender a crescente demanda pelos materiais recicláveis e por mão de obra especializada (ILO, 2014).

Esta nova conjuntura pode vir a ser a base ao incremento de novas formas de trabalho destinadas aos trabalhadores catadores, em que haverá reconhecimento

por parte do Estado e da iniciativa privada com relação a seu papel estratégico na gestão dos RSU, o fomento de um diálogo mais profícuo com a sociedade de maneira geral, a partir do empreendimento de atividades laborais seguras e saudáveis, com benefícios de assistência e previdência e, uma remuneração justa e adequada ao perfil e importância da atividade ao meio ambiente e a coletividade (WETPHAL; PFEFFER, 2013).

Evidente que este é um quadro ainda em formação, muita luta, resistência e trabalho devem vir de encontro aos trabalhadores catadores e sua classe laboral. Os desafios a este segmento social tão heterogêneo e disperso; são inúmeros e vinculados à realidade de sua própria cidade ou país e, os processos de integração econômica, política, social e cultural, cooperação e redes prosseguem a cada dia seu rumo, enfrentando muitas dificuldades (AGC, 2012).

Assim sendo, toda essa diversidade de fatores e situações que caracterizam o universo dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis, suas formas de organização e suas redes, trouxeram consigo a justificativa e a evidente necessidade ao desenvolvimento desta pesquisa científica, a fim de que esta possa configurar-se como sendo mais um referencial teórico-metodológico que permita a construção de reflexões acadêmicas pertinentes acerca do cenário social na qual este grupo focal se insere e, por sua vez, possa fundamentar ações positivas e propositivas em prol destes trabalhadores.

Mesmo diante deste quadro em que o contexto geral acerca do tema e os objetivos da pesquisa foram devidamente descritos e apresentados, compreendemos que ainda é pertinente destacar ao leitor deste texto que o foco de análise desta investigação está centrado nos movimentos sociais nacionalmente organizados já instituídos e institucionalizados pelos trabalhadores catadores de materiais recicláveis do Brasil e da Argentina, respectivamente: o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e a *Federación Argentina de Cartoneros, Carreros y Recicladores* (FACCyR). Portanto, esta pesquisa não traz em seu escopo e objetivos a descrição e análise acerca de alguma Associação ou Cooperativa de trabalhadores catadores em específico, mas sim, em caráter ampliado e geral. Interessam-nos neste caso, examinar suas organizações e formas de representatividade e institucionalidade em uma escala geopolítica superior.

Observando e ponderando estes atores institucionais e sua escala de atuação política, buscamos estabelecer um quadro analítico diferenciado, uma vez que é por meio da ação destes que se dão as relações de todo o grupo com os Estados e, outros agentes sociais, por meio de suas redes. Desta forma, estas instituições são elementos-chave e irradiadores de tomadas de decisões que se aplicam aos demais membros do grupo e, possuem impacto nas estratégias, ações e resultados alcançados por estes trabalhadores catadores ao longo de todo território nacional em que atuam.

Apresentados os elementos, é possível ainda, justificar esta pesquisa por meio dos argumentos de Bringel e Echart (2008), que nos indica que dimensões importantes das práticas dos movimentos sociais que emergem no novo Século, exigem um esforço de se superar as perspectivas pretéritas e disciplinares exclusivas da Sociologia e das Ciências Políticas. Desta feita, incorporar a Geografia, que é fundamental ao entendimento das relações entre os protestos, natureza e território e a construção de espaços de democracia radical fundamentados nos exercícios espaciais destes movimentos sociais. As Relações Internacionais, também se perfazem como sendo mais um importante esteio teórico para o tema, uma vez que nos permite aprofundar o estudo na dimensão global das conjunturas e cenários que cercam os movimentos sociais, suas redes e ações coletivas transnacionais.

Com relação ao **método, as técnicas e aos procedimentos de pesquisa** utilizados neste estudo é pertinente destacar que frente ao característico e complexo contexto em que o problema desta pesquisa se insere e, em igual medida, a fim de dar conta de responder plenamente aos objetivos propostos.

Decidiu-se por uma pesquisa descritiva de caráter exploratório, em que se busca descrever, também, o cenário acerca de um determinado fenômeno em estudo (GIL, 2009).

Por sua vez, a perspectiva abrangente que orienta a Tese apoia-se no método dedutivo, que é um procedimento lógico de raciocínio que, a partir da análise de dados genéricos e ampliados, se segue ao conhecimento particular e específico acerca do objeto de estudo em questão. Deste modo, este se apresenta como sendo uma forma ordenada de entendimento acerca de dados e noções singulares do objeto de estudo que, por sua vez, são conduzidos e combinados para que

conformem um cenário geral, derivado da sinergia e do entendimento dos fatores observados e analisados especificamente (FACHIN, 2006).

Além disto, aplicamos o método do estudo de casos múltiplos, em que se procura compreender e estabelecer uma narrativa equilibrada acerca do problema de pesquisa e do objeto de estudo como um todo, constituindo-se conexões que, de outro modo não seriam observadas e descritas adequadamente (FACHIN, 2006; YIN, 2010). O incremento deste método é norteado com a finalidade de que se obtenham dados, argumentações e considerações comparáveis e generalizáveis, a partir de uma abordagem *cross-case* (YIN, 2010).

Ainda segundo Yin (2010), os estudos de caso são adequados às pesquisas cujos objetivos buscam compreender algum fenômeno social em profundidade, permitindo a compreensão deste frente a importantes condicionantes contextuais. Uma vez que são dois os estudos de caso, múltiplos, então, os resultados devem ser considerados ainda mais vigorosos e robustos.

Além disso, foi utilizado o método do estudo comparado, que consiste em investigar elementos, fenômenos ou fatos e, por conseguinte, explicá-los segundo suas semelhanças e diferenças. Este é um modo para se examinar e se refletir acerca dos objetos em questão por meio de dados concretos (FACHIN, 2006).

Para fins de seleção dos casos da pesquisa, este se fundamentou sobre as orientações da amostragem teórica, uma vez que esta prática não procura uma representatividade estatística, mas sim, selecionar, mesmo que de forma intencional, casos que sejam mais relevantes para o entendimento do fenômeno, do objeto, do contexto e das teorias e conceitos aplicados nas análises dos resultados obtidos (FLICK, 2009).

Para tanto, especificamente, em uma primeira fase, houve um levantamento exploratório bibliográfico de dados secundários, acerca dos temas propostos nesta Tese. Esta ação se seguiu a partir da consulta em livros (clássicos e contemporâneos), artigos científicos, acessados a partir de bases de dados nacionais, Periódicos CAPES, e internacionais, EBSCO e SCOPUS; Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado, buscados em repositórios de Universidades nacionais: Universidade de São Paulo (USP), Universidade do Estado de São Paulo, Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Universidade de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), dentre outras, e internacionais:

Universidad de Buenos Aires (UBA), *Universidade de Lisboa (ULISBOA)*, dentre outras.

Os indicadores e publicações que fundamentam a presente abordagem são preferencialmente provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Instituto Nacional de Estadística y Censur de la República Argentina* (INDEC), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (CLASO) e da Organização das Nações Unidas (ONU), como sendo importantes fontes para construção e composição desta pesquisa e seus argumentos.

Em fase posterior, desenvolveram-se os trabalhos de campo utilizando questionários semiestruturados como principal ferramenta metodológica para coleta de dados primários, por meio de entrevista em profundidade. Estes foram voltados para os representantes dos movimentos sociais dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis no Brasil e na Argentina (Anexos A e B). Com suas respostas, buscou-se compreender a situação dos movimentos sociais nacionais formais e suas redes já instituídas desta categoria de trabalhadores nestes países, no intuito de responder ao objetivo central e aos específicos desta pesquisa.

As entrevistas foram registradas por recursos de gravação, a fim de garantir a completude dos dados oferecidos pelos respondentes (áudio gravação: aparelho de telefone celular: *Samsung A8*). Somados, há 79 minutos de tempo de gravação de áudio.

Cabe destacar que a narrativa discursiva estabelecida por meio das entrevistas coletadas, edifica um texto dissertativo, composto por meio da transcrição, enquanto método. Este que nos indica e permite que a partir de um texto ou de um discurso específico, o interlocutor estabeleça novas aparências estéticas à transcrição, mantendo inalteradas as qualidades, objetivos, significados e prerrogativas propostos pela obra e pelo autor original. Sem abrir mão de nada, buscando inclusive fidelidade para com o original. Entretanto, ajusta-se o novo material a uma realidade utilitária específica ou, ainda, ao formato escrito convencionalmente demandado pela ocasião (TOSIN, 2011). Cabe destacar que, de modo específico, a tradução do discurso em espanhol para o português foi livremente estabelecida pelo autor.

Por conseguinte, o trabalho de campo fortaleceu a compreensão e o alcance dos objetivos da pesquisa. Especificamente, estas ações se materializaram nas cidades de São Paulo (no Brasil) no dia 14 de Julho de 2018 e, em *Buenos Aires* (na Argentina) no dia 15 de Novembro de 2018. A opção por estes locais deu-se em função da localização e instalação dos escritórios sede dos movimentos sociais estudados.

Cabe destacar que ao longo das ações de campo, o pesquisador realizou observações diretas. Essas que são extremamente pertinentes e úteis, uma vez que agregam valor à percepção dos fatos e, ainda, busca identificar situações relevantes que, por ventura, passam despercebidas pelos respondentes em seus relatos.

Neste sentido, pode-se indicar que a característica das fontes de evidência do levantamento dos dados obtidos nesta pesquisa se deu de modo essencialmente qualitativo. Flick (2009) indica-nos que esta opção metodológica vincula-se diretamente ao problema de pesquisa abordado, uma vez que estes tipos de dados e informações são mais adequados à captação, estudo e posterior interpretação dos fatos e fenômenos a partir da perspectiva complexa que envolve o processo. Desta maneira, os objetos componentes da pesquisa não são reduzidos a simples variáveis, mas observados e elevados ao *status* de elemento único, mas, multiforme e dinâmico frente ao contexto na qual se inserem ou, são inseridos.

Na dinâmica para análise dos dados, os casos foram analisados individualmente, permitindo aproximá-los segundo as teorias e conceitos escolhidos como sendo o plano de fundo desta pesquisa. Isso feito comparou-se os casos a partir de uma análise *cross-case*, o que permitiu identificar elementos generalizáveis entre o fenômeno observado e as teorias.

Por conseguinte, a generalização dos achados da pesquisa deu-se de modo analítico que, segundo Yin (2010), é uma forma de se verificar a possibilidade de replicação e validação das teorias envolvidas nos casos.

As categorias de análise dos dados foram orientadas pelo objetivo geral da pesquisa e pela literatura envolvendo os temas pertinentes. Em especial, destacou-se alguns dos mais importantes pontos de verificação e balizamento desta investigação: a. unidades de comparação; b. números de casos; c. contexto das variáveis; d. área geográfica; e. dimensão temporal. Estes componentes de análise são citados por Pinillos, Fanelli e Schreiner (2015), como sendo os principais, mais

importantes e mais utilizados vetores de observação, exame e interpretação de dados no que diz respeito ao incremento de estudos comparados que abordam fatos e fenômenos sociais e políticos na América Latina, adicionalmente, levou-se em conta a questão do território, por se tratar de uma pesquisa no campo da Geografia.

Eisenhardt (1989) nos indica que a etapa de análise é a mais importante dentro da lógica da pesquisa científica. No entanto, se mostra como sendo a parte mais difícil e complexa de todo o processo. Assim, utilizando-se as categorias de análise elencadas previamente, os dados foram examinados por meio da técnica da análise de conteúdo. Procedimento este em que se busca compreender o que está sendo dito sobre determinado assunto (VERGARA, 2012).

Nesta Tese, realizou-se a análise comparativa de múltiplos casos cruzados (*cross-case*), por meio do exercício de comparação. Nesta etapa foram observadas e destacadas as similaridades e disparidades que os casos em tela compartilham entre si, gerando considerações teóricas gerais que possibilitam a identificação de regularidades e transformações nos fenômenos observados.

Por conseguinte, verificando o uso dos métodos e técnicas de pesquisa auferidas durante as fases de execução desta investigação, é possível indicar que neste trabalho acadêmico foram combinados dados primários e secundários como sendo fontes e esteio ao alcance dos objetivos propostos preliminarmente. Assim sendo, Eisenhardt (1989), afirma ser normal e, mesmo desejável, que estudos de caso combinem diferentes métodos de coleta como, neste caso: entrevistas e observações, para que se obtenham evidências robustas. Ainda segundo Eisenhardt (1989), recorrer a múltiplos métodos de coleta permite uma triangulação entre dados, contexto e teorias que fortalecem substancialmente os resultados e interpretações alcançados, buscando superar as limitações metodológicas inerentes a utilização de um único método de coleta, conferindo maior e melhor validade científica a pesquisa como um todo (IKEDA, 2009; FLICK, 2009).

Portanto, é preciso destacar que pesquisas interpretativas como esta são rigorosas, na medida em que se constroem suas argumentações de maneira lógica e, apoiadas por evidências. Assim sendo, esta pesquisa científica buscou se concentrar em cumprir plenamente as exigências metodológicas adequadas, a fim de reduzir drasticamente distorções e assimetrias no decorrer do estudo que, por

ventura, pudessem comprometer a validade e a qualidade dos resultados obtidos e suas análises.

Acerca da **lógica e organização** da Tese, podemos indicar que, no Capítulo 1 sobre a sustentação argumentativa, está o cerne conceitual desta pesquisa, há uma análise da conjuntura internacional e um panorama a respeito da situação social, política e econômica contemporânea no Brasil e na Argentina (1.1); a posteriori, versamos acerca dos movimentos sociais e sobre as redes de modo geral, em ambos os casos sob uma perspectiva geográfica (1.2); ainda há a delimitação conceitual sobre os resíduos sólidos urbanos (RSU) e, suas características de gestão e gerenciamento (1.3). Este último tema é um importante exercício para o cômputo geral desta pesquisa e, está alocada neste trecho com a finalidade de perfazer-se como ponto de inflexão e nexos entre o contexto geral, os conceitos sobre movimentos sociais e redes e, os estudos de múltiplos casos que se aproximam.

No Capítulo 2, situam-se os estudos de múltiplos casos acerca dos movimentos sociais dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis. Abordam-se, e descrevem-se as atividades da Aliança Global de Catadores e, a Rede Latino-americana e do Caribe de Recicladores (2.1); o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis: MNCR, no Brasil (2.2) e, acerca da *Federación Argentina de Cartoneros, Carreros y Recicladores*: FACIR, na Argentina (2.3).

No Capítulo 3, edifica-se um estudo comparado dentre a situação destes movimentos sociais no Brasil e na Argentina.

Nas Considerações Finais, apresentam-se os apontamentos derradeiros em que estão descritos a síntese dos fatos, as implicações e as sugestões para o desenvolvimento de novas pesquisas que possam vir a cobrir as fragilidades metodológicas e temporais desta, edificando mais um passo a frente em relação ao progresso do pensamento geográfico e, especificamente, dos movimentos sociais e redes de trabalhadores catadores de materiais recicláveis no Brasil e na Argentina. Além disso, neste capítulo estão presentes as reflexões sobre os fatos e as teorias abarcadas neste trabalho. Este ponto traz luz aos argumentos que foram racionalizados a partir da sinergia de cada elemento desta pesquisa, configurando uma abordagem única e atualizada sobre os temas.

Adicionalmente, os Anexos (A e B), trazem na íntegra os questionários semiestruturados utilizados nas entrevistas, o primeiro em português e, o segundo em espanhol. Ainda, no Anexo (C), está a transcrição integral da Carta de Brasília, do Movimento Nacional dos Trabalhadores Catadores de Materiais Recicláveis do Brasil.

1. SUSTENTAÇÃO ARGUMENTATIVA

Construir e sustentar cientificamente a análise dos fenômenos por meio de argumentações e dados secundários é um grande desafio frente à complexidade dos temas que orbitam ininterruptamente acerca dos cenários políticos, sociais e econômicos de Brasil e Argentina. Adversidade que se demonstra ainda mais importante e presente em um texto que busca se estabelecer como sendo o plano de fundo das discussões que se darão ao longo desta Tese e, que prosseguirá lado a lado aos estudos multicasos que compõem esta pesquisa, são inúmeros os temas, as dinâmicas, os fatos e as abordagens possíveis de serem utilizadas ao longo deste raciocínio e desta composição crítica acerca de conteúdos tão amplos e complexos que se perfazem de grande importância tanto do ponto de vista simbólico, quanto pragmático com relação ao cotidiano das sociedades brasileira e argentina e, aos movimentos sociais em questão.

Desta forma, neste segmento do trabalho, estão descritos, pensados e discutidos alguns fenômenos contemporâneos que consideramos possuírem implicações nas formas de vivência e atuação da sociedade civil, dos movimentos sociais suas redes como um todo, entre os quais destacamos essas condições para os movimentos sociais dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis.

Ainda que o rol de temas escolhidos possa ser reflexo de um exercício arbitrário de escolha, cabe a ressalva de que estes se apresentam e se mantêm adequados, frente às leituras e interpretações decorrentes do referencial teórico específico e da opção epistemológica associada a esta pesquisa e, ainda, à interpretação de seus resultados. Assim sendo, não são escolhas aleatórias, sim intencionais e seguem uma racionalidade teórico-metodológica e científica específica, a fim de se alcançar os objetivos propostos.

1.1 CONJUNTURA: CENÁRIO INTERNACIONAL, BRASIL E ARGENTINA

Acerca da conjuntura internacional atual, os fenômenos a serem dissertados a seguir são: a) crises econômicas; b) crises de representação política.

Crises econômicas podem ser consideradas como sendo fenômenos portadores de numerosas e dramáticas implicações nas esferas política e social, repercutindo de maneira direta no papel de como o Estado intervêm em sua macroeconomia. Mesmo levando-se em consideração que o discurso e a prática de políticas neoliberais fortalece, no campo teórico e ideológico, uma dinâmica de não intervenção no mercado. No entanto, há um grande paradoxo neste quadro e, um distanciamento abissal nas frentes em que os Estados têm sido mínimos (na condução da proteção social), mas têm sido extremamente fortes, presentes e constantes (nos mercados financeiros e produtivos), deixando cidadãos em geral e contribuintes atônitos e perplexos com este modo de atuação estatal assimétrico e cínico (DELGADO; GRADIN, 2017).

A irrupção das crises econômicas, apesar de causar desespero a todos àqueles envolvidos na produção e realização do valor, é um triunfo total para as forças do antivalor, uma vez que nestes períodos os ativos retornam a seus proprietários, estas deixam em seu alvorecer uma massa de ativos completamente desvalorizados que podem ser adquiridos a preços irrisórios por quem possui capital para pagar por eles (HARVEY, 2018).

Do ponto de vista histórico, na constituição dos Estados modernos, seus governantes possuíam, ao menos em discurso, uma noção de que o Estado deveria se esforçar para trazer amparo aos seus cidadãos e as suas instituições, considerando inclusive a importância das políticas territoriais como sendo fundamentais para coesão e fortalecimento do Estado. Por sua vez, o modo keynesiano de controlar os ciclos econômicos explicava esta perspectiva, indicando que a composição de empresas estatais em pontos estratégicos das cadeias produtivas, combinadas às políticas fiscais e monetárias direcionadas às áreas de investimentos estratégicas conduzidas pelo setor público, tais como: transporte, comunicações e infraestrutura. Consideradas vitais ao crescimento da produção em larga escala e do consumo em massa, formatariam as bases do Estado de bem-estar social que, a princípio, representou uma importante base nas áreas da saúde, educação, segurança e previdência social. Nesse cenário os Estados assumem para si um papel de agente essencial na condução do crescimento e do desenvolvimento socioeconômico das nações, por meio do fomento a geração do emprego e circulação e distribuição da renda, além de criar importantes esteios para os setores

comerciais, financeiros e industriais de seus países no próprio setor privado (MEDEIROS, 2009).

Contudo, a imposição do neoliberalismo como sendo a única ideologia e método acerca da condução da reestruturação produtiva, por meio da flexibilização da produção e das relações de trabalho, passou a enfatizar e a sedimentar o terreno em que políticas extremamente nocivas às sociedades são implementadas por atores políticos e econômicos, voltados exclusivamente aos interesses das classes hegemônicas, acarretando um espectro de incertezas, instabilidades e precariedades, que foram sendo estendidas a todo corpo social (ROSANVALLON, 1984). Notem que esta é uma referência antiga. De tal modo, a prática não é nada inovadora, mas, certamente é constante. Vide como se repete ciclicamente ao longo do tempo histórico.

Cabe destacar que para que este sistema tenha se tornado hegemônico foi necessário que a enunciação de conceitos fundamentais se enraizasse de modo tão profundo no senso comum a ponto de ser tomada como correta e fora de todo e qualquer tipo de questionamento. Para tanto, foi necessário constituir um grande aparato técnico e conceitual que se demonstre natural, quase “divino”, tornando-se um indutor das tomadas de decisões das instituições e dos instintos humanos, edificando as formas como o mundo social se comporta (HARVEY, 2007).

O desenvolvimento geograficamente desigual do neoliberalismo, sua aplicação frequentemente parcial e assimétrica entre diferentes países e formações sociais, testemunha o caráter experimental e desumano das soluções neoliberais e explica, em grande parte, os intrincados caminhos por meio dos quais as forças políticas, as tradições históricas e os arranjos institucionais acabaram por perder sua representatividade e legitimidade frente a esta ideologia (HARVEY, 2007).

Nesse sentido, a gradativa informalidade¹ que assola os empregos e a perda de direitos sociais já adquiridos, paralela a forte concentração econômica sob o

¹ O setor informal pode ser caracterizado, de forma geral, como sendo um conjunto de unidades não agrícolas envolvidas na produção de bens e serviços, com o objetivo principal de geração de emprego e rendimentos para os indivíduos envolvidos. Estas unidades operam geralmente com baixo nível de organização, com pouco ou nenhuma divisão entre trabalho e capital como fatores de produção e uma escala reduzida. As relações de trabalho, quando existem, baseiam-se a maior parte das vezes no emprego ocasional, no parentesco e nas relações pessoais e sociais, mais do que acordos contratuais com garantias formais (KREIN; PRONI, 2008). Contudo, cabe destacar que contemporaneamente, este cenário é ainda mais complexo, uma vez que aglutina em si realidades heterogêneas em diversos países. Uberização, legalidade/ilegalidade, imigração e circuitos do

controle de poucos agentes, expõem cidadãos e trabalhadores a vivenciarem o encolhimento das funções estatais de proteção ao emprego, à renda, a subsistência e ao progresso econômico dos sujeitos e da coletividade.

Este processo de reestruturação enunciado pelas políticas neoliberais está, de forma ampliada, induzindo ao alargamento do setor informal das atividades produtivas, com especial atenção ao labor. Desta feita, o setor informal não é mais um simples depositário de força de trabalho que atua autonomamente. Ao contrário, essa autonomia é quebrada e, gradualmente cede ao comando do capital que faz com que seu circuito se realize, justamente, dentro dos marcos do circuito capitalista de produção, intrinsecamente conectados e subordinados ao setor formal. Desta forma, estas atividades informais não são apenas permitidas, mas, vêm sendo fomentadas, visto como vão sendo conduzidas pelo capital e pelos capitalistas, uma vez que podem até ser mais lucrativas que as atividades formais, tendo em vista os diferentes nexos (integração e subordinação) que mantêm com a expansão e acumulação de capital, que, em igual medida, também libertam os capitalistas das relações trabalhistas (THOMAZ JR, 2002 *apud* RODRIGUES, 2008).

Em contrapartida este cenário fora minimamente mitigado, por fortuitas, mas, polêmicas políticas focais de redistribuição de renda. Contudo, a propalada crise financeira e econômica mundial que se arrasta desde 2008 e, não estamos versando exclusivamente sobre o panorama brasileiro, apesar de parecer, mas sim, de um quadro geral, global, tem concebido o fastígio do desequilíbrio de forças no núcleo do sistema capitalista mundial. Abarcando neste campo a crescente vinculação e dependência das economias aos mercados financeiro e de capitais que, a cada novo colapso periódico, têm se revelado sem base material e vínculo algum com a economia real. Entretanto, como possuem grande capacidade de adaptar-se e se manter na ativa, permanece reordenando-se e progredindo, à custa do próprio perfil do mercado, que os têm como sendo elementos essenciais e indispensáveis ao desenvolvimento de suas atividades específicas (MEDEIROS, 2009).

Entretanto, esta condição é tão delicada e volátil que a via de difusão fundamental de crises e avanços macroeconômicos, no mundo todo, tem se dado por meio das expectativas e especulações de agentes econômicos privados, em que “climas extremamente abstratos, subjetivos e duvidosos” podem colocar em risco o

trabalho informal, precarização e informalização do trabalho formal, marginalidade e centralidade são elementos que dão as formas do panorama contemporâneo do trabalho (MARQUES, et. all., 2018).

progresso e o equilíbrio financeiro; o crescimento e a sustentabilidade macroeconômica das nações de modo importante e, por vezes, permanente (GENTIL; MARINGONI, 2009).

Cabe destacar que as políticas vinculadas ao neoliberalismo são extremamente fracas na alavancagem macroeconômica dos Estados e estímulo ao crescimento econômico. Harvey (2007) cita a *World Commission* (2004), que já indicava que as taxas de crescimento dos países ocidentais ao longo dos anos 1960 alcançavam, em média, cerca de 3,5%, ao ano. Mesmo nos difíceis anos 1970 elas não decresceram abaixo dos 2,4%, em média, ao ano. Contudo, a partir dos anos 1980 e chegando aos primeiros anos de 2000, em que as práticas neoliberais já se encontravam em franca aplicação, o nível médio de crescimento da economia dos países do ocidente, alcançavam um índice de 1,4% ao ano. Demonstrando como o choque neoliberal, não teve uma implicação a altura de seu discurso, figurando como fraco. Mais a frente, poderemos observar os dados macroeconômicos de Argentina e Brasil, que atestam este argumento.

No entanto, ao final das sucessivas crises, o pensamento neoliberal não tem sido derrotado e não se alteram os paradigmas que orientam os papéis dos Estados e dos capitalistas. Desta feita, os discursos e as práticas pró-ajuste das contas públicas voltam amplificados e travestidos de salvação, quando de fato, são mais uma dose extra de mecanismo de concentração de riquezas. As obras de assistência aos mercados financeiros e às empresas privadas, normalmente às grandes, prosseguem em curso acelerado e, por conseguinte, pacotes de intervenções para minorar os efeitos das crises em setores específicos deixam os Estados cada vez mais endividados. Uma vez que, mantida a predominância da reprodução financeira do capital, lastreada na dívida pública, é cada vez maior a pressão pela manutenção de taxas de juros elevados, ou ainda, a subida destes ao longo do tempo. Estabelecendo que os governos implantem um círculo vicioso em que o Estado, sobrecarregado de encargos financeiros e, em prol dos rentistas, aplique medidas de ajuste fiscal, com novas rodadas de reformas para diminuição de direitos sociais, carregando todos os ônus da desventura neoliberal para quem nada ganhou e, ainda perdeu, ao longo do período de financeirização da economia (VAZ, 2009).

Nesta perspectiva, as crises são sempre violentas soluções momentâneas das contradições já existentes no cenário e, são estas erupções violentas que restabelecem por um momento o equilíbrio perturbado. Todavia, a reconstrução do capital por ele mesmo é insegura e possui limites. E o mercado financeiro global impõe uma acumulação de dívidas. Todavia, esta reivindicação sobre o valor da produção futura pode sobrepujar a própria capacidade de se produzir e realizar valor e mais-valor no futuro. Nesse sentido, Harvey (2018) nos adverte que as dívidas, mesmo que devidamente resgatadas, impõem uma obrigação de pagamento que pode comprometer qualquer tipo de futuros alternativos. E, portanto, a servidão por dívida agrilha o futuro das pessoas, assim como de economias inteiras.

Mas, em face de índices macroeconômicos tão anêmicos e, implicações sociais das mais terríveis que há. Como esta ideologia se manifesta em políticas e práticas de Estados, governos e da iniciativa privada mundo afora?

Harvey (2007) cita dois elementos principais: a) o neoliberalismo foi acompanhado de uma crescente volatilidade no interior do capitalismo global. O sucesso de uns poucos escondia o fracasso no resto do mundo. Os episódios periódicos de crescimento, entremeados de intensas fases de destruição criativa, acompanhadas de crises políticas, econômicas e sociais, em que repetidas ondas de ajuste estrutural e austeridade fiscal levaram a paralisia econômica; b) o neoliberalismo era e, ainda é um grande sucesso do ponto de vista das classes altas que, vêm nesta opção ideológica e suas práticas, uma forma de restaurar seu poder hegemônico, alçando-as a condição de elites políticas e econômicas de seus países.

Em contrapartida, ainda segundo Harvey (2007), estas duas condições incrementam o aumento da desigualdade social dentro de um território e, isso lastreado pela retórica de que as próprias classes baixas ou subalternas são responsáveis pela sua desventura.

Nesse sentido, o cenário de crescente desigualdade social se agravará ainda mais, embora provocado por outros mecanismos de exclusão e manipulação financeira. Portanto, os ricos enriquecem cada vez mais, enquanto os pobres padecem ainda mais pela necessidade de pagarem suas dívidas e, isto vale tanto para empréstimos pessoais, quanto coletivo ou, mesmo, estatais. E, esta dinâmica se assevera de forma ainda mais evidente nos países pobres (HARVEY, 2018).

Em contrapartida, o controverso inconveniente descrito no panorama supracitado, até que é assaz desprezível, uma vez que ao se resgatar financeiramente os diversos tipos de manipuladores financeiros que geram as crises, sem alterar as regras do jogo, volta-se sempre para trás, em uma situação igual a que gerou a crise anterior. Não se resolvem os problemas de fundo do cenário, estes nem são discutidos ou aviltados. Portanto, ao em vez de colocar mais recursos em sistemas desequilibrados e perniciosos, o mais acertado seria dinamizar a economia pela base produtiva e social. Assim sendo, não se trata, portanto, de recolocar o trem nos trilhos para que voltemos aos “bons dias” dos especuladores e, sim, repensar o sistema da alocação racional dos recursos em função das prioridades sociais, econômicas, culturais e, inclusive, ambientais das populações do planeta.

Pode-se notar que a crise atual é resultado de um processo de instabilidade econômica mundial que se iniciou há mais de uma década, cujas características centrais em, absolutamente nada, foram alteradas até o presente momento histórico. Desta feita, prosseguem inalterados e completamente livres os mecanismos de especulação financeira nos mercados financeiros e de capital. Que, novamente, estão mais fortalecidos enquanto agentes financeiros hegemônicos, demonstrando que os governantes dos Estados não possuem qualquer interesse ou, já não podem mais inverter essa lógica. Assim sendo, esse somatório de crises não impulsionou transformações significativas em lado nenhum, do ponto de vista econômico. Em contrapartida, trouxe impactos sociais negativos, com a criação de empregos de baixa qualidade, ampliação da desigualdade de renda e queda dos rendimentos da massa assalariada mundo a fora (ANTUNES, 2018; DIEESE, 2011).

Nesse sentido, a provocação maior à reflexão e discussão é que paradoxalmente, somente uma crise real, inventada ou pressentida, possui os atributos e o poder de induzir mudanças sociais, institucionais, econômicas, políticas e culturais verdadeiras e duradouras. Todavia, quando estas ocorrem, as ações que são tomadas dependem das ideias que estão à disposição e, para tanto, as classes dominantes desenvolveram, ao longo do tempo, “alternativas” às políticas existentes, mantendo-as vivas e acessíveis, até que o politicamente impossível se torne politicamente inevitável. Sobre essas mudanças, nos referimos àquelas da doutrina de choque econômico, em que tão logo uma crise se instala, os governos e seus

patrocinadores agem rapidamente, impondo mudanças súbitas e irreversíveis, antes que a sociedade, abalada pelo fato em tela, possa reagir de alguma forma (KLEIN, 2008). Essa forma fundamentalista de capitalismo precisa das crises para prosseguir e segue fomentando-as mundo a fora para manter-se em constante ascensão.

Assim sendo, nestes cenários de incertezas, algumas das violações mais infames dos direitos civis e humanos são estabelecidas por regimes de governo ditos democráticos, com o desígnio fulgente de terrorificar a sociedade, a fim de se criarem os cenários e as prerrogativas para introdução das reformas radicais em prol do livre mercado exclusivamente (KLEIN, 2008).

Como exemplo contemporâneo, podemos citar o caso dos Estados Unidos da América, que sob a presidência de Donald Trump tem alcançado resultados macroeconômicos positivos frente ao panorama da economia mundial. Gerando um número de empregos (302 mil) acima do consenso (185 mil) do próprio mercado norte-americano para o período analisado (dezembro de 2018). (BRADESCO, 2019; BANCO ALFA, 2019).

Em contrapartida, o relatório da ONG Anistia Internacional (2018), que analisa o mesmo ano, indica que os Estados Unidos são o país com maior registro de violações aos Direitos Humanos, tanto dentro, quanto fora de seu território nacional. Os temas em que são implementadas políticas e ações que atentam contra a dignidade humana, transcorrem um longo rol e, a cada ponto, uma série de casos atrozes poderiam ser descritos. Direitos dos refugiados e migrantes; direitos das mulheres; direitos de lésbicas, gays, bissexuais, transgênicos e intersexos; segurança e combate ao terrorismo; tortura e outros maus-tratos; uso excessivo da força; violência com armas de fogo; pena de morte. Para citar apenas alguns números deste quadro, somente em 2017 foram indicadas a deportação forçada de 800 mil pessoas do território nacional. Entre janeiro e agosto de 2017, as autoridades norte-americanas detiveram 17 mil crianças mexicanas dentre mais de 26 mil pessoas que viajavam em família. Destas, inúmeras crianças foram separadas de seus pais durante o cárcere, sendo mantidas em celas. Muitos desses imigrantes mexicanos ficaram detidos durante meses, sem acesso a cuidados de saúde ou aconselhamento jurídico. E, esta política é uma realidade de extrema violência que vem sendo empregada desde os anos 1970 (CREWDSON, 1983).

Ainda, em um ato simbólico e expressivo do desdém norte-americano pelos Direitos Humanos é que este país abandonou o Conselho de Direitos Humanos da ONU em 2018 (RUIC, 2018).

Com relação à Argentina, o mesmo relatório da ONG Anistia Internacional (2018), indica-nos que também existem processos contínuos e históricos de não atendimento aos Direitos Humanos por parte do Estado, neste país. Os direitos dos povos indígenas; a impunidade do regime militar; as mudanças nos direitos dos refugiados e migrantes; os direitos sexuais e reprodutivos e a violência contra as mulheres, figuram como sendo temas de completo desinteresse por parte dos governos, que não destinam os recursos necessários à implementação de ações de combate ou mitigação dos problemas citados.

Com relação ao Brasil, a Anistia Internacional (2018, p. 88-89) destaca que:

Diversas propostas que ameaçavam os direitos humanos e retrocediam adversamente as leis e políticas existentes avançaram em sua tramitação no processo legislativo. A violência e os homicídios aumentaram afetando principalmente jovens negros. Conflitos por terras e recursos naturais resultaram em dezenas de mortes. Os defensores dos direitos humanos não foram protegidos efetivamente pelo Estado. A polícia respondeu a maioria dos protestos com força excessiva e desnecessária.

Ainda, o relatório da ONG indica que há outros temas que contêm algum conteúdo de risco à manutenção dos Direitos Humanos no Brasil. Assim sendo, mudanças legais, constitucionais e institucionais; monitoramento internacional; liberdade de manifestação; conflitos por terra; conflitos por terra; direitos dos povos indígenas; direitos de lésbicas, gays, bissexuais, transgênero e intersexos; liberdade de religião e crença; direitos das crianças; condições prisionais; forças policiais e de segurança. Para cada um destes itens, há um extenso levantamento numérico de mortes e atrocidades associado.

Adicionalmente, este quadro foi sendo ampliado da pior forma possível pelo governo do Presidente Michel Temer, em sua gestão, somente no primeiro ano de governo, foram implementadas a suspensão ou a extinção de pelo menos 365 direitos pela população brasileira, um golpe por dia (RODRIGUES, 2017).

A agricultura familiar; a cultura; a educação; a habitação; a assistência social; a política indigenista; os direitos humanos; os direitos trabalhistas; a saúde; a previdência; as privatizações e a PEC 55, do congelamento dos gastos públicos pelos próximos 20 anos. Temas como estes foram secundarizados ou, passaram a

ser conduzidos à revelia dos interesses da população brasileira. Uma situação que somente conduziu o País a uma maior fragmentação política e social e a um péssimo cenário econômico (RODRIGUES, 2017).

Mas, ficou ainda pior. Durante as eleições do ano de 2018, com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, preso e impedido de participar do pleito. Jair Bolsonaro foi eleito. Ao longo de toda sua carreira política, foi considerado uma figura excêntrica e folclórica no Congresso Nacional, sujeito de pouca importância política, era mais famoso por suas declarações estapafúrdias, carregadas de todo tipo de preconceito, do que por sua atuação política efetiva (CIOCARRI; PERSICHETTI, 2018).

Mas, desde o início de sua campanha eleitoral aglutinou em si, com seus discursos e suas ações o que há de pior na política democrática e no exercício republicano. Este sujeito exacerbou ao máximo imaginável, a violência, o ódio e a espetacularização de suas performances. Aliado ao apoio de religiosos, da mídia corporativista burguesa, que direta ou indiretamente o auxiliou nesta tarefa, arrasando o Partido dos Trabalhadores e, de uma multidão de pessoas desiludidas com a política nacional, ascendeu ao poder, levando consigo uma trupe de deputados, senadores e ministros completamente enlouquecidos, desonestos e, em alguns casos, sociopatas convictos. Diuturnamente, este grupo, tem atentado contra os direitos humanos e a dignidade do povo brasileiro (MESSENBURG, 2017; LIMA et. all., 2017). Retomaremos este assunto mais a seguir.

Neste panorama uma circunstância se torna recursiva, esta ideologia dinâmica e flexível em suas formas de agir e de se apresentar, sempre mudando de nome e de identidade visual. Contudo, em todas as suas encarnações e fantasias, compartilham um ideário fixo e o sacro pacto com a trindade da política liberal e conservadora de sempre: eliminação da esfera pública, total liberdade para as corporações e mínimo gasto social. Riquezas para uns poucos, pobreza para a maioria.

Do ponto de vista teórico, estético e prático a doutrina do choque econômico é o atalho predileto para o alcance pleno do progresso e da glória capitalista. Entretanto, no decorrer da implantação deste método, o que surge é algo muito diferente. A aliança determinante e poderosa entre algumas poucas corporações de grande porte e uma camada de políticos corruptos. O nome mais apropriado para

este princípio que suprime as raízes dentro os governos e o grande capital não é exatamente liberal, conservador ou capitalista, mas sim corporativo, desonesto e devasso, estabelecido por meio da infelicidade, violência e coerção de todo tipo (KLEIN, 2008), em que a maioria da população vive sua existência sob um eterno e sofrível estado de tensão e crise (BAUMAN; BORDONI, 2016).

Adiante, frente à desregulamentação do capital, a expectativa ao surgimento de novas crises financeiras e monetárias cada vez mais profundas e drásticas torna-se cada dia maior do que antes, uma vez que a acumulação flexível passou a desempenhar uma função coordenadora dos rumos das macroeconomias e dos próprios Estados, nunca antes notada (MEDEIROS, 2009).

Entretanto, o ritmo da criação de uma dívida global sugere a existência de uma economia global que deve crescer cada vez mais por meio dos artifícios e miragens da criação de antivalor nos múltiplos sistemas monetários regionais do mundo. É provável que boa parte dessa dívida seja tóxica, dissimulada pela criação de mais dívida e, por conseguinte, não está claro de onde virá o valor que resgatará esse montante que vem crescendo incessantemente (HARVEY, 2018).

O FMI (2019) indica que a dívida global atual, incluindo governos e empresas privadas, atingiu em 2018 o valor de US\$ 164 trilhões, o recorde de US\$ 184 trilhões foi em 2017. Este volume representa 225% do PIB de todo o planeta naquele ano.

Por conseguinte, uma acumulação irrestrita de capital fictício, coordenado pelo mercado financeiro global, implica que cada vez mais esse valor apaga até o último rastro de toda conexão com o processo real de valoração do capital e, mesmo, do trabalho (HARVEY, 2018).

Este sistema de créditos é uma forma imanente do modo de produção capitalista e um dos poderes-chave que movem a acumulação de capital infundável. Marx (2017) já considerava o sistema financeiro o ápice das tendências fetichistas do capitalismo.

Assim sendo, podemos descrever que o neoliberalismo, mesmo com o nome de doutrina do choque, possui uma base extremamente conservadora, contraditórias aos ideais de liberdade, que significou ao longo do tempo histórico um viés geopolítico, que traz consigo sua ideologia específica, a partir de um catálogo de ações como: FMI e Banco Mundial como centros de propagação e implantação do fundamentalismo do livre comércio; recolonização, em uma estratégia imperialista

promulgada pelos Estados Unidos; fortalecimento do braço coercivo do Estado, que vai do apoio aos golpes na América Latina ao fortalecimento das guerras supostamente “antiterror”; disciplinarização dos sindicatos e ataques aos movimentos sociais; financeirização de tudo, com o pleno domínio das finanças sobre outras áreas da economia. Estabelecendo uma retórica baseada na identidade ideal de consumidor e, em outras dimensões estético-teóricas que buscam eclipsar os conhecimentos pautados na dialética, nas reflexões sobre poder e exploração do trabalho; ainda, há a falsidade ideológica do livre comércio, que não suplantou os protecionismo e, somente serviu para dilatar as fronteiras da periferia econômica mundial para as mercadorias dos países centrais (HARVEY, 2008).

Desta feita, por meio da paulatina recuperação da economia mundial, mudanças institucionais e um novo equilíbrio de forças devem ocorrer, internas e externas aos Estados e suas economias, uma vez que a situação de estagnação pode ser revertida por ela mesma, uma vez que as demandas individuais prosseguem inalteradas e as instituições e os empreendedores devem iniciar um novo ciclo econômico em função da própria conjuntura e escassez que os envolve.

Contudo, Harvey (2018) nos aponta que adotar políticas de austeridade neoliberal, piora ainda mais a situação macroeconômica dos países e, isso possui implicações sociais graves. Inclusive com revezes sobre produção, emprego e renda no Brasil e na Argentina, por exemplo.

Do ponto de vista prático, neste cenário a renda dos trabalhadores entra em estagnação. Mas o neoliberalismo prossegue em seus objetivos e, a seguir a sociedade é desproletarizada, isto é, o trabalho assalariado é substituído cada vez mais por *freelancers* isolados e, em larga medida, precarizados; mais o valor de uso escapa da forma trabalho e os criadores de valores de uso acabam não sendo recompensados em termos de valor de troca, que é realizado unicamente pelos próprios capitalistas (HARVEY, 2018).

Em suma, com esta dissertação acerca destes panoramas econômicos e seus desdobramentos sociais e políticos de larga dimensão, o que podemos delinear e prognosticar em termos de futuro presumível é um período especial, em que as trajetórias históricas dos diversos Estados que compõem o anárquico cenário internacional podem convergir ou divergir fortemente entre si, determinando a possibilidade de uma nova divisão no destino do mundo. Mas, a História, com toda

sua complexidade pode nos surpreender com fatos e trajetórias diferentes a cada instante, tanto para o bem como para o mal (MORAIS, 2009).

Em suma, o espaço e o tempo de disputa pela reorganização e condução de um novo padrão de funcionamento das economias nacional e internacional prosseguem abertos e, essa é a boa notícia. Por outro lado, o risco é que o *mainstream*, saudosos de períodos anteriores, prossiga vorazmente buscando recolocar nos trilhos e fazer andar um trem que já não tem mais para onde ir (DIEESE, 2011).

Adiante, acerca das **crises de representação política** nos Estados, em que se aplicam princípios democráticos à sociedade, podemos iniciar a discussão lembrando que em relação à representação, os líderes políticos são como signos simbólicos, que representam o objeto ou a causa de um modo idealizado. Todavia, esta representação é uma intermediação entre o fenômeno e seu interprete e, por conseguinte, a desconfiança com relação a estes intermediários é que vêm se tornando tão ampla que, as sociedades contemporâneas passaram a desprezar estes ícones. Contudo, este é o distanciamento que o próprio sistema político representativo edificou entre o Estado, os governos e as sociedades. Assim sendo, esta representatividade política na democracia liberal vem arruinando sua estima devido à própria arbitrariedade, frieza e distância, simbólica e física, com que se relacionam com as sociedades. Desvalorizando-se diante da população, por pretender lidar com a comunidade de pessoas reais de maneira totalmente abstrata e paralela à própria condição material da realidade objetiva, seus anseios e necessidades (CAMARGO, 2011).

Por sua vez, nos últimos trinta anos, a democracia liberal viveu uma fantástica expansão no mundo, com o colapso e encerramento de regimes autoritários e totalitários mundo afora, Brasil e Argentina inclusos neste exemplo. No entanto, neste mesmo período de tempo histórico em que houve este avanço rumo a uma maior participação social nos processos decisórios dos governos eleitos, contraditoriamente, em igual medida, vem ocorrendo também, um retrocesso. A deterioração da adesão popular às instituições representativas democráticas. Sendo que é possível detectar uma crise aguda com relação ao sentimento de estar sendo adequadamente representado, fato que compromete os laços simbólicos e práticos que idealmente deveriam conectar eleitores e cidadãos aos seus políticos,

candidatos, partidos e, de forma mais ampla, aos poderes Constitucionais e aos Estados. Este fenômeno tem ocorrido por toda parte, de maneira mais ou menos direta e explícita, atingindo novas e velhas democracias eleitorais (MIGUEL, 2003).

Nesse sentido, ainda segundo Miguel (2003), esta situação pode ser observada a partir de três fenômenos objetivamente verificáveis: a) declínio do comparecimento eleitoral; b) desconfiança com relação às instituições do Estado e, c) esvaziamento dos partidos políticos. Para além destes pontos, há ainda, o alheamento decisório eleitoral, que engloba as formas pelas quais os cidadãos se recusam a optar por um partido ou candidato, por meio da abstenção, do não-alistamento eleitoral, do voto nulo, ou, ainda, do voto branco (RAMOS, 2001).

Portanto, este indica-nos que por trás da fachada democrática dos rituais de obediência a vontade popular, cristalizou-se o domínio e a hegemonia dos interesses de uma minoria muito específica que monopoliza totalmente as decisões chave e os rumos políticos, econômicos e, mesmo culturais em que seguem as nações. Esta minoria que arregimenta em suas fileiras outros elementos e grupos de interesse em prol de seus objetivos específicos, dominando totalmente o Estado e sua burocracia em prol da manutenção e reprodução de seu poder econômico e político e, ainda a cristalização do *status quo*.

Nesse sentido, a democracia, que é um conceito e um preceito importantíssimo para as civilizações ocidentais, prossegue sendo alçado a uma condição de utopia e idealização e, desta forma, raras vezes é alcançada e concretizada no mundo real, muito menos em agrupamentos tão numerosos e complexos quanto os Estados-nações (DAHL, 2000).

Inclusive, Mbembe (2018) já indica-nos que o capital financeiro conseguiu sua hegemonia sobre o mundo mediante a anexação do núcleo dos desejos humanos e, no processo, transformou-se em teologia secular global. Combinando atributos de uma tecnologia e uma religião, desta forma baseia-se em dogmas inquestionáveis, com a liberdade individual, o livre mercado e propriedade privada, etc. Todavia, cada um desses artigos de fé está sob ameaça real, uma vez que esta democracia liberal já não é mais conveniente ao capitalismo financeiro. O choque entre estas duas ideias e princípios deve ser o acontecimento mais significativo da paisagem política global.

Mbembe (2018) ainda adverte que neste novo panorama o próprio mercado será reimaginado como o principal caminho para validação da verdade. Ações humanísticas e iluministas advindos de sujeitos ou grupos racionais deverão ser combatidas e desacreditadas a qualquer custo, com a finalidade de que a essência humana seja transfigurada e cerceada ao binômio: consumidor e eleitor.

Este processo condicionante pode explicar em parte a crescente posição anti-humanista que traz consigo um desprezo geral pela democracia liberal. Desta feita, a política se converterá em uma guerra de classes, em que pobres e minorias étnicas, religiosas e de gênero serão cada vez mais intensamente alvejados, sem que sua condição humana seja levada em consideração (MBEMBE, 2018).

Esta é uma técnica que se retroalimenta de modo cada vez mais negativo, pois ao se conformarem multidões de sujeitos destruídos e destituídos, que vivenciam um cotidiano de violência e ameaça existencial. Portanto, anseiam genuinamente o retorno a um sentimento de certeza, por meio do sagrado, da hierarquia, da religião e da tradição. Neste contexto, os empreendedores políticos de maior sucesso serão aqueles que discursarem de maneira mais convincente aos perdedores, àqueles homens e mulheres destruídos pela globalização neoliberal. Assim sendo, a esfera política se converterá em luta de rua e a razão já não importará, nem os fatos. A política retrocederá a condição de brutalização, em assunto de sobrevivência em um ambiente tóxico e ultracompetitivo (MBEMBE, 2018).

Sob tais condições Mbembe (2018), nos indica que em um mundo centrado na objetivação de todos em prol do lucro, a secundarização da política pelo capital é ameaça real. A transfiguração da política em negócio coloca em risco de eliminação a própria noção e possibilidade da liberdade, da igualdade, da fraternidade, da política liberal e da democracia tal qual a compreendemos.

Há de se avultar que a própria ideia sobre democracia representativa, em que o processo eleitoral ocupa um lugar central nesta perspectiva é, relativamente recente, uma vez que democracia e eleições não se confundiam, ou, não estavam implicitamente coligados. Enquanto a democracia se apoia na premissa da igualdade entre os cidadãos, a eleição sugere e contempla uma seleção, implicando na existência de indivíduos melhor preparados para ocuparem cargos públicos específicos. Sendo, portanto, um mecanismo aristocrático e elitista, extremamente

vinculado à ideologia capitalista, em que triunfa o princípio da distinção. Nessa direção, Wood (1995), já nos indicava que as instituições representativas não surgiram como sendo a solução para impossibilidade da democracia direta nos Estados, mas sim, foram formuladas, estruturadas e vêm sendo aplicadas em prol de reduzir a presença popular nas fileiras dos governos, reservando-o aos interesses das classes dominantes.

Novaro (1995) já nos indicava que os principais afetados por esta situação, para além dos cidadãos, eleitores e da sociedade como um todo, são os partidos políticos. Estes não conseguem mais se refugiar em princípios ideológicos para reter seus eleitores e militantes, já que não conseguem agregar interesses legítimos e comuns, frente ao cenário de desarticulação efetiva com as bases populares e orgânicas, o que também reflete e estabelece um abismo entre a população, o Estado, o governo e os representantes eleitos para atuar junto as esferas públicas em seu nome, incitando um afastamento de grande parte da sociedade com relação à esfera política. Estabelecendo, até mesmo, a adoção de atitudes anti-organizativas por parte da comunidade.

Este painel geral ainda empreende e reforça uma condição em que o formalismo associado à democracia representativa, acaba por desvincular-se, por si só, da sociedade. No entanto, é importante apontar que esta esfera política não deveria, de modo algum, estar desconectada da sociedade e que, sem um mínimo de igualdade material e garantia das condições básicas de subsistência, o funcionamento da democracia está gravemente comprometido, estabelecendo um cenário de não representatividade política efetiva em que, pode insurgir um líder tirano, mesmo eleito “democraticamente”, que pode implementar ou favorecer a supressão das liberdades civis, de expressão, sufocamento de embates políticos participativos, prisão sem julgamento justo, tortura, assassinatos, roubos, extorsão e facilitar a prática de peculato por políticos no exercício do poder, que inevitavelmente se tronam “cleptocratas” enquanto a democracia e a sociedade são sumariamente extinguidos (SNYDER, 2017).

Cada qual a sua maneira, Argentina e Brasil, já experimentam este cenário, em que a luta e a resistência passaram a ser cada vez mais difíceis, uma vez que associada a acumulação flexível e ampliada do capital sobre estes países, a acumulação primitiva ainda coexiste e está cada vez mais forte. Superexploração,

pilhagem, condições análogas a escravidão ou escravatura, confisco, ingerência externa, tornam a vida de milhões de pessoas uma triste realidade cruel em que o fascismo social não é um esgrimir retórico, é o dia-a-dia (SANTOS, 2016).

Frente à conjuntura descrita, é admissível considerar que perante o contemplar incrédulo, mas inerte de toda uma população subjugada, os grupos de interesse hegemônicos que atuam em escala mundial têm imposto suas regras e interesses sobre os demais. Não tem havido contestação significativa sobre este estado das coisas ou, que alcance um patamar que faça frente a este quadro. Isso porque, para além da repressão física e uso “legítimo” da força, crescentemente presente no cenário mundial, há uma espécie de violência simbólica, que se disfarça de convencimento pelo melhor argumento ou pelo domínio da narrativa. Desta feita, ao dominarem todas as estruturas de poder e da informação, os grupos privilegiados monopolizam para si os recursos que deveriam ser de todos e abre caminho à sobre-exploração dos fatores produtivos, unicamente em prol de seus interesses ideológicos e lucros, à revelia da grande maioria da população.

Assim sendo, as crises políticas e de representação que se põem ao longo do tempo histórico possuem a particularidade de serem pouco transparentes em termos de dinâmica e de soluções para a população em geral, uma vez que os mecanismos são obscuros. No entanto, os impactos são visíveis e, estes sim, podem mobilizar, gerar indignação e agregar resistências e lutas em prol de algo novo (DOWBOR, 2009).

Circunstância permeada por uma cegueira moral seletiva, o eu se segue é um reforço sobre o exercício de insensibilidade diária frente ao sofrimento alheio, na incapacidade e recusa de compreender os fatos extremos de maneira equilibrada e humana (BAUMAN; DONSKIS, 2014), conformando, neste caso, um panorama em que os efeitos colaterais deste conjunto de ações não são levados em consideração, em que as vítimas das ações políticas e econômicas dos governos neoliberais que aprisionam os Estados são consideradas como sendo perdas naturais do processo. Pior ainda, as próprias vítimas são culpabilizadas por sua exclusão e miséria. Essa naturalização e insensibilização são observadas, sobretudo, na indiferença dos políticos em relação aos homens, mulheres e crianças sacrificados em prol dos interesses de lucratividade de seus patrocinadores e grupos ideológicos específicos, por vezes internacionais (BAUMAN, 2013).

Desta feita, ao chegarmos a este ponto é pertinente indicar que ao longo deste texto não fora nosso desígnio traçar um elenco das tragédias e horrores que nos assolam ao longo do tempo presente, mas sim, trazer em voga argumentos que desnudem a evidente condição em que as crises setoriais e conjunturais vêm representando um amplo colapso de governança local, nacional, regional e, mesmo, planetária. Portanto, as convulsões, conflitos e recrudescimentos dos cenários descritos até o presente representam oportunidades, para que se organizem ideias e práticas que sejam convergentes em prol de forças sociais e institucionais verdadeiramente interessadas em um novo caminho para o pleno desenvolvimento, que possua em suas características e métodos, viabilidade econômica e, em igual medida, equilíbrio social, por meio de ações efetivas, ajustes progressivos e inclusivos (LAVINAS, 2009).

Com relação específica a atuação dos movimentos sociais e suas redes, a conjuntura dos elementos contemporâneos supracitados é extremamente complexa, crítica e, mesmo, inconveniente. Entretanto, é justamente em cenários como este em que surgem com mais energia e ímpeto construtivo as lutas, as resistências e as articulações de setores sociais e sujeitos oprimidos, dando reinício às fases de oposição, esforço e lide em prol de um futuro menos desigual e opressivo a todos.

Ademais, estabelecer uma narrativa acerca dos **panoramas argentino e brasileiro** é trazer em voga um amplo cenário de símbolos e pragmatismos políticos que seguem pautados à edificação de um cenário comum que se sobrepõe ao longo da história e do espaço geográfico Sul-Americano, tanto na manutenção dos desígnios do MERCOSUL, como em agendas específicas dos Estados (PEÑA; GONÇALVES, 2015).

Por sua vez, a inversão no ciclo político e econômico em toda a região e, em especial, no Brasil e na Argentina, a partir da ascensão de grupos com aporte neoliberal ao governo, nos traz a obrigação acadêmica de pensar, refletir criticamente e problematizar este cenário (DELGADO; GRADIN, 2017).

Assim sendo, esta interessante vista se expõe como uma forma de se criarem vias paralelas à condução política e econômica desses Estados que, deveriam buscar “caminhos livres” para se estabelecerem como atores importantes nas relações internas e, sobretudo, internacionais. Contudo, o quadro contemporâneo tem se professado e se materializado de um modo completamente avesso a estas

aspirações e pretensões que beiram a utopia frente à realidade que se impõe com frieza e violência, por meio da eleição de um governo neoliberal na Argentina (JOHNSON; SOLER; GONÇALVES, 2016) e, com o golpe institucional-midiático no Brasil, em que, também, assume o comando do Estado um governo liberal conservador (GENTILI, 2016).

No contexto deste escrito utilizamos o termo de liberal conservador, assim como também o de direita, ou mesmo conservador, para referir a uma política que busca, por meio de processos coercitivos ou consensuais, justificar e manter a desigualdade social, baseada na exploração de classes. Frequentemente associa-se o conceito de liberal às ideias conservadoras nas sociedades latino-americanas, visto como o liberalismo na periferia vincula-se a uma inserção subordinada no mercado mundial, e a defesa desses ideais aparece ideologicamente como liberdade de mercado. Sucintamente, referimos direita como a política que naturaliza as desigualdades sociais, promovendo uma suposta meritocracia que se utiliza de métodos crescentemente coercivos para instaurar uma pacificação social, a fim de realizar impunemente a exploração de classes (SILVA *et, all.*, 2014).

Adicionalmente, buscando contextualizar os panoramas políticos, econômicos e sociais que acometem a Argentina e o Brasil contemporaneamente, depara-se com uma infinidade de referências teóricas e midiáticas que explicam estes acontecimentos históricos a partir de um prisma liberal, conservador e repressivo. Este discurso uníssono que explica e justifica os argumentos do fundamentalismo neoliberal, apontam que o elevado custo do trabalho, a alta carga tributária e a corrupção, exclusiva, do Estado, são os únicos responsáveis pelo grande descontentamento “social” que, por conseguinte, fundamentaram e facilitaram a eleição de um governo de direita na Argentina (JOHNSON; SOLER; GONÇALVES, 2016) e na condução de um golpe de Estado no Brasil, com a execução de um conjunto de processos institucionais conduzidos por agentes com intencionalidades manifestamente contrárias às diretrizes esperadas de uma presidente democraticamente reeleita (GENTILI, 2016).

Desta feita, tornasse pertinente indicar que, enquanto ordem e regime social simbólico e pragmático, o fascismo pode coexistir com a democracia, quando este último termo é desconstruído e desconectado de sua base epistemológica, justamente quando é apropriado pelos agentes das políticas liberais. Assim sendo,

em vez de sacrificar e prostrar a democracia aos interesses e exigências do capitalismo global de maneira objetiva, substituindo-a por algum tipo de regime político mais opressor, este nobre conceito é trivializado e subjugado diuturnamente, nas esferas políticas, na mídia e, até mesmo, na academia, até o ponto em que este não se faz mais socialmente necessário ou compreensível em sua plenitude e, por fim, acaba sendo convertido exclusivamente aos desígnios do *mainstream*.

Assim sendo, contemporaneamente adentramos em um período histórico em que as sociedades podem ser consideradas híbridas, ou seja: politicamente democráticas (forma) e socialmente fascistas (conteúdo), reféns das demandas e especificidades do mercado e seus operadores.

Por conseguinte, retomando a centralidade do debate, em ambos os países, estes cenários enviesados estabeleceram, com o apoio míope das classes médias; dos grupos políticos e econômicos hegemônicos locais e de obscuros interesses internacionais, o atroz sufocamento de governos e políticas públicas voltadas às demandas sociais latentes. No entanto, aceitar, naturalizar e aprovar esta prática que segrega, desumaniza e violenta os já oprimidos, tornando-os indignos de compaixão e respeito por sua humanidade, só interessa aos já favorecidos, que buscam preservar, a todo e qualquer custo, exclusivamente seu *status quo* (JOHNSON; SOLER; GONÇALVES, 2016).

Contudo, cabe destacar que a manutenção desta situação é objetivamente insustentável, uma vez que os próprios Indicadores de Clima Econômico (ICE)² no Mundo e na América Latina pioram a olhos vistos, mesmo diante de tanta aplicação e força nas tomadas de decisão dos Estados em prol do mercado capitalista e seus agentes econômicos. Por exemplo, em Julho de 2018 o ICE específico da América Latina aprofundou-se em um patamar ainda mais desfavorável, tendo recuado de -5,2 pontos para -21,1 pontos entre abril e julho do ano corrente. O Índice de Satisfação com a Situação Atual (ISA) se mantém em queda e o Índice de

² O Indicador de Clima Econômico (ICE) é o indicador-síntese, composto por dois quesitos de natureza qualitativa, o Indicador da Situação Atual (ISA) e o Indicador de Expectativas (IE), que tratam, respectivamente, da situação econômica geral do país no momento e nos próximos seis meses. A partir de janeiro de 2018, os indicadores da Situação Atual (ISA) e de Expectativas (IE) de cada país passaram a ser expressos como o saldo de respostas dos respectivos quesitos qualitativos, conforme a fórmula: $ISA = (([opção]_{+} - [opção]_{-}) * 100) / n$, opção+ = Opção Favorável; opção- = Opção Desfavorável; e n = número de experts que responderam esta opção de pergunta (IFO; FGV, 2018).

Expectativas (IE), que vinha positivo desde julho de 2016, caiu para 24,7 pontos, em abril, atingindo zero ponto em julho de 2018 (IFO; FGV, 2018).

No mundo, o ICE, embora ainda seja positivo caiu de 16,5 pontos para 2,9 pontos. Os indicadores que compõe o ICE recuaram, atingindo seu menor nível desde outubro de 2011. Cabe destacar que a piora nos indicadores englobou quase todas as regiões e países do mundo (IFO; FGV, 2018).

Com relação a Brasil e Argentina, especificamente, é pertinente indicar que ambos se encontram no grupo de países latino-americanos que estão escalonados como estando em condição de piora na avaliação do ICE. Argentina passou de resultado positivo para negativo, saindo de 10,7 pontos para -51,3 pontos. As dificuldades enfrentadas pelo governo para resolver a questão fiscal, controlar a inflação e o déficit externo frente a um cenário de viés recessivo explica em parte a avaliação (IFO; FGV, 2018).

No Brasil a avaliação do ICE piorou, o ICE passou de -11,4 pontos para -45,9 pontos. A proximidade de uma eleição presidencial ainda indefinida e a revisão para baixo nas projeções do crescimento do PIB influenciou a piora nas expectativas (IFO; FGV, 2018).

O ICE do mundo e das principais economias registram um momento de expectativas desfavoráveis. Do ponto de vista global, o receio do escalonamento de uma guerra comercial (entre os Estados Unidos e a China) está pairando na agenda. Na América Latina, o cenário internacional influencia. No entanto, são as condições econômicas domésticas e, em especial num ano de eleições presidenciais em vários países da região, que explicam os resultados de cada país (IFO; FGV, 2018).

Especificamente, **o Brasil** é sempre um grande desafio, uma vez que este é um país que traz consigo uma singularidade e uma complexidade sem iguais no que tange a construção e, por conseguinte, a narrativa sobre sua formação social, política e econômica e seus entrelaçamentos aos condicionantes de sua própria história e do contexto global. Assim sendo, buscamos qualificar e destacar a importância deste quadro enquanto referência atual, efetiva e fundamental ao enriquecimento dos diálogos acadêmicos daqueles pensadores que se preocupam em adotar uma postura epistemológica crítica com relação ao panorama observado e vivido no Brasil contemporâneo.

As circunscrições simbólicas e pragmáticas que a sociedade brasileira ostenta ao longo de sua história segue de maneira acrítica e compassiva, demonstrando como se fundamentam e se alastram a ideologia e os interesses dos mais ricos do Brasil, em detrimento da exploração do trabalho e da vida do restante da população, permitindo a edificação de uma das sociedades mais desiguais e perversas do planeta (SOUZA, 2015).

Dentre os países para os quais existem dados disponíveis, o Brasil é aquele que mais concentra renda no 1% mais rico de sua população. Segundo o PNUD; IPEA e FJP (2017), o Brasil é o 10º país mais desigual do planeta, em um *ranking* de mais de 140 países, a desigualdade é extrema.

Em relação específica à renda, o 1% mais rico da população recebe, em média, mais de 25% de toda renda nacional e, os 5% mais ricos ficam com o mesmo que os demais 94%. Essa enorme diferença e concentração são frutos de um topo que ganha rendimentos muito altos, mas, sobretudo de uma enorme massa de brasileiros que ganham pouquíssimos rendimentos por meio de seus parcos salários mínimos, quando afortunadamente, os têm (GEORGES; MALA, 2017).

Neste cenário, 80% da população brasileira sobrevive com uma renda *per capita* domiciliar mensal inferior a dois salários mínimos brutos (R\$ 1.908,00). 10% da população vivem com rendimentos *per capita* domiciliares brutos de, em média, R\$ 4.510,00 e, o 1% mais rico do País recebe *per capita* mais de R\$ 40.000,00 por mês (MORGAN, 2017).

Há de se destacar que mesmo pensando acerca da estratificação socioeconômica citada, o intervalo de valores e rendimentos declarados estabelece uma faixa demasiadamente larga e heterogênea para ser considerada monoliticamente como sendo uma classe social específica, ungida de atributos e objetivos em comum, mas, não o são, de modo algum. Uma vez que não apenas existem importantes diferenças dentro desses grupos e, nem todos os seus segmentos ou indivíduos possuem o mesmo papel e capacidade na conformação macroeconômica nacional (GEORGES; MALA, 2017).

Paralelamente, a título de exemplo, há também um grupo bastante peculiar e abastado que também traz consigo o estigma brasileiro da assimetria econômica. A OXFAM (2017) os denominou como sendo: “o topo do topo”, na qual os rendimentos médios (a maioria não tributada) são de cerca de R\$ 190.000,00 por mês.

Entretanto, nesta ilustre e exclusiva confraria, existem sujeitos que alcançam rendimentos mensais declarados que superam os R\$ 400.000,00. Isso revela em que medida o topo da pirâmide é também muito desigual entre si (OXFAM, 2017).

Ainda, podemos salientar que, no Brasil, a desigualdade de riqueza (bens materiais como imóveis ou propriedades e, ativos financeiros como aplicações e ações) também apresenta um forte traço - ainda maior que a desigualdade de renda. Aquele 1% dos mais ricos concentram consigo 48% de toda riqueza nacional. Em contrapartida, 50% da população brasileira possuem menos de 3% da riqueza total do País (MEDEIROS; SOUZA; CASTRO, 2015; SOUZA, 2016).

Os dados acima foram apresentados com a finalidade de se ilustrar a complexidade da composição socioeconômica do Brasil em termos gerais. Entretanto a cada vez que se analisam os demais dados relativos à composição e diferenças intrínsecas de outras amostras e grupos de sujeitos (homens x mulheres, brancos x negros, por região do País, etc.), percebe-se que a desigualdade é presente e extremada em todos os sentidos. Isso versando-se especificamente acerca de valores pecuniários, situação em que a métrica utilizada é objetivamente verificável. Ao serem observados os dados referentes a outros tipos de desigualdade, tais como, a oferta e o acesso a serviços essenciais e a infraestrutura, carga de tributos, qualidade do ensino, manutenção de direitos essenciais, corrupção (por parte do Estado e da iniciativa privada), influência excessiva e não representação política; elitização da política e dos governos, as diferenças são cada vez mais abissais, estratosféricas e chocantes. O Brasil é um país de fortes contrastes culturais e, sobretudo: socioeconômicos (OXFAM, 2017).

A implicação deste cenário a classe trabalhadora é que os sujeitos sociais que as compõem estão expostos a toda sorte de exploração em sua existência, inclusive, com o aval e o direcionamento do Estado, uma vez que este tem sido coordenado em função dos interesses exclusivos daquele 1% mais rico do País. Portanto, neste cenário em que as contrarreformas estão em pauta e em fase de implementação, há um retrocesso muito grande no mundo do trabalho. Esta situação afeta de modo direto os trabalhadores, mas, em largo período, a própria sustentabilidade econômica do País. Neste processo histórico de concentração de renda e reinvenção do capitalismo, a perspectiva de perversidade sobre os trabalhadores permanecem em voga (KREIN, 2019).

Adicionalmente, podemos indicar que esta histórica fragmentação social e econômica do País, vem sendo ampliada de modo negativo pelos últimos governos de viés conservador e neoliberal, uma vez que ao contrário de pensar uma sociedade com inclusão e equilíbrio social, a destroçam cada vez mais, utilizando-se dos piores expedientes que o capitalismo lhes serve. Assim, o crescimento da desigualdade e da exclusão social é uma verdade inconveniente. Ainda, essa tendência ocorre em um momento em que há uma nova etapa de inovações tecnológicas, que economizam trabalho e, estas tecnologias estão sendo utilizadas para fundamentar e justificar novas rodadas de contrarreformas, ampliando ainda mais o exercito de reserva, responsabilizando as pessoas pela sua situação no mercado de trabalho e na sociedade, por não terem empregabilidade, empreendedorismo e não serem previdentes para assegurar seu próprio futuro. Neste sentido, pode-se afirmar que o capitalismo é, na sua livre manifestação, destruidor de pessoas, subjugando-as como meras mercadorias (KREIN, 2019).

Este panorama ganha corpo e força a partir do aporte exclusivamente economicista do capitalismo contemporâneo estabelecendo uma abordagem que se desdobra de maneira inequívoca sobre o cotidiano da humanidade e, em especial, dos brasileiros. Indicando como a partir desta perspectiva todo comportamento individual e social passam a serem induzidos e traduzidos por meio de estímulos econômicos, tendo deste modo todas as qualidades humanas sido reduzidas ao potencial das quantidades de “coisas úteis” a serem consumidas (GALVES, 1991).

A naturalização das deformações, distorções e injustiças sociais que acometem o Brasil e como são secundarizadas nos discursos e nas práticas dos indivíduos, das instituições e dos governos, criando e recriando um cenário de antagonismo de classe, estabelecendo que todo mal, político, administrativo e econômico, é derivado da corrupção instalada, exclusivamente, no Estado, ignorando e negando pretensiosamente as responsabilidades da classe burguesa e da iniciativa privada para formatação, reforço e ampliação deste drástico panorama em que vivemos (SOLANO; MANSO; NOVAES, 2014).

Assim sendo, no cotidiano da população se estabelece uma forte influência e presença dos ideais capitalistas que fundamentam hierarquias valorativas e segregativas, a partir de mecanismos ocultos e opacos, que buscam ativamente estabelecer uma violência simbólica e efetiva no contato entre os estratos sociais,

conformando uma condição socioeconômica e cultural estamental internamente ao País (MIGUEL, 2016).

Diante da ofuscação que impede os debates brasileiros acerca das severidades que acometem as classes sociais e a esfera política nacional, é relevante destacar que a união entre economicismo e culturalismo conservador turva ainda mais esta análise e a plena compreensão sobre como se dá a estruturação social do Brasil. Sobre esta perspectiva, decreta-se que a luta de classes não existe. Em contrapartida, as classes sociais existem e a opressão de uma pelas outras também, com o objetivo sublime de se estabelecer “duramente” a ordem e a paz social para “todos”. Deste modo, os governos de direita, submissos aos interesses externos, fundam-se nos cárceres o Estado de Direito, neutralizando greves e sindicatos, para proteger a liberdade do capital. Desta feita, as classes dominantes lucram cifras astronômicas enquanto dominam e exploram, ao mesmo tempo em que anunciam enfaticamente o inferno a todos, travestindo-o de paraíso.

Em hipótese alguma, o problema de fundo é abordado de maneira clara e objetiva: o abismo socioeconômico dentre os estratos sociais do Brasil, com suas causas, suas consequências e, principalmente, sobre as formas de transformação radical deste horizonte.

Portanto, um segmento social muito privilegiado garante de sobremaneira uma boa imagem, reforçando seus direitos a obter prestígio, reconhecimento e melhores salários e lucros e, além disso, consegue culpar as próprias vítimas deste processo social que torna invisível a injustiça, a exploração, a miséria e o sofrimento diário, como se fosse possível escolher esta condição de pobreza e humilhação.

Entretanto, com o resultado inegável das eleições presidenciais de 2014, vencidas de maneira legítima e democrática pelo partido da situação (Partido dos Trabalhadores), este fora o estopim da indignação das classes políticas conservadoras que lograram, inclusive, persuadir e contaminar parte importante das classes trabalhadoras ascendentes com seu discurso draconiano, incensadas pela mídia, que a cada dia apresentava um novo escândalo, envolvendo, exclusivamente e seletivamente, agentes do governo e de seu partido (GENTILI, 2016).

A modelagem do processo que chega ao paroxismo com o processo de *impeachment* sofrido pela presidenta Dilma Rousseff, eleita democraticamente ao seu segundo mandato foi iniciada logo após a eleição. Diversos mecanismos

institucionais, a partir do legislativo e do judiciário, foram convergindo embalados pelos meios de comunicação perenemente oligarquizados e em prol de seus autointeresses.

Mas, dialeticamente, cabe apresentar um argumento importante neste contexto. Ao longo do tempo histórico (2010, 2011 e 2012) em que movimentos sociais disruptivos surgiam ao redor de todo o mundo e, inclusive, na América Latina, o Brasil se mantinha em um ambiente plácido de calma social, dando a entender que era um “oasis” de tranquilidade e progresso. Sindicatos e organizações partidárias, vinculados ao governo contiveram os protestos urbanos e, desta forma afastaram-se das demandas sociais legítimas e críticas (GONZÁLEZ; BRINGEL, 2015). Quando em 2013, se iniciaram os protestos no Brasil, estes mesmos atores já não tinham vínculos fortes com suas bases e, paradoxalmente, não conseguiram fazer frente à mobilização avassaladora dos setores liberais conservadores que tomaram o poder.

Nesta situação o Partido dos Trabalhadores foi afetado diretamente em pelo menos dois sentidos. Como governo, sua capacidade de articulação política e manutenção da governabilidade e, como partido político, em seu papel histórico de mediador do campo popular democrático brasileiro. Estes condicionantes, em conjunto com a desconexão com relação aos atores sociais que tradicionalmente apoiavam o partido e o governo minaram suas defesas, abrindo espaço para reconquista de poder dos liberais conservadores golpistas (BRINGEL; FALERO, 2014).

Por conseguinte, a sanha e astúcia desses velhos grupos políticos hegemônicos fazem o Brasil e os brasileiros recuperarem a memória da sua dependência externa e do comando subserviente dos seus governos na seletividade e parcialidade com que foram publicamente julgados, não diretamente as suas políticas senão o desprestígio e a vontade irrefreável de jogar os expoentes do progressismo na vala comum da corrupção. Obviamente que a intenção de falência e desautorização social estende-se, arbitrariamente, a toda “esquerda” brasileira (GENTILI, 2016).

A solução deste panorama, segundo os operadores e intelectuais do *apartheid* conservador e da psicose neoliberal, é o enlace ainda mais lascivo e pornográfico aos desígnios do capital e do mercado, com efusivos elogios às

práticas da gestão enxuta, do Estado mínimo, do *superávit* primário, da “racionalização” dos gastos públicos, etc. Este panorama aliado à ausência crônica de debates essenciais sobre a realidade brasileira nos espaços públicos, na esfera política ou na mídia, torna um País tão rico e diverso como é o Brasil, com sua grande população e potencial produtivo, social, cultural e intelectual, em uma multidão de sujeitos manipulados e incapazes de perceber os perigos que os assolam diuturnamente. Essa é uma cegueira imposta que condena milhares de pessoas a uma vida indigna, que sentencia toda a sociedade a uma condição amesquinhada e a uma vida apequenada em todas as suas dimensões (SOUZA, 2015).

Acerca do contexto descrito acima, Harvey (2018) nos indica que, apesar de todo aparato teórico metodológico e midiático apontarmos que o sistema econômico capitalista é altamente racional, isso não é verdade. Dado que, na verdade, produz incríveis irracionalidades. Visto como, por exemplo, ao cabo de dois anos do exercício de um governo golpista e ilegítimo, o mantra neoliberal e as ações efetivas de desmonte do Estado e sua infraestrutura de apoio ao cidadão, em função exclusiva dos interesses capitalistas, trouxeram um panorama econômico pífio e, sobretudo, trouxe a reboque um quadro de total instabilidade no mercado, na política e, sobretudo no campo social. Fenômenos que possuem largo potencial para se manter inalterado, em um futuro presumível, frente as evidências contemporâneas (GUELLATI; MONTEIRO; OLIVEIRA JUNIOR, 2017).

Esta situação se reflete de modo objetivamente verificável nos indicadores de desempenho do País em que, segundo o IBGE (2018a), 13 milhões de pessoas estão desempregadas (em junho de 2018) e o número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada já é o menor registrado em série histórica. Paralelamente, há ainda um quadro extraordinariamente grave que é àquele vinculado a condição de desalentado, ou seja, àquele sujeito que nem trabalha e, tão pouco busca emprego, que (em junho de 2018), registrou o número de 26,4 milhões de pessoas, a maior taxa desde 2012 no País, segundo o IBGE (2018b). Esta situação avassaladora empurra cidadãos e trabalhadores rumo à informalidade e a precariedade em seu exercício laboral (PELATIERI et. al., 2018; CAMPOS, 2018), com o aval do Estado. Uma vez que após a forçosa implantação das reformas trabalhista (CAMPOS, 2017), por exemplo, a situação ao invés de melhorar, piorou drasticamente (IPEA, 2018).

Os Índices de Vulnerabilidade Social (IVS)³ atuais se alavancaram, verificando-se a perca da tendência de redução deste índice. Passou a haver um aumento de 2% no computo geral, saindo de 0,243 (2014) para 0,248 (em 2015). Este pequeno aumento de 0,005 pode significar um ponto de inflexão na curva da redução da vulnerabilidade social do Brasil. Nesse cenário cabe destacar que a complexidade dos dados referidos no IVS extrapola as usuais percepções da vulnerabilidade associada à insuficiência de renda, de ativos, de bem-estar ou de qualidade de vida. Contudo, cabe salientar que o aspecto investigado prossegue a partir de considerações multidimensionais decorrentes de processos mais amplos que informam e dão contornos às desigualdades sociais no Brasil. Os dados indicados e considerados permitem-nos promover uma análise reflexiva a respeito da capacidade (ou não) do Estado em promover um conjunto efetivo de instrumentos e políticas públicas capazes de aprovisionar aos cidadãos os mais diversos acessos que reduzam ou minimizem os efeitos das, historicamente, conhecidas falhas na oferta de bens e serviços a população como um todo (IPEA, 2018c).

Esse panorama se materializa de modo negativo, tornando cada vez mais expressivo o exercício da violência. Já em 2016 o número de homicídios no Brasil superou o patamar de 60 mil por ano (CERQUEIRA, et. al., 2018). Mais alarmante é que estas mortes atingem principalmente homens (92%), jovens (15-29 anos), negros (71%), moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Estes homicídios representam uma séria questão nacional que está sendo negligenciada, uma vez que para além da evidente violação aos direitos humanos, esta condição impede que parte dessa população alcance uma vida plena e, ainda,

³ O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), construído a partir de indicadores do Atlas do Desenvolvimento Humano (ADH) no Brasil, procura dar destaque a diferentes situações indicativas de exclusão e vulnerabilidade social no território brasileiro, numa perspectiva que vai além da identificação da pobreza entendida apenas como insuficiência de recursos monetários. O IVS é um índice sintético que reúne indicadores do bloco de vulnerabilidade social do ADH, os quais, apresentados por meio de cartogramas e estruturados em diferentes dimensões, servem de suporte para a identificação de porções do território onde há a sobreposição daquelas situações indicativas de exclusão e vulnerabilidade social no território, de modo a orientar gestores públicos municipais, estaduais e federais para o desenho de políticas públicas mais sintonizadas com as carências e necessidades presentes nesses territórios. Complementar ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o IVS traz dezesseis indicadores estruturados em três dimensões, a saber, infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho, permitindo um mapeamento singular da exclusão e da vulnerabilidade social para os 5.565 municípios brasileiros (conforme malha municipal do Censo demográfico 2010) e para as Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) das principais regiões metropolitanas (RMs) do país (IPEA, 2015).

revela uma inesgotável fonte perdida de talentos para o desenvolvimento do próprio País (BRASIL, 2017).

Esta situação contemporânea (2018) também é reflexo dos desempenhos produtivo e comercial brasileiro que se cristalizaram de modo nulo (zero de variação com relação à produção física) ou ainda, em marcha de retração com relação ao ano anterior (2017). Esse comportamento sugere uma atividade empresarial de expressiva aversão ao risco e extrema cautela produtiva. Incitando uma demora ainda maior no processo de recuperação gradual da economia do País (BAHIA, 2018).

Retrato desta circunstância conjuntural é a constante revisão das projeções de indicadores macroeconômicos por parte do próprio governo federal, sempre em direção a condições estatísticas inferiores e inconvenientes. Foi de 2,5% para 1,6% a previsão de crescimento do PIB em 2018. Já a projeção para a inflação subiu de 3,4% para 4,2% (BRASIL, 2018).

Assim sendo, com relação à esfera econômica que paira sobre o Brasil, é preciso frisar efusivamente que para além do discurso liberal conservador do “novo governo”, não há absolutamente nada de prático e efetivo para o fomento da retomada do crescimento econômico do país. Pura retórica. Os agentes financeiros e produtivos, nacionais e internacionais, são exatamente os mesmos, que seguem aplicando os mesmos métodos de exploração de sempre. Há ciclos de inflação, queda no consumo, desemprego e, os preços, que deveriam se reduzir ou se equilibrar diante da retração na demanda, escandalosamente prosseguem em escalada, deixando o pobre cada vez mais miserável e o rico, milionário (JOHNSON; SOLER; GONÇALVES, 2016).

Paralelamente, as crises políticas e a corrupção dos governantes nos diversos níveis são moeda corrente na história brasileira. Mas, nesta conjuntura a corrupção tem sido manipulada midiática e juridicamente para eliminar quem detinha apreço popular, isentando completamente os atores políticos liberais conservadores, detentores dos maiores históricos de corrupção. E, isso nos permite viver na maior cleptocracia da história republicana brasileira sem que exista qualquer pudor (AMORIM, 2015).

Ao mesmo tempo, o moralismo seletivo da classe média no Brasil tem implicado frequentemente em ver o mal sempre fora de si e nunca em suas ações

cotidianas de exploração, opressão e alienação. Entretanto, cabe destacar que a inação do governo progressista e das forças da esquerda nas mobilizações de junho de 2013 facilitou a mudança da correlação social de forças. Apresentada por meio de brados retumbantes como sendo uma vontade geral, que se erigia como “apoio popular” aos interesses das elites conservadoras do País. Assim sendo, este seletivo grupo conduziu a nação rumo a uma caminhada acelerada em direção a uma autocracia mais coercitiva (SECCO, 2013; AMARAL, 2016).

Com relação à **Argentina** e ao seu panorama político e econômico atual, podemos descrevê-lo e examina-lo por meio de um largo referencial sobre o incremento das teorias e aplicações políticas e ideológicas da chamada “nova direita”. Esta que possui um eloquente discurso anti-ideologia e, que se apresenta ao público com um conjunto de ideias e narrativas que se segue em um renovado formato, mas, continuam repletas das mesmas antigas prerrogativas liberais conservadoras de outrora (ANSALDI; SOLER, 2015).

Sobre esta conjuntura, podemos compreendê-la como sendo uma reconfiguração das práticas dos grupos de direita que é, tão somente, uma maneira de acomodação e readequação destes ao contexto político-social criado pelos governos de centro-esquerda precedentes. Justamente esta esquerda que floresceu do fracasso dos aportes neoliberais e das crises de representação dos partidos políticos tradicionais e conservadores, mas que, todavia, não conseguiram superar o paradigma dominante da economia, da própria política e da esfera relativa à globalização financeira e da sublimação dos interesses de grupos privados de atuação transnacionais sobre os anseios da população (ANSALDI, 2014; GIORDANO, 2014). Desta feita, esta situação determina que os interesses e as forças da iniciativa privada se sobreponham a esfera pública, debilitando a construção e reforço de identidades políticas legítimas e suas premências em relação ao Estado (KALTWASSER, 2014).

Contemporaneamente na Argentina, como no restante da América Latina, é evidente que o modelo de produção e acumulação de capital continua a ser fundamentado sobre o modelo primário exportador. Fato que favorece ainda mais os processos de fragmentação social, política e econômica do Estado. Pode ser descrita como sendo uma politização e naturalização das desigualdades. Nesta cena, podemos indicar que partidos e sindicatos foram sendo sumariamente

desconfigurados, perdendo sua representatividade com relação às demandas e potencialidades de suas bases políticas-sociais efetivas e, o Estado, por sua vez, seguiu sendo minimizado e subordinado pelos desígnios do capital em função de seus interesses específicos.

Para ampliação e manutenção deste cenário, observamos que há, por parte dos grupos políticos de direita, a busca por uma imposição e padronização ideológica. Para tanto, apelam em seus discursos para o termo da “democracia”, como fonte para legitimação de sua própria ordem política “anti-democrática”. Desta forma, apropriando-se e distorcendo este conceito em prol de sua conveniência e benefício político-econômico imediatos.

Todavia, cabe frisar que, da direita à esquerda, ao longo do tempo pretérito e ainda agora, todos os políticos corruptos têm sido eleitos por meio de votos democráticos, quando não invadem a institucionalidade apeados por forças militares. Perante uma mudança significativa na correlação de forças em âmbito regional e nacionais observamos que os últimos golpes de Estado na América Latina, Haiti, Honduras, Paraguai e, por último, Brasil, têm sido amplamente estribados nos “marcos legais da democracia” (SOLER, 2015). E esta narrativa também incide de maneira direta na condição atual do cenário da Argentina.

Evidentemente, que esta apelação pelo discurso democrático, por parte dos atores políticos da Argentina, já têm sido demasiadamente empregadas ao longo do tempo. Para tanto, com o intuito de garantir suas vontades, lucros e privilégios próprios, estes grupos de direita têm empregado o uso da violência de maneira deliberada, ostensiva ou simbólica. Sobre este contexto, assistimos a busca da direita por se firmar como legítimo representante das linhas de continuidade ideológica e pragmática da sociedade como um todo; para tanto, empenha-se com toda força em reproduzir, por meio da capilaridade da mídia e redes sociais da internet, suas ideias e, em igual medida, desqualificar os contra-argumentos e as correntes políticas e filosóficas antagônicas.

Paradoxalmente, estes políticos de aporte neoliberal possuem o apoio de grupos econômicos que floresceram e se consolidaram, precisamente à luz e a glória das políticas implantadas pelos governos progressistas pretéritos, em que o desenvolvimento de ações efetivas voltadas à valorização da mão de obra, dos preços dos produtos naturais e matérias-primas locais, do fomento do comércio e do

consumo, mediante a aplicação de políticas públicas de redistribuição de renda (GIORDANO, 2014).

Neste cenário, a direita na Argentina vem buscando mobilizar a população e o eleitorado para que se esqueçam deste processo histórico, buscando, legitimar, de alguma forma, a desigualdade social incrustada no cerne da sociedade. Contudo, como os últimos governos de esquerda ainda são recentes e seus discursos e práticas de cunho igualitário ainda figuram no imaginário popular, a direita ainda tem encontrado alguma resistência civil e política. Por essa razão, ainda não tem se atrevido a liquidar certos tipos de direitos sociais que foram conquistados ao longo dos últimos tempos.

É pertinente compreender que estamos vivenciando o final de um ciclo político-econômico global em que há severos impactos em diversas esferas, atingindo desde os modelos de produção e acumulação de capital, aos modos de geração e distribuição de emprego e renda. Inclusive, com evidentes modificações em estruturas produtivas, aparentemente, já consolidadas. Nestes últimos anos os setores neoliberais têm ressurgido dos porões de uma sorradeira oposição e, inclusive, começam a governar a partir de uma sólida campanha ideológica os contextos sociais, políticos e econômicos nos territórios conseguidos pelos governos progressistas, que foram paulatinamente ruindo a sua representação, relacionado, entre outras questões, com as escassas possibilidades de governar na periferia do sistema mundial num cenário hierarquicamente financeirizado, diminuição da participação política das bases sociais que os conduziram ao poder por conta de uma preocupação em sustentar uma governabilidade que, em suma, tem fortalecido os setores aos quais dizia originalmente se opor. Esta também é uma amarga realidade que acomete contemporaneamente a Argentina e, também o Brasil (GONZÁLEZ; D'URSO, 2018; IPEA, 2017; JOHNSON; SOLER; GONÇALVES, 2016).

Para quem busca rumos inovadores aos elementos políticos e econômicos nacionais a partir das perspectivas da direita, é preciso explanar e orientar que estes grupos não possuem qualquer tipo de programa diferenciado e viável para superar o “progresso” implantado pelos governos de centro-esquerda. O uso deste discurso retórico é desvinculado da razoabilidade e, é reflexo direto das práticas dos partidos de direita que dominavam a conjuntura dos anos de chumbo. Isso porque os

agentes produtivos e econômicos e os atores políticos e sociais que dominam este quadro ainda são, exatamente, os mesmos (ANSALDI; SOLER, 2015).

Além disso, a composição dos grupos e partidos de direita continua a agregar em seus quadros elementos advindos do mundo empresarial e dos tradicionais grupos econômicos do país. Mesmo com a incorporação de novos intérpretes, as premissas relativas ao conservadorismo político, à liberdade econômica e a ingovernabilidade social, seguem se articulando a um discurso desenvolvimentista extremamente impreciso e persistentemente irrealizável.

Assim, uma das práticas políticas desta direita na Argentina, é uma característica peculiar em seus projetos, a ideia do “consensualismo”, que é a noção e a imposição de uma perspectiva de sociedade que segue totalmente desvinculada de tensões entre os estratos e os atores sociais. Com isso, busca-se empreender uma ordem social, política e econômica bastante específica que lhes garantam a supremacia no poder ao longo do tempo futuro, encerrando qualquer possibilidade de diálogo ou disputa de forças. Para tanto, se utilizam de expedientes excêntricos em seus discursos, indicando ao público e ao eleitorado que são desprovidos de ideologias, que procuram diluir os conflitos sociais de caráter classista, mas que, em última instância continua a polarizar a sociedade, inclusive, criando uma condição favorável para exploração de agentes externos (ANSALDI, 2014).

Portanto, a direita da Argentina tem buscado instalar em seu país a fantasia de que a gestão de assuntos sociais pode ser desenvolvida a partir de aportes unicamente técnicos, em que os problemas deverão ser “resolvidos” e compreendidos como sendo necessidades pontuais. Para tanto, celebram e plantam a proposta e o engodo de uma vida plácida, sem violência ou conflitos sociais. Enunciando que não possuem mais definições ideológicas incisivas e grotescas como aqueles tradicionais partidos de extrema-direita do passado (GONZÁLEZ; D'URSO, 2018).

De tal modo, proferem que não fazem parte da direita, nem da esquerda, tampouco de centro; bradam efusivamente que não se deve observar o passado, somente procurar o futuro, deixando de lado as ideologias. No entanto, este caricato palavrório acerca da não-ideologia é, precisamente, uma forma encoberta de

ideologia, em que se busca representar um personagem idealizado que, todavia, fica muito aquém da realidade objetivamente verificável.

Nesse ínterim e, de posse de dados e de importantes indicadores de desempenho, podemos destacar que a Argentina piorou em sua avaliação do Indicador de Clima Econômico (ICE), passando de um resultado positivo (10,7 pontos) para um negativo (-51,3 pontos). As dificuldades enfrentadas pelo governo para resolver a questão fiscal, controlar a inflação e o déficit externo em um contexto com viés recessivo explicam em grande parte a situação (IFO; FGV, 2018).

A inflação da Argentina que já era alta (24,8% a.a. no fim de 2017) está ainda maior atualmente (47,6% para o acumulado do ano de 2018) (BCRA, 2018). Como já citado previamente, no Brasil a taxa de inflação atual é de 4,2%, por exemplo. Nesse sentido, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) na Argentina registrou uma variação de 3,1%, somente entre novembro e dezembro de 2018, note-se, em desfavor do consumidor, que passou a pagar ainda mais caro para consumir. Com destaque de 3,7% de aumento nos bens e 2,1% nos serviços (INDEC, 2018c) Este quadro, inclusive, destoia significativamente do panorama geral latino-americano em que os processos inflacionários se detiveram e, paulatinamente, amainaram de intensidade (BDE, 2018).

Frente a esta condição o Banco Central da Argentina (BCRA) implantou por meio de sua política monetária a elevação da taxa de juros de referência ao mercado interno a fim de, buscar, equilibrar seus indicadores macroeconômicos nacionais e, desta feita fixou unilateralmente o indicador referente à taxa de juros em um patamar de 45% ao ano (BCRA, 2018). Só a título comparativo, no Brasil, este mesmo indicador é estabelecido em 6,5% ao ano (BCB, 2018).

Ainda, o governo da Argentina passou a levar adiante, a revelia da população, reformas fiscais em que aprovaram, até mesmo, a atualização dos padrões das pensões e aposentadorias, com o discurso de aumentar a sustentabilidade do sistema securitário público. Ademais, o governo central firmou trato com as províncias (estados) a fim de se limitarem os gastos públicos nos próximos anos (BDE, 2018).

Ainda no campo das finanças públicas, podemos destacar que o governo da Argentina recorreu ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para mobilizar um empréstimo de US\$ 50 bilhões de dólares americanos. Esta ação dá mais fôlego ao

mercado financeiro e de capitais. Entretanto, mantém quase que inalterado o panorama da economia de base material no País (MOLINA, 2018).

No campo das trocas econômicas internacionais, a Argentina permanece deficitária ao longo do tempo pretérito e presente. Estacionando, em uma incomoda condição que emperra seu dinamismo e potencial de crescimento econômico e social (BDE, 2018).

Constatação deste quadro é que com relação ao mercado de trabalho, é possível indicar que as atuais taxas apontam para os indicadores de 46,7% de atividade econômica; de 42,4% de emprego, enquanto a taxa de desocupação é de 9,1%. Todavia, agregado a este último valor ainda há mais um grupo em estado de ociosidade ou subocupados, que ainda buscam colocações no mercado, estes computam mais 15,3% ao cenário do desemprego, totalizando: 24,4% da população economicamente ativa da Argentina. Deste total, 39,3% busca emprego há pelo menos um ano, sem encontrá-lo. Resultados que representam um significativo aumento na taxa de desemprego com relação ao trimestre anterior do ano corrente. Enquanto que as taxas de atividade econômica e emprego se mantiveram inalteradas (INDEC, 2018a; INDEC, 2018b). Adicionalmente, se verificarmos somente a estratificação deste indicador por meio da segregação geográfica, a região metropolitana de Buenos Aires alcança patamares superiores, nos mesmos quesitos, o que é extremamente ruim, uma vez que esta é a região mais dinâmica da economia Argentina. Por exemplo, 47,7% de atividade econômica, enquanto há 42,7% de emprego, mas, 10,5% de desemprego, adicionados aqueles em estado de ociosidade ou subocupados, que ainda buscam colocações no mercado, estes computam mais 17,9% ao cenário do desemprego, totalizando: 28,4% da população economicamente ativa somente da região metropolitana de Buenos Aires (INDEC, 2018a; INDEC, 2018b).

Esta situação se mantém mesmo havendo indicações oficiais de que os setores econômicos do país ofertaram vagas de emprego e, em vários casos, não tiveram sua demanda efetivada por parte dos trabalhadores (INDEC, 2015). Compreendemos que esta situação ocorre uma vez que ao longo do tempo a precarização das condições de trabalho e, sobretudo, os baixos salários oferecidos, desestimulam o trabalhador a buscar e a permanecer no posto de emprego,

ampliando e aprofundando ainda mais as fases de crise econômica dos países (ILO, 2017), tal qual na Argentina contemporaneamente.

Paralelamente, há de se destacar que o total geral de pobres na Argentina (pobres indigentes somados a pobres não indigentes) subiu de 17,9% para 25,7%, no intervalo de apenas um ano (2016-2017) (INDEC, 2017).

No geral, frente a este somatório de indicadores econômicos ruins e com o quadro social e político interno bastante delicado, a Argentina prossegue sendo a exceção negativa do cenário latino-americano atual, frustrando as expectativas do mercado e, sobretudo, dos cidadãos argentinos (BDE, 2018).

Diante dos **panoramas contemporâneos do Brasil e da Argentina**, em síntese e, do ponto de vista acadêmico, podemos afirmar que a direita da Argentina está produzindo uma inversão qualitativa na construção e condução da democracia no país. No entanto, este exercício de poder significa uma troca na noção e no formato de representação política e social e, mesmo sobre a compreensão do que é democracia, sua episteme, aplicação prática e embates pela sua significação, note-se para pior.

Frente ao aprofundamento da dependência extrema a atores e agentes internacionais que os governos de direita estão a impor às sociedades da Argentina e do Brasil, podemos considerar que estamos adentrando em uma fase histórica de recolonização. Sob o mote da liberalização do mercado, incentivam-se acordos bilaterais ou multilaterais, todavia, secundarizando o MERCOSUL e outras iniciativas de integração regional latino-americanas pretéritas como a UNASUL, por exemplo, que, diferentemente do discurso, aniquila os laivos de autodeterminação e soberania produtiva e econômica de países periféricos como Brasil e Argentina. Marcando um grande retrocesso na política externa estratégica destes países em função da garantia subserviente dos interesses externos, por parte das classes hegemônicas políticas e econômicas, que são a mesma coisa, visto como se compõem pelos mesmos agentes e atores, uma vez que estão entrelaçados em função de seus interesses (FPA, 2018).

Simultaneamente, os potenciais socioambientais destas nações estão sendo explorados de acordo com demandas externas. Para tanto, retornaremos à preponderância do aspecto primário na produção e exportação, mesmo cientes de que os preços das *commodities* seguirão sendo determinados pelos compradores,

reforçando a perpétua condição de submissão política e econômica aos países centrais (JOHNSON, 2013).

Assim sendo, podemos considerar que o sufocamento das economias de Argentina e Brasil, com o apoio de seus governos de direita e seus grupos políticos centrais, prosseguirá a partir dos interesses dos atores financeiros internacionais, que se beneficiam diretamente de uma estrutura econômica sustentada a partir da opressão dos povos, por meio da manipulação das forças do mercado capitalista.

Tanto na Argentina quanto no Brasil, a construção de uma hegemonia denominada como popular no seio da democracia formal busca distrair o aspecto coercitivo da dominação de classe no capitalismo. Visto que, esta forma de democracia e os regimes autoritários, de direita, são as faces da dominação autocrática (FERNANDES, 1981).

Com essas afirmações, buscamos indicar, que os governos de aporte neoliberal e, seus grupos de interesse associados, tanto da Argentina, quanto do Brasil, transformam seus Estados em amplos aparatos burocráticos que lhes garantam a perpetuidade de seus benefícios, em que a ordem e o progresso de poucos se constrói a partir da exploração de muitos. Com relação aos mecanismos democráticos participativos ou deliberativos, é possível asseverar que, até o presente, nestas sociedades, não há qualquer avanço legítimo que se mantenha ao longo do tempo, uma vez que, quando as regras institucionais não os beneficiam, a repressão estatal acaba por assumir o papel direto e imediato para satisfazê-los adequadamente, inclusive, a partir de uma fantasia pseudodemocrática em seu formato (JOHNSON, 2013).

É necessário expor que estas fraturas na composição da democracia levam as sociedades para péssimas condições sociais em que desigualdade, pobreza, exclusão e violência passam a figurar naturalmente no cenário interno dos países, corroendo ainda mais as sociedades e suas instituições, estabelecendo ciclos viciosos de opressão e exploração (SOLER, 2015). Desta feita, a população segue como massa de manobra ou, espectadora dos ardilosos jogos de poder dos grupos políticos e econômicos hegemônicos que buscam a riqueza unicamente para si. Portanto, comparando as realidades atuais de Argentina e Brasil, compreendemos que estas se assemelham, uma vez que a condição de exploração por agentes

dominantes da política e do capitalismo global seduzem, sempre, as classes dominantes desses países, relegando o povo à tribulação permanente.

Apesar de termos a emergência dos governos progressistas ainda em perspectiva histórica recente e, da construção de um posicionamento geopolítico mais autônomo para a América Latina. Toda região ainda segue como sendo a provedora de matérias-primas à economia mundial. Portanto, de fato, não houve um reposicionamento estratégico ao longo do processo de transição global. Uma vez que passado o período de ingerência do Consenso de Washington, seguimos pacificamente rumo à adesão explícita do Consenso das Commodities (SVAMPA, 2013), definido pela precificação internacional das matérias-primas e dos bens de consumo. E neste momento histórico atual, com o retorno progressivo dos Estados Unidos a tutela da América Latina, a situação tende a se agravar cada vez mais (TORRIJOS, 2008).

Por conseguinte, este cenário possui efeitos e implicações diretas na nas características da composição da força de trabalho e, portanto, na configuração dos atores e agentes partícipes das lutas sociais, dos movimentos sociais relacionados ao território e, nos conflitos que se geram a partir das formas cada vez mais complexas que se expressam na sociedade (BRINGEL; FALERO, 2016).

Nesse sentido, é pertinente citar que a América Latina como um todo e, Brasil e Argentina especificamente, vivem um momento histórico delicado. Uma vez que os governos de aporte progressista que tinham alguma conexão, mesmo que simbólica, com os interesses e desígnios de sua sociedade e, que foram eleitos com o auxílio de movimentos sociais, não foram capazes de consumir suas tarefas mais disruptivas e, ainda, que em muitos casos, as repremiram. Outros governos foram substituídos democraticamente nos pleitos eleitorais ou, mesmo, foram destituídos formalmente do poder por meio da desestabilização ou de golpes jurídicos-midiáticos performáticos. Fato é que, neste novo arranjo de forças e do cenário político liberal conservador, as políticas sociais que estavam sendo debatidas com os Estados se encerraram. Mas, vem ganhando espaço, cada vez mais, as argumentações do campo econômico-financeiro, alinhados ao capitalismo global que, apenas reforçam a posição periférica da América Latina no sistema mundial (BRINGEL; FALERO, 2016).

Esta globalização ainda está longe de sua plena conclusão. Mesmo que grandes quantidades de capital foram absorvidos na busca de um ajuste espacial aos problemas de realização por meio da ampliação tanto do consumo final, quanto do consumo produtivo no mercado mundial. Embora pareça que este resultado final não seja mais do que a reprodução das contradições internas do capital em escala cada vez maior. Este processo vem se desenrolando quase sempre associado a conflitos geoeconômico e geopolíticos desastrosos, em que a população mundial prossegue sua existência imersa em guerras intercapitalistas e em toda sorte de conflitos no interior das estruturas territorializadas do sistema estatal (HARVEY, 2018).

No entanto, mesmo diante de tantos argumentos ásperezos, acerca de realidades latentes, ainda podemos pensar e buscar a construção de outro tipo mundo, mediante uma globalização mais humana. As bases materiais do período atual, entre outras, a unidade técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento. É nessas bases que o grande capital se apoia para edificar a globalização perversa de que falamos acima. Mas, essas mesmas bases podem servir a outros objetivos, se forem postas ao serviço de fundamentos sociais e políticos diferentes (SANTOS, 2001).

Tem havido uma grande mistura de povos, raças, culturas, gostos em todos os continentes. A isso acrescente, graças aos progressos da informação, a mistura de filosofias, em detrimento do conhecimento e verdade únicos. Outro ponto importante deste processo é a urbanização, que traz consigo um importante dinamismo aos pensamentos, cristalizando-os materialmente, podendo ser motores de inovação e de revolução, por meio de novos discursos, novas metanarrativas e, principalmente, novas práticas mais positivas e equilibradas. Assim sendo, mesmo frente a tantas adversidades, sempre é possível a existência de novas possibilidades e da escrita de uma nova história (SANTOS, 2001).

Diante deste contexto e deste espaço geográfico descrito, é importante destacar que tem havido a conformação de novos formatos de interação entre movimentos sociais, governos e Estados em toda América Latina. Há cenários de maior polarização e conflito entre sociedade civil e sociedade política que vêm edificando configurações cada vez mais complexas entre estes atores, que vão variando desde uma confluência virtuosa até as tensões paralisantes dos momentos

atuais (BRINGEL; FALERO, 2014). Desta feita, para nos aprofundarmos mais no assunto, no próximo tópico desta Tese, versaremos acerca dos movimentos sociais e suas redes.

1.2 MOVIMENTOS SOCIAIS E REDES

Esta parte do trabalho possui importância especial na edificação das bases teóricas e dos argumentos científicos e críticos que buscamos estabelecer enquanto conjunto de elementos que possam se configurar como sendo as diretrizes investigativas fundamentais mais adequadas à compreensão dos temas relevantes ao desenvolvimento pleno desta pesquisa e, por conseguinte, acerca de seus resultados. Isto porque o foco de análise deste segmento de texto carece de um grande esforço intelectual para que se possa adotar uma abordagem oportuna e pertinente acerca dos fatos decorrentes, uma vez que o tema dos movimentos sociais, das redes e dos movimentos sociais em redes, são estudados e pensados por meio de métodos, técnicas e, sobretudo, percepções conceituais diferenciadas que, podem ou, não, serem complementares e adjacentes aos objetivos que buscamos nesta empreita. Assim sendo, especificamente, neste capítulo há dois assuntos sendo expostos, discutidos e articulados entre si: a) os movimentos sociais e b) as redes.

Os **movimentos sociais** podem ser compreendidos como sendo grandes promessas de emancipação social, política e econômica vinculados a modernidade. Estes surgem após a Revolução Industrial, sendo considerados como “movimentos sociais clássicos”, na medida em que conformavam em suas pautas as contradições advindas do regime de produção capitalista. Neste sentido, como o capitalismo expressa seu poder globalmente de modo desigual, assimétrico e heterogêneo, no espaço e no tempo, mas como elemento antagônico à própria lógica perversa que os fazem ter sentido de existência, em termos globais, o pós-segunda Guerra Mundial é o *turning point* para a edificação de um novo imaginário geopolítico que enquadra discursos, intervenções, ações coletivas e, mesmo, práticas contestatórias em boa parte dos países periféricos (BRINGEL, 2013).

Nesta dinâmica, ao longo do tempo histórico, o Estado foi se consolidando como ator central nas relações com os movimentos sociais modernos. Uma vez que o Estado consolidava em si, as prerrogativas necessárias para prover a subsistência às classes subalternas, como também passou a ser o espaço ideal a ser conquistado pelos movimentos sociais, na intenção de se buscarem novos modelos de desenvolvimento. Contudo, o advento das ditaduras instauradas nos países

periféricos a partir dos anos 1960/70, marcaram uma ruptura neste processo, colocando o Estado como sendo um inimigo central e frontal de qualquer tipo de movimento social (BRINGEL, 2013).

Adiante, a despeito de periodizações rígidas, a partir da década de 1990 os novos movimentos sociais estabelecem uma compreensão espaço-temporal própria a partir de um amplo aprofundamento da transnacionalização econômica; das reconfigurações geopolíticas que se materializavam; nas relações de poder e de interdependência entre centro e periferia; a emergência de novas tecnologias de informação e comunicação e, ainda, as incertezas inerentes às múltiplas crises ecológicas, sociais, políticas e ideológicas expostas ao mundo no período que se estende do pós-queda do Muro de Berlin até os dias de hoje. Para estes novos movimentos sociais, práticas sociais inovadoras, reticulares e descentralizadas e horizontais, passam a dar o tom de suas atividades específicas (BRINGEL, 2013).

Mais especificamente, pode-se apontar que a atuação de alguns movimentos sociais específicos (rurais ou urbanos), vinculava-se de maneira tão expressiva e intensa com relação ao espaço e ao território, que a Geografia passou a compreender o tema como sendo um fenômeno pertinente e permanente de suas considerações acadêmicas. De tal modo, vem se desenvolvendo convenientes, necessárias e extraordinárias pesquisas e reflexões a respeito do tema em foco. Nesse sentido, vinculado a este assunto adotou-se a recomendação e a premissa de Oliveira (2007), que nos indica que o território é uma categoria importante para análise da Geografia sobre o tema dos movimentos sociais.

Mas, cabe destacar que as políticas neoliberais influenciam nas disputas e resignificações do conceito de território, especialmente para que possam se apropriar deste conceito como forma de dominação explícita, gerando reações e resistências. Nas cidades, nos campos, etc., os territórios são produzidos e destruídos em permanentes conflitos, gerando complexas conflitualidades. Desta feita, estas disputas buscam estabelecer arbitrariamente as relações sociais e de controle sobre os territórios pelas classes sociais e, estes territórios, compreendidos apenas como espaço de governança são utilizados como forma de ocultar os diversos territórios e garantir a manutenção e a subalternidade entre relações e territórios dominantes e dominados (FERNANDES, 2006).

Pedon (2009; 2013) descreve e analisa a situação dos movimentos sociais a partir da perspectiva exclusiva da Geografia, tornando-se uma notável e imprescindível referência ao tópico. Como diferencial desta abordagem de pesquisa, pode-se observar que os movimentos sociais se dão por meio de uma materialização socioterritorial ou socioespacial específica justamente conectada aos territórios. A propósito desta condição, pode-se observar e tomar os argumentos do próprio autor para apresentar e elencar algumas de suas considerações acerca do tema.

Um movimento socioterritorial possui como um de seus atributos elementares, a conquista do território. Sua forma de realização dá-se por meio de uma ação efetiva de ocupação. Esta, por sua vez, prossegue compreendida como sendo um processo sociopolítico extremamente complexo, em que se aglutinam elementos de luta popular e de resistência contra as lógicas hegemônicas de reprodução da sociedade capitalista vigente e, por conseguinte, seus desdobramentos sobre o próprio espaço e território. A ocupação, propriamente dita, desenvolve-se intrinsecamente aos processos de espacialização e territorialização, enquanto são criadas e recriadas as experiências de resistência dos sujeitos sociais desterritorializados (PEDON, 2009).

Paralelamente, ainda segundo Pedon (2009), a noção relativa a um movimento socioespacial também deve ser compreendida como sendo um processo, notadamente complexo de produção e criação de espaços, assim como, das relações que estabelecem seus limites. Estes constituem-se por meio de ações concretas e reprodução de relações sociais inovadoras, que combinam as múltiplas dimensões da vida social. Logo, a transformação do espaço é, concomitantemente modificação da realidade em caráter material e, em igual medida simbólica, abrangendo alterações nas ordens dos valores, práticas e culturas nos e dos lugares em que o fenômeno se manifesta. Por conseguinte, este espaço é dimensionado, investido e tomado como sendo um território, por meio da sinergia dos próprios elementos sociais transformadores.

Portanto, frente a esta argumentação do autor previamente citado, pode-se compreender que há uma prerrogativa explícita nestas afirmações, indicando que os movimentos sociais e suas ações se dão, exclusivamente, se estiverem associados de modo inequívoco a um determinado território.

Corroboram com o tema a partir desta mesma perspectiva teórica os argumentos de Fernandes (2001), uma vez que este reforça-nos a ideia de que os movimentos sociais edificam espaços políticos, se especializam e promovem espacialidades específicas. Toda esta construção e conquista de territórios incrementadas pelos movimentos sociais podem se sobrepor, desarticular, ou mesmo, destruir outro território pré-existente. Desta feita, territorialização e desterritorialização se dão de maneira extremamente dinâmica, por meio de conteúdos simbólicos e pragmáticos.

Há de se considerar que esta condição e esta constatação teórica se fundamentam em análises empíricas em que o processo deve ser considerado como sendo um acúmulo de ações de luta, resistência, construções políticas e, em igual medida, violência. Portanto, não são situações propositivas que decorrem do consenso ou da articulação diplomática e dialógica dentre as partes e, sim de combates que se desenvolvem no limiar da razão e da razoabilidade humanas, a custo de muito sofrimento, suor e sangue. A conquista se dá como vitória de um grupo sobre outro, seja ele quem for.

Retomando as considerações de Fernandes (2001), podemos compreender que estes movimentos sociais territorializados estão devidamente organizados e atuam em diferentes lugares ao mesmo tempo. Isso só é possível devido a sua forma de organização política que supera os limites de sua atuação localizada. Portanto, esta territorialização deve seguir para além do seu lugar específico, sempre buscando a construção de uma nova realidade em que se estabeleçam conexões dinâmicas entre o local e o global.

Ainda examinando o binômio território e movimentos sociais, podemos inferir que a atuação do segundo transforma o primeiro, dando-o uma nova significância e implementando uma nova dinâmica, que é regida pelas ações do próprio movimento social, é um exercício de retroalimentação constante.

Portanto, um movimento social ao se manifestar, marchar ou ocupar um determinado espaço traz consigo novos elementos simbólicos e ideológicos, vislumbrando sua materialização efetiva ao longo do tempo e do espaço, por meio de atividades de resistência, conquista, luta, conflitos diretos e multidimensionais, em que se tem em comum os interesses que norteiam o grupo em prol de um objetivo e de ideias partilhadas. Por sua vez, nessa nova territorialidade, em

constante disputa, que é o próprio território que passa a ser apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir da receptividade ou, reatividade, acerca da nova territorialidade em construção (MORAIS, 2011).

Fabrini (2017) indica-nos que existe um sentido doutrinário superior vinculado a moralidade, integridade, ética, etc., que está diretamente associado às lutas dos movimentos sociais e, esta dimensão elevada é percebida e utilizada por estes como sendo portadora de uma virtude inexorável e aglutinadora de forças positivas e propositivas, uma vez que se constitui como sendo a própria possibilidade de se trilhar um caminho para se alcançar a autonomia, a liberdade, a independência e, de sobremaneira, a soberania plena dos grupos e indivíduos ligados aos movimentos sociais e, ainda, à sociedade de maneira geral.

Fabrini (2017) ainda nos indica que a conquista do território por parte dos movimentos sociais passa a significar a liberdade, a autonomia, a emancipação e o lugar social dos indivíduos que os conformam.

Ainda seguindo Fabrini (2007), a organização plena dos movimentos sociais lhes permite importantes conquistas, tornando-os paradigmáticos na realização de suas lutas e resistências, tanto que podem ser compreendidos como sendo a forma mais eficiente de conquistas sociais.

Assim sendo, a dimensão territorial tem importante sentido ideológico e pragmático. Por analogia, podemos percebê-lo como sendo uma trincheira de resistência aos esquemas de dominação do modo de produção capitalista vigente e seus atores. Assim sendo, o território prossegue para além de um simples local e, passa a se constituir como o palco, a condição e a própria possibilidade de existência desses atores e sujeitos sociais enquanto portadores de tais prerrogativas e condições de classe (FABRINI, 2007).

Além disso, nos trabalhos de Mitidiero Junior (2017; 2016) percebemos que o território e sua ocupação também devem ganhar destaque nas análises que visam compreender adequadamente a problemática estrutural do capitalismo e suas formas de crescimento econômico - desigual e contraditório. Este condicionante explicita a essência geográfica no que tange ao entendimento relativo à explosão dos conflitos territoriais, gerados pelo antagonismo das classes sociais e seus modos e interesses de apropriação e dominação do próprio espaço geográfico.

Mais uma vez destacamos que por conflitos e disputas, não nos restringimos àqueles vividos e relatados de modo figurativo ou percebidos no campo simbólico, mas sim, embates e enfrentamentos comparáveis às guerras, em que ocorrem assassinatos; tentativas de assassinatos; ameaças de morte; agredidos; presos; despejos ou expulsões; destruição e vandalismo e, mesmo massacres, em que homens, mulheres e crianças são mais do que oprimidos, são humilhados, torturados e mortos, de modo totalmente desproporcional e, sem o amparo do Estado, da mídia ou da sociedade, que sequer fica sabendo desta situação e, quando sabe permanecesse paralisada, quando, em última instância, não culpam as vítimas de sua própria desventura, horror e destruição sumária (MITIDIERO JUNIOR, 2017). Denotando inclinações discriminatórias por parte do Estado, que dá fluidez eterna as concessões de privilégios aos já privilegiados e detentores de prestígio e poder político-econômico em detrimento infinito dos sujeitos e atores sociais já historicamente oprimidos e marginalizados e seus movimentos característicos.

Esta situação acaba por ocorrer uma vez que as ações de luta dos movimentos sociais ocupam e se materializam no território do “inimigo” de modo efetivo, rompendo cercas e reclamando ao Estado uma atenção legítima que lhes é negada em favor único dos interesses do capital, nacional e internacional (MITIDIERO JUNIOR, 2017).

Coaduna acerca desta mesma perspectiva Feliciano (2016), que nos afirma que a partir de uma análise de causa e efeito, estes conflitos têm vínculo direto com a luta e as ações praticadas pelos movimentos socioterritoriais mas, essa não é a regra única. Isso porque, contemporaneamente, têm se elevado a violência contra os grupos sociais marginalizados, campo e cidade, mesmo havendo diminuído drasticamente a incidência de ações de subversão, ocupação e conquista dos movimentos sociais.

Agravando este quadro, para além da inclinação conservadora dos atores políticos que dominam a cena atual (Argentina, Brasil no caso), ainda tem havido a criminalização dos movimentos sociais e suas ações características por parte dos Estados. Isso porque há uma constante de concentração e centralização de poder em uma única classe hegemônica, que prossegue sua existência parasitária em comunhão carnal com o grande capital, que busca incansavelmente sobrepor sua

ideologia e práticas sobre tudo e todos, desumanizando e deslegitimando a qualquer preço as demandas de atores e sujeitos sociais que não interessam aos seus planos específicos. Assim sendo, esta violência concreta e a total ausência do Estado em prol de uma mediação minimamente equilibrada entre os atores envolvidos neste cenário, conduzem as sociedades ao sombrio caminho em que existe um grande risco de retomada plena da barbárie nas relações sociais que se dão, tanto no campo quanto nas cidades (FELICIANO, 2016).

Esta conjuntura pode ser examinada e compreendida como sendo a síntese efetiva das disputas sobre os territórios pelas diferentes classes de uma mesma sociedade, em uma circulação contínua e contraditória de apropriação e expropriação de formas de vida e reprodução (FELICIANO, 2013).

Sobre o contexto e os argumentos expostos anteriormente, Melo (2016) compreende que o próprio Estado atua como agente inviabilizador da diversidade territorial e dos sujeitos sociais, uma vez que suas ações de controle e gestão do espaço se dão de modo unilateral, somente em prol das classes dominantes e seus empreendimentos, enquanto que a população de modo geral passa a ter sua vida regida por um Estado burguês e, assim sendo, não há outra forma de se modificar esta situação se não por meio da insurreição, luta e articulação de movimentos sociais, que por sua vez, estão cada vez mais oprimidos e obstaculizados, configurando um cenário crítico no que diz respeito à liberdade de uso e ocupação do espaço e dos territórios e, em igual medida, da vida em sociedade.

Retomando e incrementando a argumentação acerca do território enquanto importante elemento de análise, Mizusaki (2017) nos apresenta a ideia e o prisma de que o território já deve pressupor a própria realidade espacial. Justamente enquanto uma totalidade multidimensional e, em movimento ininterrupto, em que as relações de poder concentram em si a característica maior da sociedade capitalista, como já destacado por Raffestin (1993).

Neste fenômeno, as correlações entre sociedade-espço-tempo produzem e reproduzem contradições importantes a partir das diferentes formas de apropriação e domínio do próprio espaço, revelando desta forma, os interesses antagônicos dados fundamentalmente, mas, não somente, a partir de diferentes pontos de vista acerca das concepções e práticas relativas ao uso do território por determinado

grupo. Esta situação revela tensionamentos, conflitos e transformações, que se expressam, em igual medida, por meio das dimensões espaciais.

A contrapartida desta situação é a conformação da cultura da resistência por parte de grupos específicos, normalmente àqueles explorados e marginalizados pela elite dominante, com a finalidade de subsistir enquanto grupo e indivíduos com demandas e características sociais, étnicas, culturais, políticas e econômicas próprias e minimamente autônomas. Desta forma ressignificam sua existência na sociedade de classes, inclusive por meio da organização de movimentos sociais, que trazem consigo os meios de luta, resistência e fé na conquista de uma condição menos desgraçada de vida.

Mizusaki (2017) nos adverte que este quadro se configura quando se pensam nas formas de apropriação do território, uma vez que se deve verificar que o mote principal está sob sua forma de controle, uma vez que a apropriação capitalista sobre o território dá-se a partir da atribuição de utilidade mercantil ao espaço ocupado. Deste modo, os atores capitalistas imprimem sua lógica territorial específica em um determinado lugar, objetivando a acumulação e reprodução ininterrupta e ampliada do próprio capital, em função de seus interesses e, desta forma colocam natureza e sociedade em cargo de seus desígnios próprios.

Frente a esta dialética, Mizusaki (2017) ainda ratifica que as contraditórias relações espaço-temporais, considerando os movimentos sociais de resistência que buscam a conquista e a retomada de seus territórios possuem - justamente - na dimensão espacial, a intensificação do seu processo de territorialização, que atuam como sendo a antítese à lógica territorial capitalista implementada pelos grupos dominantes.

Nesse sentido, Fernandes et. all. (2017) adiciona mais argumentos indicando que para se considerar adequadamente a condição (material e imaterial) dos grupos oprimidos e suas formas de luta e resistência por meio de seus movimentos sociais característicos é importante estabelecer uma leitura rigorosa acerca das mudanças da conjuntura neoliberal que atingiram especificamente o campo e as cidades da Argentina, do Brasil e do mundo. Desta feita, se torna fundamental compreender como se deu e como se dão as disputas territoriais, por modelos e práticas de crescimento e desenvolvimento tão antagônicos, quanto àqueles estabelecidos dentre os atores deste certame ideológico e pragmático.

Cabe destacar que o fenômeno descrito compreende subordinações, resistências e respostas dos grupos oprimidos, por meio de seus movimentos sociais e organizações políticas em escalas que vão do local ao internacional. Essa situação pode ser percebida e descrita por meio dos discursos, reivindicações e ações coletivas (ocupações, marchas, atos públicos, jornadas de lutas, etc.) que, mesmo frente a um contexto totalmente adverso, ainda se mantém atuantes (RIBEIRO; CLEPS JUNIOR, 2011).

Além disso, é pertinente destacar que as novas configurações de processos sociais, econômicos e políticos orquestrados em escala nacional e internacional ocorrem de forma dinâmica e em via de mão-dupla. Assim sendo, esta tem possibilitado a edificação de novos caminhos no que se refere aos propósitos e ações de organizações, movimentos sociais e demais segmentos da sociedade civil que vêm contestando a matriz político-ideológico, econômica, tecnológica e simbólica expressa pelo capitalismo hegemônico. Dito isso, compreende-se que a luta tem ganhado novos significados ante o fenômeno da globalização e da ofensiva neoliberal do capital sobre a sociedade. Desta feita, movimentos sociais deparam-se com desafios supérrimos, ao passo que tal circunstância acaba por motivar formas de compreensão e atuação inovadoras por parte destes próprios atores (RIBEIRO; CLEPS JUNIOR, 2011).

Por conseguinte, é preciso mencionar que nessa atual etapa de internacionalização do capital, ajustes estruturais do Estado, novos patamares de exclusão social no campo e na cidade, mudanças nos padrões de crescimento e desenvolvimento econômico mundial, dentre outros fatores sensíveis à população de modo geral, os movimentos sociais têm passado a reelaborar seus projetos, atualizar sua agenda política e reorientar seu campo de conflitos (RIBEIRO; CLEPS JUNIOR, 2011).

Paralelamente, buscou-se em Silva (2012) uma abordagem e uma narrativa vinculada à perspectiva urbana, por meio do qual seus atores anexos se organizam, articulam e mobilizam, tornando-o fundamental à materialização das estratégias de lutas na busca pela construção utópica e idealizada de um território mais cidadão. Por isso, os grupos sociais, ao se organizarem institucionalmente e de forma perene ou, ainda, de modo efêmero, ocupam e se utilizam do espaço urbano,

territorializando-o como sendo um ponto de referência à suas próprias demandas, potencialidades e atividades.

Este quadro, do ponto de vista teórico e sob uma perspectiva geográfica, pode ser entendido como um elemento relacional em que se dá e se percebe a escala do cotidiano sobre o território, enquanto meio pelo qual o indivíduo ou o grupo fortalecem sua identidade, reconhecem, forjam e, mesmo, amarguram sua posição social na cidade. Nesse sentido, Andrade (1995), nos indica que a formação de um território dá aos sujeitos sociais que nele habitam a consciência de sua participação e implicação deste sobre eles, provocando a territorialidade que, de modo subjetivo, cria uma consciência de união e unidade entre estes sujeitos sociais.

Martin (1997) traz em voga a descrição da contradição sobre a criação de novas territorialidades no seio da globalização. Uma vez que ao mesmo tempo em que este fenômeno buscou intensamente criar uma homogeneização forçada, inclusive sobre o espaço, fragmentando-o em função da seletividade e utilidade político-econômica do espaço, encerrou por fornecer, paradoxalmente, as condições para conformação, consolidação e atuação de movimentos sociais diversos que questionam esses padrões, na medida em que se tornam criadores de espaços cada vez mais contrastantes (urbano x rural; rico x pobre; desenvolvido x atrasado, etc.). Isso porque é na escala do local, no território de vida das pessoas, que a força do poder hegemônico se institui e se materializa. Mas, é também nessa mesma escala que, às vezes, com o mesmo impulso, emerge a força contra-hegemonica, sob a forma de movimentos sociais (PEREIRA, 2008).

Com efeito, retomando os argumentos de Martin (1997), essas forças contra-hegemonicas de resistência surgem em territórios não pertencentes à lógica capitalista de construção da cidade. Nestes, os movimentos sociais buscam reivindicar e tomar o seu lugar a partir de sua capacidade em se espacializar e territorializar sua luta dentro da cidade.

Além disso, os conflitos sociais que se dão vinculados ao espaço, se territorializam com o objetivo de ultrapassarem a dimensão abstrata do cotidiano, alcançando a dimensão espacial e concreta da vida. E, mais especificamente, quando os movimentos sociais alcançam uma dimensão socioespacial de sua luta, deixam de perceber o espaço como elemento externo à sociedade e, do mesmo

modo que a dimensão dos conflitos e ações passam a agregarem-se ao próprio espaço, os tornando indissociáveis do ponto de vista teórico e prático.

Acerca desta conjuntura, Soja (2003) relata e confirma que o território e a organização política deste expressam relações sociais e de poder, mas, em contrapartida, coetaneamente trazem consigo elementos de reação contra esta condição. Soja (2003) ainda nos indica que os movimentos sociais são as formas de lutas em prol da emancipação de todos os marginalizados e oprimidos pela lógica impositiva do capitalismo, como os trabalhadores explorados, os povos tiranizados e as mulheres dominadas.

De modo paralelo aos argumentos já descritos preteritamente, Bringel (2007) ainda observa e ajuíza que as resistências, produzidas no bojo de vários movimentos sociais, suas redes, organizações sociais e sociedade civil, contribuem de modo importante para se desmistificarem várias hipóteses relacionadas aos apologistas da globalização neoliberal como único caminho para a ordem e o progresso das sociedades e, desta forma, estes movimentos se tornam responsáveis pelo desenho e proposição de novas sociabilidades e territorialidades. Ademais, introduzem e induzem formas originais de se entender a esfera política e, por conseguinte, as relações sociais que se dão, de modo dinâmico, sobre o território.

Lefebvre (1991) já mencionava que somente a posse e a gestão coletiva dos espaços, por meio da intervenção dos próprios interessados, pode gerar uma transformação social efetiva e duradoura, a partir de um espaço político e ideológico conformado, modelado e vivido, concomitantemente, por elementos sociais, culturais e geográficos. Portanto, especificamente acerca dos movimentos sociais, pode-se reconhecer e se afirmar sua identidade por meio de suas múltiplas possibilidades de relações com estes espaços e, os sujeitos que nele vivem.

Bringel (2007), ainda destaca e acrescenta que somente a partir deste dinamismo podem-se compreender os movimentos sociais para além de suas formas de organização, podendo-se inclusive vislumbrar os processos que desenvolvem efetivamente, os espaços que constroem, os próprios territórios que dominam ou, pelos quais são aprisionados e dominados. Por conseguinte, os movimentos sociais que lutam por dimensões, recursos e estruturas do espaço geográfico não devem ser estudados sem que exista um enfoque de lugar nas

análises, nem em suas práticas de resistências quotidianas, nem em suas experiências de interação com o Estado ou outros movimentos sociais.

Outro ponto importante a ser destacado neste quadro é a questão do trabalho e, nesse sentido Antunes (2018) nos indica que em pleno Século XXI, mais do que nunca, homens e mulheres dependem de forma exclusiva do trabalho para sobreviver e encontram, cada vez mais, situações instáveis, precárias ou, ainda, vivenciam diretamente o flagelo do desemprego. Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que se amplia o contingente de trabalhadores em escala global, há uma redução acelerada nos empregos disponíveis e, aqueles que se mantêm empregados presenciam a corrosão dos seus direitos sociais e a erosão de suas conquistas históricas, em consequência da lógica destrutiva do capital.

A instabilidade e a insegurança são traços constitutivos dessas novas modalidades de trabalho em que o empresariado global busca impor uma espécie de trabalho sem contrato, no qual não há previsibilidade de horas a cumprir, tão pouco, direitos assegurados. Quando há demanda, bata uma chamada e os trabalhadores e trabalhadoras devem estar on-line ou presentes para atender o trabalho intermitente. As corporações se aproveitam, uma vez que se expande a “uberização”, amplia-se a “pejorização”, florescendo uma nova modalidade de trabalho que disfarça o assalariamento. Nesse sentido, incontáveis corporações praticam a informalidade ampliada, a flexibilização desmedida, a precarização acentuada e a destruição cronometrada dos potenciais socioambientais locais e globais. A exceção vai se tornando a regra geral, aqui e alhures (ANTUNES, 2018).

Destarte, com salários cada vez menores, jornadas de trabalho prolongadas, vicissitudes cotidianas que decorrem da burla da legislação social protetora do trabalho, a precarização assume cada vez mais relevo no mundo do trabalho contemporâneo.

Nesse sentido, Antunes (2018) nos aponta que as lutas sociais possuem uma difícil e complexa responsabilidade em criar frente aos desafios impostos as sociedades e, mais especificamente, aos trabalhadores. Assim sendo, os movimentos sociais e políticos de esquerda, deve direcionar seus esforços contra o domínio do capital e de seu sistema, por meio de lutas extraparlamentares e extrainstitucionais. Por tanto, com a expansão do capital em escala planetária, as respostas dos movimentos sociais também devem assumir um sentido

universalizante cada vez mais dinâmico e ampliado. Portanto, lutas de caráter nacional devem ser alçadas a escala internacional.

Para tanto, um dos meios para se efetivar tais ações é o desenvolvimento das redes de cooperação e a adesão dos movimentos sociais em redes.

Sobre estas **redes**, cabe-se destacar, que estas se organizam e se empreendem de maneira autônoma ou mediada, por meio físico ou, mais contemporaneamente, digital (via internet). Podem possuir atributos socioterritoriais ou, prosseguir seu exercício desvinculadas de tempo ou espaço, alcançando condições e atuações transnacionais e, até mesmo, metanacionais. Consequentemente, busca-se trazer em voga um contexto de aplicação, as especificidades, potencialidades e fragilidades, conceituais e práticas, relativas ao assunto, a fim de estabelecermos um importante referencial sobre a matéria, construído de modo atualizado e vinculado ao tempo presente.

Nesse sentido, é pertinente destacar que vêm se consolidando um processo de expansão e a ampliação da política, por um lado, a proliferação de intercâmbios políticos advindos de “baixo”, estabelecido por atores que exploram a arena política para além do marco institucional-partidarista, abrindo espaços, identidades e formas de ação coletiva que se desenvolvem a partir da sociedade civil, completamente à margem, mas, de modo complementar a esfera política tradicional. Por outro lado, há a irrupção da política “de fora”, advinda do âmbito supranacional, transgredindo as fronteiras nacionais e rompendo com a própria territorialidade da política do Estado-nação (BRINGEL; FALERO, 2014).

Neste sentido, as redes e redes transnacionais ganham espaço de destaque neste cenário, uma vez que são portadoras inequívocas das prerrogativas para instrumentalizar estes condicionantes de ordem prática.

Por sua vez, a concepção e o uso da ideia de rede não são algo recente na história da humanidade. Antes de ocupar a posição e o alcance que adquiriu contemporaneamente, o termo foi portador de distintos sentidos e objeto de variadas apropriações em diferentes contextos históricos, incorporando ao longo do tempo e do contexto novas significações na medida em que o mundo vem se tornando mais complexo em decorrência da profundidade e extensão das evoluções e das revoluções sociais, políticas, econômicas, culturais e, sobretudo, técnicas e do desenvolvimento científico (COELHO NETO, 2013).

Frente a este contexto e no que diz respeito à conexão entre redes e movimentos sociais, há uma importante perspectiva teórica e conceitual de Scherer-Wareen (1999), esta que nos indica que deve haver uma compreensão da natureza e do sentido das lutas dos movimentos sociais vinculados à realidade das sociedades globalizadas, informatizadas e multiculturais da atualidade, apresentando a temática das redes como sendo relevante nesta situação.

As múltiplas reconfigurações globais contemporâneas, aglutinadas em transformações vinculadas às relações entre espaço e poder, na interação cada vez mais complexa entre os lugares, os atores e as escalas de ação, estabelecem por meio da conformação das redes de cooperação transnacional uma nova gramática geopolítica, em que os movimentos sociais contemporâneos disputam espaço nas agendas políticas e intelectuais, uma vez que estes tratam de uma articulação de forças sociais diversas que desafiam o imaginário e as práticas hegemônicas que, ao longo do tempo têm sido contestadas ou oprimidas (BRINGEL; VIEIRA, 2015).

Desta feita, Scherer-Warren (1999) ainda estabelece que a noção relativa à conformação de redes de movimentos sociais é apropriada por estes atores e seus grupos sociais de maneira propositiva, com a finalidade de se concretizarem seus objetivos e estratégias de ação coletiva, fundamentados sobre uma cultura em que os atributos essenciais são os de solidariedade, cooperativismo, horizontalidade e democracia, com o intento maior de se formar uma organização e um tecido social geral mais equilibrado.

Por sua vez, o estudo e a interpretação dos movimentos sociais atuando sob uma perspectiva de redes, obteve seu alvorecer apenas nas últimas décadas do Século XX, ocasião em que este ponto de vista fora apropriado e passou a ser utilizado no discurso político dos próprios atores sociais. Nesse sentido Scherer-Warren (1993) já observou e anotou que houve, na teoria e na prática, uma transição importante nas formas de aplicação das políticas, ideológicas e interpretativas que permeavam os movimentos sociais e as organizações de base, em direção de atuações mais amplas, complexas e profundas, seja nos planos local, nacional e regional, como no mais alto nível transnacional e metanacional.

Refletindo acerca dos últimos argumentos, podemos considerar que os movimentos sociais que atuam em rede se permitem a reafirmação das formas de sociabilidades históricas, de criação de novas formas de sociabilidades trans-

identitárias, que articulam dinamicamente os discursos e as estratégias de ação contra as opressões de classe, raça, gênero, dentre outras, com a finalidade de que se edifique, mesmo que utopicamente, um panorama emancipatório, na cultura e na política (SHERER-WARREN, 2013).

Adicionalmente, é possível acrescentar a esta perspectiva os argumentos de Farias (2010) que nos indica que a formação da territorialidade por meio da luta não é apenas um fator de reivindicação cidadã, é um espaço de reprodução de um ideal de vida e do desejo de transformação social, é a espacialização de uma utopia de vida e também da esperança de ser visto não mais a margem da sociedade mas, sim, dentre os cidadãos que conforma o Estado.

Corroborando com esta perspectiva Silva et. al., (2012), que descreve a ideia de que estas redes devem ser pensadas e consideradas como sendo as áreas de atuação pragmática dos movimentos sociais, formada por grupos (pequenos ou grandes) que compartilham uma identidade coletiva, uma cultura de movimentos, que comportam e aglutinam em si mensagens simbólicas que desafiam os padrões hegemônicos. Desta forma, propondo lutas, resistências e inovações culturais em prol do alcance de sua cidadania plena.

Barnes (1987), já nos indicava que as redes descreveriam e aglutinariam em si as formas e conteúdos inerentes às relações entre indivíduos, decorrente das conexões preexistentes no cotidiano (vizinhança, parentesco, amizade, trabalho, classe social, dentre outras), tipificando-as pela condição da intensidade entre os elos desta rede. Adicionalmente, estas redes existem uma vez que são e estão definidos a partir da existência de um campo ético-político comum com relação a um tema específico, notadamente atrelado às demandas de um grupo específico, movimentos social, ou, vários, no qual os atores coletivos com identidades diversas se articulam conformando redes de atuação conjunta, podendo ser de caráter local, transnacional e metanacional, mais recentemente. Estas redes se caracterizam como sendo os meios pelo qual se dão as articulações políticas, ideológicas ou simbólicas entre os atores coletivos.

Cabe destacar que por organizações com atuações metanacionais, compreende-se que são aquelas que desenvolvem suas ações observando o mundo como se fosse uma teia global, integrada e dinâmica em que tecnologia, conhecimento, aptidões e culturas próprias de cada lugar, ainda que espalhados

mundo afora , podem ser mobilizados e canalizados adequadamente, ajustando-se estes elementos como uma forma mais eficaz para se alcançar resultados superiores (SANTOS, 2006).

Ainda segundo Santos (2006), as instituições que possuem uma abordagem e característica metanacional são aquelas que têm a capacidade de prospectar e mobilizar agentes e conhecimento dispersos com a finalidade de criar inovações de alcance global, a partir de uma visão estratégica e ações pragmáticas e dinâmicas estabelecidas em função de uma perspectiva efetiva, cosmopolita e que transcende as noções de fronteiras e nações.

Outro ponto importante a elencar é que esta forma de atuação denota que as instituições e seus empreendimentos podem estar em qualquer lugar e, concomitantemente, em lugar algum, uma vez que não há conexão determinada com territórios específicos e, as relações e os objetivos podem se dar exclusivamente por meio virtual (Internet, por exemplo). Estas práticas se dão por meio do exercício e da utilização dos potenciais dos agentes e dos elementos dispersos e diferenciados, de natureza cada vez mais tácita e dependente do contexto, que são contatados e mobilizados por meio de novas estruturas e processos em torno de objetivos comuns, plataformas de comunicação globais, bem como por meio de uma rede mundial, conectada e funcional em tempo real, eficiente e flexível, que favorece e amplia as parcerias e alianças objetivas.

Contudo, Harvey (2018) destaca que movimentos sociais tradicionais de “esquerda” nem sempre reconhecem a importância dessas alianças e os compromissos necessários para fazê-los funcionar.

Por conseguinte, outro atributo essencial vinculado a este processo é a dispersão geográfica mundial de capacidades, agentes e conhecimentos estratégicos. Uma vez que as aglomerações nacionais passaram a não garantir o acesso a recursos, informações e conhecimentos críticos para as organizações modernas. Por sua vez, uma importante estratégia ao incremento destas ações se configura por meio das redes que criam malhas interdependentes e inter-relacionadas em que cada participante atua de modo incremental, edificando informações, inovações e ações com repercussão e reverberação ao longo de toda rede, buscando alcançar e balizar um objetivo comum (SANTOS, 2006).

Entretanto, para que se exista uma coerência prática neste modo de pensar e agir, essa estrutura deve ser flexível ao longo do tempo, permitindo respostas rápidas e personalizadas face aos problemas e oportunidades surgidos ao longo deste tempo e espaço de atuação da organização. Desta forma, abrem-se os caminhos à captação de experiências acumuladas e incrementa-se a capacidade de adaptação às mudanças das necessidades da organização (ABRANTES; CASTRO, 2005).

Para tanto, atuar no campo transnacional pressupõe, em consequência, lidar constantemente com os processos de resignificação sobre seu próprio âmbito de atuação e, por conseguinte, lutar em um terreno em que se desenrolam disputas de cunho hegemônico. Desta feita, a edificação de redes de cooperação e articulações transnacionais, não deve deixar de ser compreendida como um processo socialmente construído que aglutina em si elementos contraditórios. Visto como pode expor concretamente conexões e lógicas de cooperação entre atores sociais advindos de países diferentes que possuem capacidades desiguais (BRINGEL; FALERO, 2008).

Neste sentido, compreendemos que esta é uma característica que pode ser associada ao pragmatismo dos novos movimentos sociais que se utilizam das redes (ou, redes de redes), para se comunicar, aprender, mobilizar recursos, resistir e lutar por seus ideais e objetivos concretos, de modo ágil, integrado e sinérgico.

Especificamente versando acerca dos movimentos sociais e das redes, pode-se indicar que estes buscam caracterizarem-se e perceberem-se a partir das formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal nas interconexões das identidades dos atores com o pluralismo (SCHERER-WARREN, 1999). Portanto, para esta autora é preciso compreender os movimentos sociais inseridos no contexto atual em que surgem cada vez mais movimentos sociais integrados, atuando em caráter transnacional e metanacional.

Nesse sentido, a edificação destas redes transnacionais auxilia na criação de vínculos entre diferentes realidades sociais e, ainda, facilitam a mobilização de recursos materiais e simbólicos no cenário internacional. Adicionalmente, se estabelece um processo contínuo e dinâmico de difusão de informações e sensibilização cidadã, uma vez que ao incrementar o pluralismo informativo, os

movimentos sociais contribuem para compreensão dos problemas globais e, em última instância, ao aprofundamento democrático (BRINGEL; ECHART, 2008).

Ainda segundo a autora Scherer-Warren (2007), estes movimentos sociais emergentes são a síntese articulatória de vários submovimentos sociais identitários que se conectam por meio de redes e são o resultado de todo um processo complexo de aproximação e diálogo entre os sujeitos sociais e suas demandas e, contestações relativas aos interesses e valores de cidadania vinculados a determinado segmento que conformam uma sociedade.

Como resultado efetivo deste processo, se conformam as redes e, estas pressupõe a identificação de que o movimento social se organize em torno de uma identidade, da definição de adversários ou opositores e, de um projeto ou utopia, edificando e dando fluidez a múltiplas articulações que são viabilizadas por meio das redes dos próprios movimentos sociais. No coletivo das redes, os agentes e os grupos sociais organizados percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade e corpo para que possam produzir algum impacto na esfera pública e obter suas conquistas. Ao prosseguirem deste modo, atribui-se legitimidade as esferas de mediação (fóruns e redes) entre os movimentos e, entre estes e os Estados e outros agentes relevantes (SCHERER-WARREN, 2006).

Scherer-Warren (2011), ainda lembra-nos que por serem multiformes, as redes possibilitam que sujeitos sociais diversificados se articulem na luta contra a opressão e a exclusão social em diferentes dimensões. Grupos historicamente subalternizados se utilizam das articulações em rede como forma de transitar de uma condição de absoluta marginalização e discriminação para uma situação em que passam a ter seus direitos legitimados. Isso ocorre por que as redes aproximam e criam espaços dinâmicos (mediados ou, não) de trocas materiais e simbólicas, de comunicação e debate entre as bases das ações coletivas, os agentes políticos e outras redes diversas. Deste modo, o que interessa é como se processa o equilíbrio entre as diferentes tendências, como se regulam as tensões, como interagem e superam as fragmentações dos próprios movimentos sociais e, ainda, em como se desenvolvem as práticas que levem o grupo em específico à equalização das diferenças em prol de um objetivo comum (SILVA et. al., 2012).

Os movimentos sociais que conformam as redes podem ser qualificados a partir das seguintes configurações:

- a. Associativismo local: como as associações civis, movimentos comunitários e sujeitos sociais envolvidos em causas sociais ou culturais do cotidiano ou, voltados a essas bases, como são algumas Organizações Não governamentais (ONGs), o terceiro setor. Essas forças associativistas são importantes expressões locais e/ou comunitárias da sociedade civil organizada;
- b. Articulação inter-organizacional: são os fóruns da sociedade civil, as associações nacionais de ONGs e as redes de redes, que buscam se relacionar entre si, com a finalidade de empoderamento da sociedade civil, representando organizações e movimentos do associativismo local. É por meio dessas formas de mediação que se dão a interlocução e as parcerias mais institucionalizadas entre a sociedade civil e o Estado;
- c. Mobilização na esfera pública: são os frutos das articulações de atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, dos fóruns e das redes de redes que buscam transcender por meio de grandes manifestações em praça pública, incluindo a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia (tradicional e redes sociais da internet) e efeitos simbólicos aos próprios manifestantes e para sociedade como um todo (SCHERER-WARREN, 2006, p. 110-112).

Tendo em conta a complexidade de atuação dos movimentos sociais no âmbito internacional, cabe destacar, como traço distintivo das lutas dos movimentos sociais contemporâneos, as convergências de identidades e solidariedades, as novas formas de organização, a construção de subjetividades coletivas que transcendam o marco referencial local ou nacional. Elas estão unidas a uma nova estrutura de oportunidade política, frente a crescente complexidade da questão territorial por meio, inclusive, da questão territorial que se manifesta por meio das múltiplas territorialidades implicadas nas próprias lutas sociais que imbricam, de diferentes maneiras, o local, o regional-nacional, o regional-internacional, o nacional e o global (BRINGEL; FALERO, 2008).

De frente aos elementos supracitados, podemos compreender que as formas virtual e presencial de comunicação se complementam e permitem as redes de movimentos sociais desenvolverem seus processos articulados de mobilização, buscando visibilidade e impacto midiático para além de seu espaço de atuação local e seu território específico (SILVA et. al., 2012).

Assim sendo, em um mundo globalizado as comunidades subalternas e seus movimentos sociais característicos atuam por meio de suas redes prosseguindo sua

atuação para além do localismo. Desta forma, essas redes são constantemente atravessadas pelos valores e pelas relações com atores transnacionais e, em igual medida, as atravessam também, fazendo com que sua realidade vivida seja observada e experimentada, fundindo-se ao amalgama dos conhecimentos e do cenário global.

Desta forma, estão sujeitas a constantes processos de desterritorialização e re-territorialização, re-significando-se social e culturalmente em uma importante dinâmica que se retroalimenta das próprias relações que se dão intrinsecamente a este quadro, trazendo consigo novas oportunidades e desafios para edificação de plataformas mais inclusivas que não reduzam esses atores sociais a uma cidadania genérica e localista.

Para tanto, devem ser consideradas as redes como sendo um meio para que os movimentos sociais vinculados a estas comunidades subalternas estabeleçam um processo atualizado, com a inclusão de diferentes matizes identitárias e de valores autônomos frente ao contexto contemporâneo de formação pós-colonial (SCHERER-WARREN, 2011).

Pelas ações das redes, os atores constroem e aplicam suas plataformas políticas e de significados simbólicos para as lutas, observando-se, por um lado, os direitos a diferença, dentro de determinados limites ideológicos e éticos, e, por outro, a unidade possível na ação, não necessariamente homogênea, mas certamente, complementar e solidária. Para que estas redes se mantenham sustentáveis ao longo do tempo é imperativo que persista um ativismo em prol dos objetivos desta. Não necessariamente um ativismo revolucionário, um mais ajustado à realidade atual, voltado aos valores intrínsecos à democracia, à solidariedade e à cooperação.

Estas redes de movimentos sociais também geram, a partir de suas relações horizontais, novas sociabilidades, por meio da instituição de outras formas de relações sociais, de vínculos comunitários e afetivos, solidários e de reconhecimento mútuo. Portanto, se desenvolvem iniciativas coletivas intensas criadas e recriadas continuamente nas próprias lutas e, na busca de novos sentidos para as práticas sociais comuns (BRINGES; FALERO, 2008).

Por conseguinte, este ativismo contemporâneo deve buscar protagonizar um conjunto de ações orientadas a defender e trazer em voga os argumentos e as demandas dos excluídos, discriminados, carentes e dominados. Esta nova

configuração das militâncias prosseguem por este caminho em que o sujeito está diretamente vinculado às ações em prol de si e dos demais atores que compõem a rede, ou, as redes de redes.

Portanto, as redes, por serem multiformes, aproximam atores sociais diversificados dos níveis locais aos globais e de diferentes matizes organizacionais. Possibilita a construção e a manutenção de diálogos multidisciplinares e multidimensionais em que existe a diversidade de interesses e valores, que coadunam uma mesma esfera de ideias, dando força e compartilhando experiências que podem se tornar aplicáveis em novas realidades, maximizando o encontro e o confronto das reivindicações e lutas referentes a diversos aspectos simbólicos e pragmáticos do exercício da cidadania, permitindo aos movimentos sociais estabelecidos em rede que perpassarem da defesa singular de um único sujeito identitário à defesa de um sujeito plural e multifacetado, trazendo em voga uma perspectiva de transversalidade no que diz respeito às formas de luta e resistência dos grupos oprimidos. Esta transversalidade na demanda por direitos e cidadania implica o alargamento da concepção de direitos humanos (de fato) e, por conseguinte, a ampliação da base das mobilizações e das próprias redes de movimentos sociais. Logo, são nesses espaços em que se edificam e se galvanizam o empoderamento político e simbólico das organizações que compõe as redes de movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 2006).

As redes de movimentos sociais são condição importante para uma ação coletiva eficiente, uma vez que havendo laços fortes e articulados entre os atores sociais, há possibilidade para o desenvolvimento de mobilizações, mesmo em plano transnacional. Assim sendo, há uma espécie de efeito de irradiação, em que os interlocutores ou aliados se aglutinam e se alinham para o provimento de ações práticas em campo (BRINGEL; FALERO, 2008). Por sua vez, prosseguem de modo híbrido, com a finalidade de que as culturas possam perder um pouco sua relação exclusiva com o território. Possivelmente esta impressão dá-se pela busca da vinculação às demandas globais, mas, ao mesmo tempo prosseguem ampliando qualitativamente e quantitativamente os ganhos com relação a sua capacidade de comunicação, captação e processamento de informações e conhecimentos úteis (CANCLINI, 2013).

Esses exercícios e articulações se tornam cada vez mais possíveis e viáveis, uma vez que há cada vez mais meios técnicos que os viabilizam, notadamente por meio da internet e suas redes sociais. Assim os encontros presenciais podem ser mais circunstanciais e espaçados, quando a comunicação cotidiana está garantida pelos meios virtuais dinâmicos (SCHERER-WARREN, 2006).

Neste sentido, Acioli (2007) considera que a apropriação das novas tecnologias de comunicação, como a internet e suas redes sociais adjacentes, por movimentos sociais em rede faz surgir uma nova forma de ativismo: o ciberativismo. A partir da atuação de indivíduos e grupos em rede pela internet, se torna possível ampliar e aprofundar reivindicações, difundir informações e discussões em busca de apoio para uma determinada causa, organizando e mobilizando elementos e sujeitos para ações *on-line* e *off-line* (de forma cada vez mais indissociável).

Desta forma, a internet tem se constituído com uma peça-chave para o novo ativismo, principalmente aquele desenvolvido por meio de redes (RIGITANO, 2005). Destarte, esses movimentos, ao extrapolarem as fronteiras simbólicas e territoriais, vêm constituindo identificações múltiplas e dinâmicas que se configuram a partir de práticas discursivas e de ação política baseados em estruturas transnacionais e completamente desterritorializadas, de modo híbrido, disperso e em rede, caracterizando uma forma inovadora em que se modulam as interações entre os movimentos sociais e seus objetivos, incentivando uma nova onda de engajamento social, notado em várias partes do mundo, que possui por atributo principal a desvinculação do espaço físico, sendo que as relações se estabelecem de modo direto e por meio da mediação tecnológica.

Esta conjuntura dá-se de modo efetivo contemporaneamente, uma vez que se adentra em uma dimensão mais ampliada e aplicada da era digital, em que novos estilos de comunicação e conexão estão se formando e se tornando cada vez mais utilizados mundo a fora, ainda que de modo fragmentado, mas, suficiente para que o exercício da comunicação via redes sociais de internet, dê-se como estratégia sociopolítica pragmática, utilizada pelos atores sociais de gerações distintas, norteadas por um processo de informação e, acesso a esta, diferenciados e aproveitáveis em contextos diversificados, fundamentando um novo curso e um novo paradigma sócio comunicacional e sociopolítico, expresso a partir das designações: comunicação em rede; mídias sociais e redes sociais (SILVA; PAIVA, 2013).

Por sua vez, as redes sociais da internet têm tido o poder de abrir caminhos para reivindicação de direitos, forjando comunidades de atividade ou interesse, distintas dos grupos tradicionais de opinião da grande mídia (ANTOUN, 2004). Uma vez que nesta modernidade líquida a que estamos sendo inseridos (BAUMAN, 2001), em que tudo parece ocorrer muito rápido ainda existe a necessidade de integração e resistência, por parte dos cidadãos comuns ao processo de organização e participação na esfera pública, seja esta física, orgânica ou, informacional e digital (SILVA; PAIVA, 2013).

Contemplando o intenso fluxo de informações caracterizado pela onipresença e ubiquidade das mídias colaborativas verifica-se que a internet e suas redes sociais, se constituem como sendo um espaço-tempo adequado aos atores e movimentos sociais para se organizarem, estruturarem-se e divulgarem seus objetivos em uma telerrealidade, possibilitada por espaços e tempos integrados em rede eletrônica e associada às noções de desterritorialização, globalidade, distância, espaço planetário, desmaterialização, não presencialidade, televivência e tempo real. Tudo isso é muito recente e os seus desdobramentos e consequências sociais, econômicas, políticas e culturais ainda estão germinando nos substratos sociais contemporâneos e, seus caminhos ou, descaminhos, vão depender da maneira que estas ferramentas serão utilizadas pelos seus usuários ao longo do tempo. Fatos que trazem consigo muitas possibilidades positivas, mas, em igual medida, desafios intensos (SILVA; PAIVA, 2013).

Por conseguinte, a rede permite o estabelecimento de relações inter-usuários que valorizam a participação de indivíduos no meio digital por meio da interatividade. Por meio dela, é possível produzir material a partir de perspectivas multidimensionais, fundamentando um poder coletivo, por meio de diálogos em torno de interesses comuns e ações cooperativas e democráticas. Mais especificamente, a multiplicação de emissores e receptores de informações produzidas e disponibilizadas em tempo real, fornece e fortalece os movimentos sociais ao caminho do engajamento para produção de uma nova sociedade (DINIZ; CALEIRO, 2011). Produzindo uma nova dinâmica às ideologias hegemônicas e, mesmo, às contra-hegemônicas. Por conseguinte, esta nova configuração do espaço virtual, da internet e suas redes sociais, têm permitido aos movimentos sociais se reorganizarem definitivamente em rede a fim de obter um alcance global aos seus

objetivos e formas de mobilização, que incluem a transferência de dados como textos, imagens, sons, vídeos e a utilização de ferramentas que tornem viáveis uma maior divulgação e impacto de suas campanhas, tornando as mobilizações em prol de um objetivo específico cada vez mais eficazes (SANTOS; SANTOS, 2014).

Contudo, é preciso notar que, por essência filosófica, a internet é limitada e ela não faz o movimento só com cliques e trocas de mensagens. Depois de devidamente estruturada e, tendo seus atores mobilizados por meio das redes, é preciso trazer ou levar a ação ao mundo real e presencial; agir organicamente nas ruas, exercitando uma modalidade de comunicação face a face, lutando de verdade, com suor, lágrimas e sangue, com vitórias e derrotas.

Paralelamente a narrativa estabelecida nas últimas laudas, é importante indicarmos uma solene ressalva de ordem estritamente geográfica, fundamentada nos argumentos de Haesbaert (2003), uma vez que ao discutirmos a fluidez das redes e suas potencialidades para alcançar esferas transnacionais e metanacionais, inclusive, apropriando-se da dinâmica tempo/espaço da internet. Esta situação remete a desterritorialização como anulação das distâncias e como desmaterialização das relações sociais, porquanto a mobilidade crescente que rompe a fixidez que tradicionalmente era uma das marcas da territorialidade.

1.3 RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS: DELIMITAÇÃO CONCEITUAL

Este capítulo foi pensado para servir como ponto de inflexão e nexos entre os temas já abordados e àqueles que ainda estão por vir. Conectando e direcionando o entendimento das correlações diretas e indiretas dentre a conjuntura e os conceitos acerca dos movimentos sociais e suas redes à questão dos catadores de matérias recicláveis (Brasil e Argentina). O amálgama conformado pelos assuntos relativos aos resíduos sólidos urbanos (RSU) e os trabalhadores catadores de materiais recicláveis, sendo o elemento que une todos os temas apresentados neste trabalho, conformando esta pesquisa e seus resultados.

Por conseguinte, a fim de buscar uma definição clara e objetiva para o termo “resíduos sólidos urbanos (RSU)”, precisa-se partir de uma perspectiva mais simples e básica, de tal modo que se torna importante estabelecer, primordialmente, a descrição e a definição da palavra: “Lixo”, uma vez que esta é largamente utilizada pela população e, mesmo pela mídia, como sendo um sinônimo para o termo: “resíduos sólidos urbanos”, o que não é correto.

Desta feita, o “Lixo” deve ser compreendido como sendo, os restos das atividades humanas, considerados pelos geradores como sendo inúteis e indesejáveis, podendo-se apresentar nos estados sólidos, semissólido ou líquido, desde que não sejam mais passíveis de tratamento convencional ou reutilização (ABNT, 2004).

Ainda, o uso do termo compreende o seguinte sentido e acepção, de acordo com o Dicionário *Larousse*: “Lixo: 1. Restos domésticos ou industriais; despejos, resíduos inaproveitáveis. 2. Tudo que não presta e se joga fora. 3. Sujeira, imundície. 4. Coisas inúteis, sem valor”.

No entanto, a compreensão que dever-se-ia ter ainda segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas: ABNT (1992), sobre o que são “resíduos sólidos urbanos” é a seguinte: “resíduos sólidos gerados num aglomerado urbano, excetuando os resíduos industriais perigosos, hospitalares sépticos e de aeroportos e portos”.

Destes, destaca-se os resíduos sólidos urbanos domiciliares, que segundo a FUNASA (2010), são: aqueles originados no cotidiano das residências, constituídos por restos de alimentos (cascas de frutas, verduras, sobras, etc.), produtos

deteriorados, jornais, revistas, garrafas, embalagens em geral, papel higiênico, fraldas descartáveis e uma grande diversidade de outros itens. Contém, ainda, alguns resíduos que podem ser tóxicos.

A compreensão acerca deste item é deveras importante, uma vez que a partir deste conceito e aplicação, desenvolveu-se e conduziu-se essa pesquisa, uma vez que este tipo de resíduo sólido urbano é àquele que mais próximo está da realidade da população, que são os objetos gerados cotidianamente pelos indivíduos, no exercício de seus trabalhos e no íntimo de seus lares. As contradições do sistema capitalista que se expressam e se desdobram a partir do ato do consumo e extrapolam até o ápice do consumismo, são evidentemente tocadas e fazem parte da vida da população, sendo, igualmente, o item de maior visibilidade para mídia e importante fator para as cadeias produtivas da reciclagem, que se apropriam destes RSU para alimentar sua sanha por lucros, à custa da exploração do trabalho dos catadores de materiais recicláveis (GONÇALVES, 2015).

Concluída à descrição acerca dos resíduos sólidos urbanos, cabe indicar que em maior importância ainda está à gestão destes. Por sua vez, esta ação compreende o conjunto de decisões estratégicas e dos atos efetivos voltadas à busca de soluções eficazes sobre o tema, envolvendo políticas, técnicas, instrumentos e aspectos institucionais e financeiros.

Contemporaneamente, com vistas ao desenvolvimento sustentável, os processos inerentes à gestão dos resíduos sólidos urbanos seguem pautados sobre quatro objetivos primordiais: 1) Redução; 2) Reutilização; 3) Reciclagem e 4) Recuperação da energia existentes nestes RSU. Para tanto, buscam-se adequar as práticas de tratamento e gestão ao cumprimento de tais objetivos, que exigem a permanente busca por soluções que contemplem os aspectos de viabilidade socioambientais e econômicos (PIASSI, 2008).

Mais especificamente, pode-se indicar que os métodos para gestão dos RSU, como coleta seletiva e reciclagem são ainda pouco abrangentes, tanto territorialmente, quanto em quantidade de adesões. A predominância dessa situação se explica por vários fatores, tais como: falta de capacitação técnico-administrativa, baixa dotação orçamentária, pouca adesão da população na resolução dos problemas ambientais comuns ou, mesmo, a falta de estrutura organizacional das

instituições públicas envolvidas com o tema nos municípios (ZANTA; FERREIRA, 2003).

A fim de superar as barreiras do caso característico dos resíduos sólidos urbanos, um método tem se destacado: o gerenciamento integrado. Este que envolve diferentes órgãos da administração pública e da sociedade civil. Sendo que a prefeitura, como gestora urbana, é a principal responsável pelo gerenciamento de resíduos sólidos urbanos do município. Cabe a ela, ou, a empresa regularmente contratada por esta, organizar o sistema de limpeza urbana e o manejo dos RSU, além de definir de que forma as ações ocorrerão, considerando as atividades de coleta domiciliar (regular e seletiva), transbordo, transporte, triagem para fins de reutilização ou reciclagem, tratamento (inclusive compostagem), disposição final, varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos, além de outros eventuais serviços (MANSOR, 2010).

Outro importante ponto a ser descrito e, que representa inequivocamente o modo de operação do sistema de gestão de um determinado município, é a forma como se dá a disposição final dos resíduos sólidos urbanos. Entretanto, cabe destacar que Logarezzi *apud* Leal (2004, p.99) esclarece que esta é uma concepção terminológica imprópria, uma vez que, “os resíduos continuam lá e, ainda representam importante potencial gerador de problemas”.

De qualquer modo, as formas mais comuns de disposição de resíduos sólidos urbanos são, segundo Ikuta (2010, p.50):

- a.) Lixão ou vazadouro: é o modo mais inadequado de disposição de resíduos sólidos, uma vez que são empilhados a céu aberto, diretamente sobre o solo, sem nenhum tratamento ou medidas de proteção ao meio ambiente e à saúde pública. Não há qualquer tipo de controle quanto aos tipos de resíduos abandonado no local;
- b.) Aterro controlado: local em que os resíduos sólidos recebem uma cobertura de material inerte, que diminui os odores e a proliferação de vetores, entretanto, não há tratamento dos efluentes derivados (chorume) e/ou sistema de drenagem de biogás para queima ou aproveitamento;
- c.) Aterro sanitário: área escolhida criteriosamente - a partir de suas especificidades: tais como, a do meio físico, biológico, social, econômico e da legislação inerente -, requer licença ambiental de instalação e operação, o projeto técnico deve contemplar critérios como: cercamento e limpeza da área e impermeabilização do solo, por exemplo. Por conseguinte, sua operação deve abarcar os seguintes procedimentos: compactação dos resíduos sólidos, drenagem e tratamento do chorume, queima ou aproveitamento do biogás, dentre outras atividades.

Tendo sido apresentados e descritos os conceitos relativos aos RSU, compreendemos que é pertinente diferenciar a gestão dos resíduos sólidos do gerenciamento destes. O primeiro termo diz respeito às atividades relacionadas às tomadas de decisões estratégicas e a organização do setor para esta finalidade, envolvendo de modo direto e sistêmico instituições públicas, privadas e de caráter social, a elaboração e implementação de políticas públicas e, ainda, os instrumentos e os meios para efetivação da atividade. Entretanto, o vocábulo vinculado ao gerenciamento de resíduos sólidos se refere aos aspectos e aparatos técnicos e operacionais relacionados à atividade em si, englobando consigo os elementos administrativos, gerenciais, econômicos e financeiros, para além daqueles ambientais (SCHALCH, et. all., 2002).

Portanto, podemos compreender que a gestão dos resíduos sólidos compreende o planejamento das ações do gerenciamento. Cabendo em última instância ao gerenciamento, a implementação das decisões, em que se buscam alternativas técnicas, de acordo com as potencialidades e fragilidades do lugar em questão, a operação das ações propostas, fiscalização e dimensionamento dos resultados alcançados por estas ações (LOPES, 2006).

Todavia, paralelamente a delimitação conceitual estabelecida sobre os RSU, ainda, há outro elemento que precisa ser pensado racionalmente e criticamente a fim de dar sentido a esta conexão, a taxa de diminuição de vida útil das mercadorias, que, cada vez mais são produzidas para durarem cada vez menos ou, para serem prontamente descartadas. Desta feita, mesmo diante da implementação de políticas públicas adequadas em função da gestão dos RSU e do crescimento dos índices de reciclagem destes, não há diminuição na exploração de matérias-primas novas para confecção de novas mercadorias. Assim, o meio ambiente permanece sendo consumido em prol do lucro imediato das corporações, visto que o consumo destrutivo continua a crescer, se utilizando de métodos produtivos igualmente nocivos ao meio ambiente e ao Homem (GONÇALVES, 2006).

Por conseguinte, o avanço da taxa de utilização decrescente das mercadorias amplia também o descarte e a geração de RSU, especialmente nos lugares onde há grande concentração de consumidores. Ainda, há o crescente desperdício associado ao processo, que nos indica o aprofundamento da separação entre o esforço

produtivo que objetiva atender as necessidades humanas e àquele que tem como finalidade a reprodução do capital por si mesmo, e as consequências destrutivas desse processo são potencializadas à medida que aumenta também a concorrência entre os capitais (GONÇALVES, 2006).

Por conseguinte, Gonçalves (2006), utilizando-se das argumentações de Mészáros (2002), indica-nos que o fato da atual organização social para a produção demanda e utiliza um esforço conjunto, que consome e explora energia e vida humana, não significa um consumo coletivo e igualitário dos frutos desta mesma produção, ao contrário, se constitui unicamente por meio da lógica do capital, sob a qual se define que o objetivo da produção das mercadorias é satisfazer a necessidade de reprodução do próprio sistema capitalista.

Neste sentido, Gonçalves (2006) ainda nos aponta que a produção capitalista não visa primordialmente a satisfação da necessidade dos produtores diretos, ou de qualquer outro membro da sociedade. O seu fim é garantir o ímpeto de reprodução do capital por meio do consumo. Esta é a racionalidade e a razão que lhe dão sentido. Portanto, pouco interessa a utilidade ou o desperdício das mercadorias por quem as adquire desde que ela cumpra a sua função no sistema do capital.

Adiante, trazendo em voga o outro assunto deste capítulo: os trabalhadores catadores de materiais recicláveis, é pertinente destacar que associados aos homens em estado de marginalidade socioeconômica, há outros agentes em igual estado de desventura e vulnerabilidade social.

Assim sendo, com relação às mulheres envolvidas nesta atividade, estas experimentam e vivenciam uma situação ainda mais árdua, uma vez que para além de todas as dificuldades inerentes ao próprio trabalho, estas ainda aglutinam em si ou, são pressionadas ou oprimidas por indivíduos ou, pela própria sociedade, para assumirem, assimetricamente, seu papel enquanto trabalhadoras e, ao mesmo tempo, como “mulheres”, tendo de acumular toda responsabilidade inerente à condução e manutenção do “lar e da família” (DA SILVA, 2016).

Por conseguinte, este penoso panorama em que as catadoras estão inseridas estabelece máculas físicas e psicológicas nestas mulheres, por vezes perpétuas, uma vez que as duras condições de trabalho e os riscos associados à vulnerabilidade social da profissão e da condição socioeconômica desta promovem e facilitam a incidência, recorrente, de doenças que podem debilitar ou serem fatais,

devido a não assistência médica a que estas mulheres estão expostas em sua realidade, para além da presença constante e assustadora do machismo, da discriminação, da violência, simbólica e física e, do feminicídio com que estas trabalhadoras/mães/esposas/etc., convivem em seu cotidiano (COELHO, et. al., 2016).

Portanto, há dentro deste quadro específico, também, uma desigualdade entre homens e mulheres, que é reflexo das contradições inerentes à própria esfera de produção e reprodução do capital. Sendo que no que tange ao trabalho feminino, este, ao longo do tempo histórico e construção das sociedades, sempre fora permeado por constantes descompassos e ambiguidades (DA SILVA, 2016).

Ainda, há outra situação bastante delicada, o caso das crianças e adolescentes envolvidos, direta ou indiretamente, com toda essa questão. Estes que, por conta de sua situação de vulnerabilidade social e econômica, exercerem a função de catadores de materiais recicláveis em troca de seus rendimentos financeiros, e que estão ainda mais expostos aos riscos e incertezas do cotidiano laboral desta profissão, uma vez que a situação em que vivem estas crianças e adolescentes, em seus primeiros anos de vida, se configuram como sendo um fator importante para a determinação da saúde e desenvolvimento humano (físico e mental) e social destes indivíduos e, por conseguinte, suas coletividades, se expostos continuamente a produtos perigosos ou vetores de doenças ao longo de seus primeiros anos de vida. Esta situação é decorrente das características e atributos específicos dos pequenos, tais como: imaturidade do organismo, porte físico, taxas metabólicas, comportamento pueril, curiosidade natural e falta de conhecimento e responsabilidade sobre suas ações, colocando-os em uma condição de propensão a acidentes e doenças, potencialmente fatais (KRAH, 2015).

Em contrapartida, mesmo diante de todas as adversidades enfrentadas, esses trabalhadores vêm buscando organizar-se em movimentos sociais, cooperativas, associações e redes, com o objetivo de alcançar maior visibilidade junto aos atores sociais e institucionais que os cercam, a fim de modificarem suas vidas e condições laborais para condições mais adequadas e decentes.

A seguir, nos próximos capítulos estão descritos os estudos de casos que se afiguram como ponto central desta pesquisa científica.

2. ESTUDOS DE CASOS MÚLTIPLOS

Já tendo sido apresentada e discutida a situação acerca dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis logo na Introdução deste trabalho, neste capítulo pretende-se, designadamente, trazer em voga o histórico e a descrição acerca da formação e atuação da Aliança Global de Catadores e da Rede Latino-americana de recicladores, buscando compreendê-las adequadamente como plano de fundo dos estudos de caso específicos que se aproximam a seguir. Desta maneira, partindo de um aspecto mais amplo, global, prosseguir-se-á ao longo do texto a um patamar mais regionalizado e particular acerca de nossos objetos de estudo. Esta configuração se estabelece a fim de que possamos edificar um caráter de encadeamento escalar decrescente acerca dos estudos de caso (2.2; 2.3) e do estudo comparado (3) que se aproximam. Contextualizando-os adequadamente dentro das práticas relativas à conformação e aplicação das redes de movimentos sociais, na singular perspectiva dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis.

2.1 ALIANÇA GLOBAL DE CATADORES E REDE LATINO-AMERICANA E DO CARIBE DE REICLADORES

A Aliança Global de Catadores (GlobalRec) é o resultado de uma articulação entre várias organizações de trabalhadores catadores de materiais recicláveis em mais de 28 países, cobrindo e fomentando principalmente iniciativas instaladas na América Latina, Ásia e África, apesar de também haverem grupos na América do Norte e na Europa (GLOBALREC, 2017a).

A GlobalRec, iniciou suas atividades em caráter informal no ano de 2005 com a reunião de alguns líderes de organizações de trabalhadores catadores oriundos de quatro países da América Latina (Brasil, Argentina, Chile e Uruguai), durante o Segundo Congresso da América Latina em São Leopoldo, no estado de Rio Grande do Sul, Brasil. Nos anos seguintes (2006 e 2007), ocorreram vários encontros e reuniões de planejamento, a fim de dar fluidez às ideias e aos anseios desses coletivos e movimentos sociais, com a utilidade de se encontrarem maneiras de concretizá-las ao longo do tempo próximo. Já nesta fase a iniciativa passou a contar

com o apoio da Fundação Avina e da Fundação para o Desenvolvimento Sustentável da América Latina (GLOBALREC, 2017a).

Em 2008, ocorre o Primeiro Congresso de Catadores, realizado em Bogotá, na Colômbia e, após este encontro, deu-se princípio formal a Aliança, que nos anos vindouros implementou ações e reuniões ao longo de todo o globo, já com o apoio da ONG WIEGO (*Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing*) . Neste evento, fora estabelecida uma declaração dos participantes destinada aos governos, organizações de apoio e ao público em geral, indicando os pontos norteadores do grupo:

1. (...) o compromisso com a inclusão social e econômica dos catadores de materiais recicláveis, com a promoção e fortalecimento de suas organizações e, com sua inclusão e priorização em sistemas formais de gestão de resíduos sólidos;
2. (...) rejeição à incineração e o nosso compromisso com a criação de processos que promovam lixo zero (utilização máxima de resíduos sólidos, tais como: reuso, reciclagem e compostagem). Estas alternativas representam soluções socioeconômicas viáveis para setores informais e marginalizados da população mundial;
3. (...) troca de experiências e tecnologias. Estas ações irão promover e acelerar o contato com o maior número possível de catadores de materiais recicláveis e suas organizações pelo mundo, tornando visíveis as suas condições de vida e de trabalho e, suas contribuições ao desenvolvimento sustentável;
4. (...) promoção de leis e políticas públicas que apoiem e incluam organizações de catadores de materiais recicláveis. Catadores devem tornar-se atores nos processos decisórios para garantir melhores condições de trabalho, participação em atividades de capacitação e o reconhecimento e a profissionalização do trabalho nessa categoria (GLOBALREC, 2017b).

Por conseguinte, desde o ano de 2008 se formou um Comitê Diretor Internacional que se reúne uma vez ao ano com a finalidade de planejar e fomentar a implementação de ações propositivas e de resistência por parte das associações e movimentos sociais vinculados ao tema. Assim sendo, esta Aliança tem participado como representante dos trabalhadores catadores ao redor do mundo, inclusive integrando reuniões junto a Estados, instituições multilaterais e organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), defendendo a implantação de mecanismos financeiros alternativos para apoiar soluções justas para a inserção dos trabalhadores catadores como sendo importantes agentes para

viabilização de ações de sustentabilidade urbana e equidade social. Atualmente, a Aliança tem concentrado seus esforços na solidariedade e troca de informações entre associações de catadores mundo afora. Mais recentemente estas ações também vêm contando com o apoio da Aliança Global para Alternativas à Incineração (GAIA) (GLOBALREC, 2017a).

Tendo descrito o histórico e a forma de atuação da Aliança Global de Catadores (GlobalRec), considerou-se pertinente descrever, além disso, as organizações não governamentais, redes e redes de redes que a apoiam.

Portanto, pode-se indicar que a Fundação Avina deu início às suas primeiras ações em 1994. Por sua vez, em 2001 a Fundação se instalou no Panamá, para ter um caráter e uma prerrogativa jurisdicional e formal latino-americana, separando-se legalmente de sua mantenedora europeia. Contudo a relação institucional ainda transcorre plenamente, uma vez que a Fundação Avina recebe o apoio institucional e financeiro da *VIVA Trust*, criada pelo mesmo idealizador que criou a Avina (AVINA, 2017).

Assim, as atividades do grupo possuem três características importantes: a capilaridade territorial, a capacidade de articulação de capital social e a inovação e a vanguarda. A Avina aponta que conta com uma equipe de mais de 70 pessoas, atuando em 20 países da América Latina e do Caribe, sendo que em 13 países com presença física e 7 com atividades desenvolvidas por meio de parcerias e redes. Há ainda a presença nos Estados Unidos e Europa, com a finalidade de facilitar a construção de parcerias com organizações interessadas e capazes de apoiar processos de inovação e transformação na América Latina (AVINA, 2017).

Adiante, por sua vez, existe a rede WIEGO (*Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing*, em português: Mulheres no Emprego Informal: Globalizando e Organizando), que fora fundada em 1997 por organizações de trabalhadores informais, pesquisadores individuais e profissionais gestores engajados e/ou preocupados com relação às atividades laborais informais, que trazem consigo grandes riscos aos trabalhadores envolvidos e as sociedades de modo geral. Esta rede possui cinco eixos de atuação, bem como projetos globais e ações especiais vinculadas aos temas: 1) organização e representação; 2) estatística; 3) comércio global; 4) proteção social; 5) políticas urbanas (WIEGO, 2017a). A organização possui representantes por todo o globo, mas indica como

sendo os principais escritórios e contato institucional dois endereços, o primeiro: de sua secretaria executiva, junto à Universidade de Harvard, em Cambridge, Massachusetts, nos Estados Unidos e, o segundo, de seu gabinete no Reino Unido, mais especificamente em Manchester, na Inglaterra (WIEGO, 2017b).

Adicionalmente, neste contexto ainda há a *Global Alliance for Incinerator Alternatives (GAIA)*, em português: Aliança Global para Alternativas à Incineração, que é uma rede mundial conformada por mais de 800 grupos de base, ONGs e sociedade civil em mais de 90 países cuja visão e objetivos finais são a edificação de um mundo mais justo e sem a presença dos tóxicos provenientes dos processos de incineração⁴ de resíduos e resíduos sólidos urbanos. Este grupo compreende que os recursos naturais do planeta Terra são finitos, a biosfera é frágil e a saúde das pessoas e outros seres vivos seguem ameaçadas pelas atuais práticas de produção e consumo ineficientes. Devido a isso, esta rede se opõe ao uso de incineradores, lixões, aterros e outras formas inadequadas para disposição final dos resíduos e RSU decorrentes das operações de descarte das sociedades contemporâneas. Desta feita, o objetivo e a luta do coletivo é pelo fomento da produção limpa e da criação de uma economia fechada e eficiente em que os materiais empregados sejam reutilizados, reparados e/ou reciclados (GAIA, 2018).

Adiante, acerca da Rede Latino Americana e do Caribe de Recicladores (RED LACRE), é possível indicar que esta foi organizada a partir de 1990 como sendo resultado de uma articulação de movimentos socioambientais vinculados aos trabalhadores catadores de materiais recicláveis situados no Brasil, Chile, Colômbia, Peru, Argentina e Uruguai (ZIGLIO; MILANI; PASCHOALINO, 2011).

Esta é uma iniciativa representativa e integradora dos movimentos nacionais já estabelecidos dos trabalhadores catadores, atualmente é composta por delegados de 18 (dezoito) países da região. Esta rede de redes de movimentos sociais busca se inserir em alianças e plataformas regionais e globais com a finalidade de

⁴ Incineração de resíduos sólidos ou RSU é o processo em que estes são destinados a plantas industriais de incineração (queima), com a finalidade de que seu volume seja consideravelmente reduzido em até 90%. Atualmente, há possibilidade do aproveitamento de energia térmica decorrente do próprio processo de combustão (MACHADO, 2015). Todavia, também existem desvantagens na aplicação desta técnica, visco como alguns materiais podem ser valorizados e reinseridos nos circuitos produtivos, por meio da reciclagem; se as condições operatórias não forem adequadas, este é um processo muito significativo da geração de dioxinas, metais pesados e outros gases tóxicos e/ou de efeito estufa; além de serem produzidos resíduos sólidos perigosos (QUINA, 2005).

mobilizar melhores condições de inclusão socioeconômica e ambiental aos trabalhadores recicladores (RED LACRE, 2018).

A RED LACRE possui como missão declarada a promoção da organização nacional e regional de trabalhadores recicladores, seu fortalecimento, atuação coletiva e articulação multissetorial. Como visão estratégica a rede busca o reconhecimento do ofício, a legitimação do direito a permanência e a remuneração justa aos trabalhos desenvolvidos pelos trabalhadores catadores em seus países, para tanto, busca negociar melhores leis, políticas públicas e práticas junto a Estados e governos, com a finalidade de que se favoreçam a dignidade e a inclusão desta classe laboral (RED LACRE, 2018).

Especificamente, desenvolvem suas ações em prol de galgar plenamente os seguintes objetivos institucionais e de classe dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis Latino Americanos e do Caribe:

1. Se manter em seu ofício;
2. Livre associação e integração as cadeias de valor da reciclagem;
3. Articulasse de maneira formal aos serviços de asseio público e receber pagamento justo pelos serviços executados;
4. Promover o trabalho digno;
5. Participação das organizações de recicladores na construção, implementação e monitoramento de marcos políticos para gestão de resíduos sólidos urbanos (RED LACRE, 2017, 03).

Por sua vez, é pertinente destacar que o trabalho e atuação de longa data têm trazido resultados ao grupo. Em 2016, em levantamento realizado pela própria RED LACRE (2017), junto a seus países de atuação, pode-se verificar que 61% dos países da região já possuem algum tipo de política pública com enfoque em reciclagem inclusiva. Entretanto, 72% destes mesmos países ainda não implementam efetivamente/adequadamente estas políticas públicas. Um grande desafio, certamente. Todavia, os dados apresentados podem, em igual medida, serem considerados como sendo oportunidades de intervenção, trabalho e ajustes em prol da inclusão destes atores neste cenário. As portas não estão fechadas, as demandas socioambientais permanecem ativas e a atuação constante e séria de

grupos como a RED LACRE e dos movimentos nacionais de recicladores podem ser o caminho para concretização de um futuro mais equilibrado socioambientalmente.

Ainda segundo a RED LACRE (2017), a manutenção das ações políticas e de base da rede e das redes de redes associadas a esta em escala local e transnacional são um elemento fundamental para se assegurar que os sistemas de gestão de RSU sejam adequadamente inclusivos e baseados no reconhecimento ao trabalho dos catadores de materiais recicláveis, uma vez que somente por meio da atuação dos movimentos sociais e das redes de movimentos sociais é que esta classe de trabalhadores poderá defender seus interesses, direitos, lograr conquistas e implementar convenientemente e apropriadamente as políticas públicas que já existem formalmente em seus países.

Do ponto de vista teórico e conceitual pode-se buscar nas argumentações de Mizusaki (2017), o sentido do processo histórico acerca da conformação de uma cultura de resistência por parte destes grupos de trabalhadores catadores de materiais recicláveis e suas redes, justamente, com a finalidade de subsistir enquanto grupo e indivíduos com demandas e características sociais, étnicas, culturais, políticas e econômicas próprias e minimamente autônomas, buscando ressignificar sua existência na sociedade de classes, trazendo consigo os meios de luta, resistência e confiança na conquista de uma condição melhor ao longo do tempo futuro presumível.

Por conseguinte, pelas ações destas redes, os trabalhadores catadores constroem e aplicam suas plataformas políticas e de significados simbólicos para as lutas, por meio da solidariedade implícita em suas ações. Desta feita, para que estas redes se mantenham sustentáveis ao longo do tempo é imperativo que persista um ativismo em prol dos objetivos desta. Por conseguinte, este ativismo contemporâneo tem buscado protagonizar um conjunto de ações orientadas a defender e trazer em voga os argumentos e as demandas dos mais excluídos, mais discriminados, mais carentes e mais dominados, justamente o caso destes grupos e movimentos sociais.

Nesse sentido, o exercício das redes possibilita a construção e a manutenção de diálogos multidisciplinares e multidimensionais em que existem diversidades de interesses e valores, mas que, todavia, coabitam e coadunam uma mesma sinergia de ideias e ideais, dando força e compartilhando experiências que podem se tornar aplicáveis em novas realidades, maximizando o encontro e o confronto das

reivindicações e lutas referentes a diversos aspectos simbólicos e pragmáticos do exercício da cidadania, proporcionando aos movimentos sociais em rede ultrapassarem do aspecto relativo à defesa de um único sujeito identitário à defesa de vários sujeitos fortalecendo as formas e os meios de luta e resistência dos grupos oprimidos. (SCHERER-WARREN, 2006).

As participações dos movimentos sociais nestas redes transnacionais fomentam a edificação de políticas e práticas cooperativas, reconfigurando suas próprias ações e permitindo o acesso a diversos recursos, tanto simbólicos, como materiais, proveniente de ONGs e agências estatais.

Desta feita, há possibilidades reais para estes movimentos sociais em se ampliar os processos de convergência política, a fim de fortalecê-los. Como uma acumulação de forças e reputação, tanto dentro, quanto fora do campo político nacional ou internacional.

Estas práticas podem ser conceitualmente entendidas e denominadas como, a “globalização vinda de baixo”, em que se busca coordenar uma sociedade civil global que conecte-se por meio de forças sociais transnacionais animadas por preocupações ambientais, direitos humanos, hostilidade ao patriarcado e, sobretudo, uma visão de comunidade humana fundamentada pela unidade das diversas culturas, que buscam dar fim a pobreza, a opressão, a humilhação e a violência coletiva (EDELMAN, 2001). Este tipo de globalização vinda de baixo, então, contrapõe-se àquela “globalização imposta de cima”, organizada pelos Estados, organizações internacionais e empresas privadas transnacionais.

Nesse sentido, ainda devemos citar Santos (2001) em que este nos indica que é a partir das metamorfoses do próprio cenário local e internacional e sua retroalimentação dinâmica e constante é que se pode pensar em um entendimento progressivo do mundo e do próprio lugar, uma vez que o mundo contemporâneo também autoriza concepções históricas diferenciadas e abertas em seu uso. A dialética entre a universalidade e as particularidades encoraja a superação das práxis invertidas, até agora conduzidas pela ideologia dominante, mas, sempre há a possibilidade de se ultrapassar o reino da necessidade e do lucro e tomar lugar para a utopia e a esperança.

Santos (2001) já indicava que as crises por que passam o sistema capitalista, em diferentes países e continentes, põe a mostra não apenas a perversidade, mas a

fraqueza da construção. Levando ao completo descrédito dos discursos dominantes, mesmo que outros discursos, de crítica e de proposição, ainda não tenham sido elaborados de modo sistêmico. Mas, esta tomada de consistência não é homogêneo, nem segundo os lugares, tão pouco, quanto aos indivíduos, nesse sentido, a evolução como alternativa ao sistema capitalista deverá ocorrer em momentos diferentes e em países diferentes e será permitida, justamente, pelo amadurecimento e prolongamento das crises. Esse mundo novo anunciado não será uma construção de cima para baixo, mas, uma edificação cuja trajetória vai se dar pelas bases das sociedades. As condições enumeradas deverão permitir a implantação de um novo modelo econômico, social e político, a partir de uma nova distribuição dos bens e serviços, conduzindo a vida a realizações coletivas e solidárias e, passando de escala do lugar ao planeta, por intermédio de outra maneira de realizar a globalização.

No próximo tópico será apresentado o estudo de caso sobre o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) no Brasil.

2.2 MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: MNCR (BRASIL)

Ao chegarmos a este ponto da tese, nos concentramos em examinar os objetos de estudo em função de estabelecer argumentações pautadas acerca de elementos objetivamente verificáveis levantados a partir dos métodos e técnicas já indicados, inclusive com inserções em campo, com a finalidade de se auxiliar na resposta adequada à pergunta de pesquisa, ao objetivo central e, aos objetivos específicos desta pesquisa científica.

Por sua vez, no primeiro bloco deste texto buscamos descrever o histórico e os objetivos centrais do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) do Brasil. Logo a seguir, na segunda parte deste conteúdo, estão descritas e transcritas as anotações, percepções e reflexões derivadas da pesquisa propriamente dita, produto da entrevista pautada por um questionário semi-estruturado, que está associadas diretamente às falas e ao discurso do entrevistado especificamente e, ao tema em si, de modo geral.

A priori, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis é um movimento social de base popular que vem organizando os trabalhadores, mulheres e homens, catadores de materiais recicláveis por todo o Brasil desde os idos dos anos 1990, buscando a valorização desta classe laboral junto à sociedade, iniciativa privada e ao Estado. Apesar da luta e as reivindicações serem precedentes, formalmente o Movimento se instituiu em 2001 a partir da realização do I Congresso Nacional dos Catadores, em que fora produzida e estabelecida como documento final a Carta de Brasília. Nesta, estão descritos os princípios e objetivos do grupo e sua organização interna e formas de conexão com as bases orgânicas que compõem o Movimento (MNCR, 2018a).

Desta feita, é possível indicar que o objetivo deste movimento organizado e instituído é a busca pela garantia do protagonismo popular da classe trabalhadora, especialmente a dos catadores de materiais recicláveis, que é ininterruptamente oprimida pelas estruturas do sistema de organização social, pautada pela ideologia capitalista e burguesa. Desta feita, por princípio, o MNCR procura a independência de classe, que dispensa a fala de partidos políticos, governos e empresários em nome do grupo. Nesse sentido, a categoria crê e luta na prática da ação direta

popular, que é a participação efetiva do trabalhador em tudo que envolve sua vida, algo que rompe com a indiferença do povo e busca abrir caminho para transformação efetiva da sociedade (MNCR, 2018a).

Ainda segundo o próprio MNCR (2018a), a missão do Movimento é contribuir de modo ativo para a construção de sociedades mais justas e sustentáveis, a partir da organização social e produtiva dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis e suas famílias, que estejam eles em lixões, nas ruas ou em processo de organização, que seguem suas ações e suas formas de resistência orientados pelos princípios de luta e emancipação da classe. A saber: autogestão, ação direta, independência de classe, solidariedade de classe, democracia direta e apoio mútuo. Para tanto, se empenham em conformar coletivos, articulações e redes nacionais e internacionais que os fortaleçam enquanto atores políticos e sociais, que legitimem suas conquistas em prol do reconhecimento e valorização desta classe laboral.

Dois importantes marcos históricos do Movimento foram o I Congresso Latino-americano de Catadores (2003), realizado em Brasília (DF, BR), que reuniu catadores de diversos países latino-americanos, no qual foram descritas a situação e os propósitos dos catadores, com a finalidade de balizar e tornar suas ações sinérgicas, galgando melhores resultados ao movimento social e suas redes; o II Congresso Latino-americano de Catadores (2005), no qual buscou-se aprofundar e ampliar as articulações dos movimentos de catadores na região como um todo, estabelecendo e fortalecendo suas redes e suas redes de redes, nacionais e internacionais. No site do MNCR, especificamente, há indicação de que o Movimento é participe ativo das seguintes redes de movimentos sociais: *Red Latinoamericana de Recicladores*, da Aliança Global de Catadores e da Aliança Global para Alternativas à Incineração (MNCR, 2018a).

Adicionalmente, no ano de 2006, o Movimento organizou e realizou uma grande marcha até Brasília, levando suas demandas até o Governo Federal, exigindo a criação de postos de trabalho em cooperativas e associações de base orgânica que compõe o movimento social. Esse evento é importante, uma vez que aglutinou consigo cerca de 1.200 catadores em forma de manifestação e protesto, que marcharam na Esplanada dos Ministérios, com a finalidade de fazer valer sua luta e seus direitos, que os beneficiam diretamente e a todos os cidadãos de modo colateral (MNCR, 2018a).

A sinergia proporcionada por estes eventos estabelece o fortalecimento da organização dos catadores na América Latina e a expansão das organizações e cooperativas e associações de catadores, sobretudo porque estes eventos seguem para além da informação, constituindo-se como espaços de formação técnica, teórica e ideológica para estes sujeitos, auxiliando-os a na compreensão acerca de sua participação social e política, com relação ao próprio movimento social e a coletividade que o cerca, fundando marcos discursivos contrários ao individualismo e a competição, passando a perceber que o apoio mútuo entre os trabalhadores e trabalhadoras, no dia-a-dia de lutas é essencial para a resistência e a vitória em prol dos objetivos comuns do grupo, podendo transformar suas vidas para além do local de trabalho (GONÇALVES, 2005).

Nesse sentido, o MNCR tem buscado fomentar a organização de bases orgânicas em função dos próprios trabalhadores catadores, que podem se estruturar em forma de cooperativas, associações, entrepostos e grupos, nos quais ninguém pode ou deve ser beneficiado à custa do trabalho do outro companheiro. Para tanto, o MNCR possui como prática efetiva a democracia direta, em que os espaços deliberativos do Movimento são as próprias bases orgânicas e os comitês regionais, possibilitando uma dinâmica de debates participativos por parte de todos os trabalhadores catadores. Para execução de tarefas de nível nacional e internacional, criou-se uma equipe de articulação nacional com a responsabilidade de agilizar a execução de ações e articulações políticas, fortalecendo os laços entre os membros do Movimento, contemplando um sentido de unidade entre o grupo (MNCR, 2018b).

Deste ponto em diante, o texto e as argumentações derivadas são fundamentados pelo discurso do respondente, Sr. Eduardo Ferreira de Paula (Dudu Catador)⁵.

⁵ membro ativo do MNCR; compõe a Equipe de articulação nacional, da Comissão Nacional do movimento, que corresponde ao mais alto nível de representatividade e interlocução institucional do grupo; membro ativo da Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (COOPAMARE), sendo um de seus fundadores. Criada em 1989, na cidade de São Paulo (SP) e, que modelo para associações por todo o Brasil, América Latina e Caribe, como sendo um centro de referência na organização social do trabalho e na esfera de atuação política em prol dos trabalhadores catadores (GRIMBERG, 2007).

Fotografia 1: Placa de identificação COOPAMARE.



Fonte: pesquisa de campo.

Especificamente sobre o número de trabalhadores catadores de materiais recicláveis no Brasil, o respondente indica que o MNCR estima que existam entre 800.000 (oitocentos mil) e 1.000.000 (um milhão) de trabalhadores e trabalhadoras que exercem este tipo ocupação laboral como forma de subsistência, de modo organizado ou não, sendo que o MNCR avalia que existam mais mulheres do que homens exercendo esta atividade, na perspectiva de 70% de trabalhadoras para 30% de trabalhadores.

Com relação ao número de associados e afiliados ao MNCR, há um levantamento institucional que aponta para o número de 700 (setecentas) bases cadastradas junto ao Movimento, sendo que cerca de 10% do número total de trabalhadores catadores do País está associada diretamente ao MNCR, com uma estimativa que gira em torno de 80.000 (oitenta mil) a 100.000 (cem mil) integrantes ativos.

Sobre o processo de representação democrática e construção institucional do MNCR, o respondente destaca que tudo se inicia nas bases orgânicas do movimento, nas associações e cooperativas por todo o Brasil, que edificam uma comissão interna (equipe de articulação) e, estes, cada qual como o seu modo de consulta, delegam um membro para representá-los em um comitê local (da cidade), em que os temas, problemas e agendas específicos do grupo são apresentados e debatidos internamente, visando à solução ou mitigação destes, seja por meio de ações diretas ou de articulação com outros agentes institucionais, como o Estado, por exemplo.

Em regiões metropolitanas ou grandes capitais, como cita o respondente o caso da grande São Paulo, as indicações representam um espaço geográfico pré-determinado em zonas de atuação dos catadores e suas Cooperativas e Associações. Cinco comitês existem em São Paulo, aqueles das Zonas Norte; Sul; Leste; Oeste e Centro.

Desta forma, buscam-se uma representatividade mais ampliada e equilibrada dentro do MNCR, em função da complexidade dos territórios em que os trabalhadores atuam em seu cotidiano, seja em que lugar estes trabalhadores estejam (interior do Brasil, litoral, grandes e pequenas cidades). Ademais, existem os comitês regionais e, posteriormente, os estaduais, que são formados pelos integrantes indicados pelas próprias Associações ou Cooperativas de modo escalar, até que se alcance o nível nacional. Dentro desta esfera, cada estado brasileiro é representado por três pessoas (homens ou mulheres). Incluso no comitê nacional, há uma equipe de articulação específica que possui como objetivo central de suas ações, edificar estratégias de ação a todo o MNCR e, em igual medida, buscar inserções junto ao poder público, a fim de garantir melhores espaços e condições aos trabalhadores catadores e suas demandas, por meio de políticas públicas, em escala federal, direcionadas à esta categoria de trabalhadores de modo mais efetivo.

Nesse sentido, o MNCR representa a categoria junto ao Estado e governos por meio de suas representações e equipe de articulação. Estes que prosseguem ininterruptamente em contato com os atores políticos e institucionais pertinentes a fim de estreitar e manter o diálogo permanente com relação aos assuntos de interesse dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis.

Diante deste contexto, algumas cooperativas possuem o apoio do Estado, enquanto a maioria é relegada e negligenciada a própria sorte. Como exemplo, o Sr. Eduardo cita a COOPAMARE, que recebe de apoio do governo apenas a concessão do espaço para suas atividades, localizado sob um viaduto da capital paulista. Os demais compromissos institucionais e financeiros da Cooperativa são de inteira responsabilidade e desempenho desta.

O respondente destaca que nos anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT) havia mais disponibilidade do governo federal em conversar e estabelecer propostas. Atualmente, os governos têm se demonstrado adversos às agendas e às demandas dos movimentos sociais, incluindo o MNCR. Inúmeros

espaços de diálogo se encerraram, dificultando a interconexão do movimento com a esfera pública.

De qualquer modo, nunca houve um período de grande abertura. As conquistas destes sempre se deram por meio de muita luta e persistência por parte dos trabalhadores catadores, a fim de que o grupo se fortaleça e permaneça unido em prol de seus objetivos comuns.

Paralelamente, com relação às empresas privadas, o MNCR busca interceder junto destas a fim de que se cumpram adequadamente os desígnios da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), para que Associações e Cooperativas de trabalhadores catadores possam atuar de modo integrado a estas, com a finalidade de que os RSU possam ser coletados e obtenham a destinação socioambientalmente mais correta, com o objetivo de beneficiar a sociedade como um todo, mas, sobretudo a empresa cedente e as Associações e Cooperativas que agregam em si, o trabalho e a renda, pertinente ao desenvolvimento deste serviço.

Do ponto de vista político institucional, há uma coalizão de empresas privadas que se reúne a fim de dialogar e negociar com o MNCR as condições e termos gerais para o desenvolvimento integrado das ações, tanto em projetos específicos, como no tangente ao tema da logística reversa. O MNCR atua em contato com esta coalizão a fim de garantir os direitos dos trabalhadores catadores, quando estes estão atuando em ações conjuntas.

Em um âmbito mais elevado do ponto de vista político-institucional e da conformação das redes de cooperação, inclusive internacional, o respondente nos indica que existem situações esporádicas em que os representantes do MNCR, por exemplo, e de outros movimentos sociais compostos por trabalhadores catadores, que são convidados a participar de eventos realizados por agentes e organizações internacionais, como o MERCOSUL. Entretanto, não há qualquer tipo de apoio político-institucional ou financiamento por parte deste órgão internacional para com os trabalhadores catadores de materiais recicláveis dos países que compõem o bloco de integração regional.

Entretanto, ainda neste segmento internacional, as redes de cooperação transnacional dos movimentos de trabalhadores catadores de materiais recicláveis se organizam e se mantêm ativas (Red Lacre, por exemplo), a fim de manter e fortalecer a luta e os objetivos comuns dos catadores em todos os países latino-

americanos e mundo afora. Para tanto, as redes buscam meios políticos para equalizar e uniformizar as formas de ação dos trabalhadores catadores junto aos Estados, iniciativa privada e sociedades em todos os países em que atuam, mais especificamente, por meio da edificação de políticas públicas voltadas aos trabalhadores catadores.

Ainda no campo internacional, o Sr. Eduardo nos indica que há governos mais dispostos ao diálogo e a efetivação de ações concretas, enquanto outros não estão, sequer, disponíveis ao diálogo.

Retomando a escala institucional. O MNCR se comunica com seus associados e afiliados por meio de reuniões periódicas em suas bases orgânicas, no caso, as cooperativas e associações. Nas quais os temas pertinentes são difundidos e debatidos entre os grupos, da mesma forma que as demandas locais são estabelecidas e encaminhadas às esferas superiores.

Neste íterim, as informações são encaminhadas por e-mails, telefones, redes sociais de internet e telefone celular (Whats App). São encaminhados ofícios, memorandos, materiais de formação, áudios e vídeos pertinentes às atividades do grupo.

Paralelamente, o MNCR ainda busca se comunicar e estabelecer boas relações com os trabalhadores catadores de materiais recicláveis que atuam na função de modo informal, sazonal ou esporádico, uma vez que o Movimento compreende que estes também são atores legítimos do processo e que as decisões e implicações políticas e pragmáticas dos encaminhamentos ou desvios das políticas públicas direcionadas ao setor também possuem capacidade para implicar em suas formas de vida e trabalho, tanto de modo positivo, quanto negativo.

Por orientação do MNCR, as cooperativas e associações buscam por meio de suas ações de mobilização, trazer estes trabalhadores informais para ingressar nestes grupos formais ou, pelo menos, já organizados, com a finalidade de que se mitigue a excessiva precarização do exercício laboral e a sobre-exploração destes trabalhadores informais por parte de possíveis atravessadores e, ainda, que fortaleça o Movimento e a classe como um todo. Desta forma, tanto as bases orgânicas, quanto o próprio MNCR seguem de portas abertas e dispostos a todos os trabalhadores catadores de materiais recicláveis do Brasil.

Com relação à estratégia de comunicação do MNCR, relacionada aos trabalhadores catadores informais, esta prossegue por meio do “boca-a-boca” e, mais contemporaneamente, por meio de grupos locais de redes sociais da internet e telefone celular, conformada por trabalhadores catadores.

Paralelamente, com relação à comunicação e atuação conjunta com outros movimentos sociais, sindicatos e instituições do terceiro setor, o respondente nos indica que o MNCR prima por estabelecer parcerias e redes de cooperação constantes com outros atores que possam favorecer as discussões e a melhoria das condições dos trabalhadores catadores. Entretanto, propõem-se a participar ativamente de outras redes e situações que abordem temas que seguem para além daquelas de ordem socioambiental, exclusivamente voltadas à reciclagem. Questões relacionadas à moradia, cidadania, cultura, cidade, direitos humanos, saúde, gênero, educação, etc., são temáticas que o MNCR apoia e fomenta em sinergia com suas redes, redes de redes, plataformas de diálogos e parcerias com outros atores sociais e institucionais.

A comunicação, neste sentido, dá-se por meio da participação direta em eventos, protestos e redes sociais. Para além, dos telefonemas e e-mails.

Outro tema abordado foi sobre a manutenção financeira e econômica do MNCR. Com relação a este tema, o respondente nos indicou que o Movimento não possui uma fonte de renda fixa. A princípio, não há projetos para captação de recursos financeiros permanentes, tão pouco patrocinadores determinados. Desta forma, as bases orgânicas encaminham recursos financeiros para manutenção das ações políticas do MNCR. Outra fonte de verbas são os fundos públicos, destinados pelos governos, mas, estes são escassos e esporádicos.

Ainda mais especificamente, com relação à renda média mensal nacional de um trabalhador catador de materiais recicláveis, o respondente nos indica que esta gira em torno de um a um e meio salário mínimo líquido (ou seja: de R\$ 954.00 à R\$ 1.431). Para tanto, é necessária a catação de pelo menos 200 Kg de materiais recicláveis por dia, multiplicada por, pelo menos 5 dias de trabalho por semana.

Adiante, com relação ao uso da internet como ferramenta de mobilização e ação, o respondente nos indica que o MNCR, vem se utilizando de maneira cada vez mais efetiva dos meios digitais e tecnológicos. Celulares, principalmente com o WhatsApp, redes e mídias sociais têm sido importantes aliados para a difusão de

informações e, sobretudo para manter o contato dinâmico com as bases e com as redes, nacionais e internacionais. A internet, acessada pelos computadores ou pelos celulares, é rápida e o custo é baixo. Assim, facilita cada vez mais a interação dos membros dos grupos e do Movimento de modo geral.

Especificamente, com relação à conformação e uso de protestos como forma de mobilização e atenção a conquista e manutenção de seus objetivos e direitos, o MNCR compreende que ações diretas são necessárias, frente a contextos adversos. Afirma que o Movimento tem tido capacidade e cada vez mais *expertise* para organizar protestos em prol de seus desígnios enquanto representante dos trabalhadores catadores.

Por meio das bases orgânicas, os trabalhadores são convocados a expor suas demandas e a lutar pelos seus direitos, inclusive, utilizando do expediente do protesto em vias públicas ou em frente aos órgãos de Estado e governo pertinentes, como prefeituras, por exemplo. Estes eventos e mobilizações que transcorrem de forma pacífica e sem tumultos, “badernas” e depredações, até mesmo porque são ações não partidárias. Mesmo quando os espaços de protesto são compartilhados com outros movimentos sociais. Isso porque o MNCR crê fortemente na importância de se exercitar a solidariedade de classe entre os trabalhadores e seus respectivos movimentos sociais. Inclusive, esta união sinérgica entre os movimentos sociais, traz consigo um componente estratégico na luta dos explorados e dos excluídos, a grandiosidade e a conformação de massa aos atos e eventos públicos, estabelecendo uma repercussão mais ampliada sobre o tema em foco.

Com estes atos e ações diretas alguns objetivos são conquistados e reforçados. Mas, ainda assim, algumas pautas são constantemente negligenciadas ou, ainda, ficam somente “na promessa” por parte dos políticos e governos que são os interlocutores dos movimentos sociais de modo geral e, do MNCR, de maneira específica.

Adiante na entrevista, sobre a cidade enquanto espaço vivido e território de atuação dos trabalhadores catadores e do MNCR, o respondente nos relata que o espaço urbano porta e remete como significado maior ao grupo, o próprio trabalho. Uma vez que é neste espaço que se manifestam suas atividades laborais, na qual sua fonte de renda se materializa de modo objetivo. Além disso, é na cidade em que

trabalhadores catadores são vistos e percebidos, enquanto classe laboral e política, pelos demais cidadãos, pelo poder público e, outros movimentos sociais.

No que se refere à territorialização da atuação dos trabalhadores catadores e dos desafios que empreendem neste espaço de disputas cotidianas, o respondente destaca que para se evitar a concorrência entre os trabalhadores catadores e suas associações e cooperativa, são estabelecidos marcos territoriais informais entre as partes, delimitando espaços de atuação e parcerias, mas, sobretudo, com a finalidade de se evitar a sobreposição geográfica de territórios de trabalho.

No que diz respeito à participação do MNCR em redes e redes de redes de movimentos sociais, o respondente nos indica que o Movimento atua em sinergia com outros movimentos sociais. Cita como exemplo, as parcerias deste com o Movimento Nacional das Populações de Rua (Rede Rua); Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), dentre outros em fase de organização ou que se manifestam de forma efêmera.

Nesse sentido, o respondente lembra-nos que o MNCR é um movimento social pautado na solidariedade entre seus participantes e, entre outros movimentos e atores sociais. Desta forma, em sinergia e amparo mútuo, busca construir melhores condições de vida a todos os parceiros, por meio da luta e da resistência unida, em que os objetivos comuns são potencializados em prol de soluções permanentes ou que atendam ao maior número de atores.

Com relação à cooperação com movimentos e atores sociais de outros países, o respondente nos diz que as articulações são permanentes nas redes internacionais. Questões de ordem política, estratégias de ação conjunta, boas práticas e experiências institucionais e pessoais dos membros dos grupos são compartilhadas a fim de que se fortaleçam os desígnios dos trabalhadores catadores de uma forma geral, tanto no âmbito regional, quanto global. O intercâmbio de informações é essencial ao Movimento com as suas redes e das redes que faz parte.

Para tanto, existem eventos em que os movimentos sociais e/ou seus representantes se reúnem presencialmente. Mas, por questões de custo, as interlocuções têm se dado mais de modo virtual, a fim de aproveitar a dinâmica da internet e das redes sociais.

Com relação ao contato com a *Federación Argentina de Cartoneros, Carreros y Recicladores* (FACCyR), da Argentina, o respondente nos indica que não há ações específicas sendo desenvolvidas somente dentre as duas partes, mas, que há contato constante entre estes movimentos por meio da Red Lacre, que une os movimentos nacionais dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis de toda América Latina e Caribe.

Por meio dos eventos presenciais e das articulações e conexões virtuais a Red Lacre tem sido o aporte ideal para que os movimentos nacionais dos trabalhadores catadores se manifestem com relação a sua realidade e, em igual medida, acerca do quadro político, econômico e social que acomete a cada um dos países participantes, com enfoque mais direcionado às políticas públicas que envolvem a catação e reciclagem de materiais recicláveis e, na mesma medida, as formas de trabalho dos trabalhadores catadores e seus Movimentos específicos.

Nesse sentido, a pesar das diferenças entre cada realidade vivida nos diferentes países, os Movimentos buscam estabelecer, dentro do possível, uma agenda comum de atuação. Lutar pelos direitos dos trabalhadores catadores e por políticas públicas em prol do grupo figuram como temas centrais dos movimentos sociais. O que muda são as formas, os meios e os espaços em que se realizam estas lutas e resistências.

Adiante, questionado sobre como o MNCR percebe a situação geral dos trabalhadores catadores no Brasil contemporaneamente, frente aos cenários políticos e econômicos, o respondente indica-nos que o Movimento compreende que ainda há pouca organização e formalização do trabalho dos catadores, o que acaba por enfraquecer a luta do grupo, agravada pelo atual cenário de dificuldade econômica e polarização política por que passa o País. Desta forma, o MNCR tem buscado ampliar a adesão dos trabalhadores catadores informais às bases orgânicas do Movimento. Em igual medida, há uma continua busca por articular cada vez mais recursos àquelas cooperativas e associações já formalizados. As parcerias entre estas bases e o poder público nas esferas locais de atuação tem sido uma estratégia do MNCR para prosseguir em sua forma de luta e progresso. O respondente traz a ressalva de que esta ainda não é a realidade geral da situação do grupo, mas sim, um objetivo a ser alcançado em escala maior, uma vez que os resultados destas ações ainda são incipientes em todo o Brasil.

No que tange à PNRS e sua aplicação atual, o respondente nos traz a perspectiva de que a aprovação desta legislação e as formas que trabalhadores catadores estão inseridos nesta tem muito a ver com a luta dos de todos os trabalhadores catadores e, em especial, do MNCR. Fato que se estabelece como sendo um grande avanço no marco legal na situação dos RSU, de forma geral e, dos trabalhadores catadores, de modo específico. Entretanto, o MNCR compreende que a Lei ainda permanece “no papel”, uma vez que suas formas de aplicação, os recursos necessários, as formas de verificação das ações e das parcerias, estão longe de serem considerados como realidade.

Neste sentido, o MNCR percebe que a própria sociedade ainda não sabe e, tão pouco compreende seu papel na aplicação efetiva da PNRS do Brasil. Incluso nesta acepção a iniciativa privada, que se mantém reticente em colaborar com os trabalhadores catadores.

Pouca divulgação na sociedade como um todo e não aplicação por parte do Estado e da iniciativa privada têm sido a tônica que o MNCR percebe no que diz respeito à PNRS e, com isso, o trabalho dos catadores de materiais recicláveis e suas organizações prosseguem subalternos nas relações institucionais e sociais que se dão até o presente. A luta do MNCR é alterar e adequar este quadro a uma situação mais positiva aos trabalhadores catadores de todo o Brasil.

Paralelamente, questionado acerca do apoio da sociedade com relação à causa política dos trabalhadores catadores e do MNCR, o respondente destaca que há historicamente uma situação de polaridade neste tema, uma vez que, parte da população tem grande simpatia pelo trabalho dos catadores de materiais recicláveis e seu papel socioambiental, ingressando voluntariamente na separação doméstica destes materiais, a fim de auxiliar e facilitar o trabalho destes catadores de recicláveis, levando os materiais recicláveis aos pontos de coleta ou, ainda, diretamente às cooperativas e associações, participando e respondendo positivamente de campanhas e atividades de educação ambiental em prol da reciclagem. Contudo, a outra parte da população ainda negligência e descaracteriza totalmente a existência dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis enquanto atores políticos e sociais e, mesmo enquanto seres humanos dignos de respeito, inclusive, culpando-os pela “poluição” e ineficiência da gestão dos RSU em seus municípios.

Contudo, a abordagem ideológica que o MNCR busca implementar junto a seus membros é de que o trabalho deles é extremamente importante, digno, merecem respeito, merecem ser adequadamente pagos e reconhecidos pela sociedade e pelo poder público, destacando que a luta e a resistência são as formas do grupo saírem da mediocridade e da informalidade opressora. Mostrando-se enquanto atores sociais e políticos legítimos nesta sociedade.

Com relação ao apoio efetivo dos políticos e dos governos, o respondente indica-nos, enfaticamente, que alguns poucos políticos honestos apoiam a causa e o trabalho dos catadores e do próprio MNCR de maneira justa e adequada. Enquanto, grande parte da classe política apenas explora ainda mais a condição dos trabalhadores catadores e do Movimento em si. Estes últimos mantêm e impõem o ostracismo aos trabalhadores catadores com finalidade eleitoral. Assim, se há miséria, há promessas e votos. Um ciclo viciado que o MNCR busca romper por meio de seu trabalho e luta. Ainda, há os desvios de recursos financeiros públicos em projetos e emendas parlamentares que “teriam” como objetivo atender as demandas dos trabalhadores catadores, mas, que nunca chegam ao seu destino final.

Paralelamente, questionado sobre se a mídia tem apoiado os trabalhadores catadores, o respondente nos relata que este tema é sempre delicado, uma vez que nunca se sabe qual a abordagem que a mídia dará as ações dos trabalhadores catadores e do MNCR. O respondente indica-nos que por vezes, a mídia os coloca “(...) nos céus e, às vezes os coloca no inferno. Não dá para saber nunca como será”. Especificamente, quando é demonstrada a importância da reciclagem e dos trabalhadores catadores ao meio ambiente e sociedade como um todo, o trabalho da mídia favorece bem a classe. Entretanto, a mesma mídia, ao retratá-los como sendo mendigos e incapazes, dignos apenas de dó, esvazia por completo a complexidade do contexto, da história, da geografia, da cultura, da política e da economia que os envolve e, sobretudo, os configura como sendo agentes sociais e políticos que possuem direitos, os reivindicam, lutam e resistem por sua sobrevivência honrada.

Questionado sobre a perspectiva do MNCR com relação as conquistas do Movimento, o respondente nos indicou que ao longo do tempo de história do grupo vêm havendo algum incremento no processo de reconhecimento dos trabalhadores catadores como sendo um grupo legítimo composto por profissionais e, não por

parias da sociedade. Ainda, a cada dia que se passa, por meio do trabalho sinérgico, o Movimento e suas bases orgânicas está cada vez mais conectado e organizado, buscando sempre melhores posições a todos os trabalhadores catadores do país.

Efetivamente, o MNCR tem conseguido inserir as pautas dos trabalhadores catadores junto às esferas políticas locais e nacionais, tanto questionando ações nocivas, quanto apresentando propostas positivas; tem postergado as iniciativas de ampla aplicação da incineração dos RSU no Brasil; tem fortalecido o trabalho de base das cooperativas e associações; tem se reunido e marchado em protestos, a favor dos trabalhadores catadores, contra a reforma da previdência, em favor do ex-presidente Lula, etc.

Por conseguinte, a efetividade no trabalho das associações e cooperativas em unção dos serviços prestados a sociedade, pavimentaram alguma visibilidade midiática e política, também conquistada por meio das lutas constantes, trouxeram consigo algum reconhecimento público por parte da sociedade, que passou a enxergá-los, pelo menos. Alguns governos também passaram a considerá-los atores legítimos em suas formulações de políticas públicas sobre a questão da reciclagem dos RSU. Ainda, há um elemento chave nesta situação, a inserção do grupo na PNRS. Contudo, a não implementação efetiva desta, ainda permite que a pobreza e a miséria, ainda sejam realidades constantes na vida destes trabalhadores.

Com relação às perspectivas de futuro sobre o Movimento e a classe laboral como um todo, o MNCR procura objetivar, indiferente do próximo governo, que a própria instituição e os trabalhadores catadores, de modo geral, estejam cada vez mais organizados e atuantes. O MNCR vislumbra e confia que não haverá maiores retrocessos no que diz respeito ao tema da reciclagem dos RSU no Brasil e que as políticas públicas, em todas as esferas de governo, contemplem adequadamente os trabalhadores catadores. E a sociedade reconheça, cada vez mais, a importância da atuação dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis como sendo profissionais.

Ainda, o respondente nos indica que por meio da implementação efetiva da PNRS, as cooperativas, associações e o MNCR têm buscado dialogar a fim de se criar uma agenda em prol da edificação, em um futuro presumível, das bases para fundação de um sindicato nacional dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis. Estas tratativas já se adiantam, amparadas por outros movimentos

sociais e organizações da sociedade civil, conformando a Central UNICATADORES e, trazendo-a para perto de organizações como a União Nacional das Organizações Cooperativas Solidárias (UNICOPAS) e a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL-Brasil), por exemplo.

Adiante, mesmo tendo sido encerradas as perguntas pré-estabelecidas no questionário, o respondente nos indicou espontaneamente que para além da reciclagem propriamente dita e da inserção dos trabalhadores catadores nos sistemas de gestão de RSU, o MNCR combate de modo veemente as iniciativas que defendem a incineração dos resíduos sólidos e do RSU como sendo uma forma de gestão destes materiais, uma vez que por meio deste método, absolutamente todo potencial de sustentabilidade socioambiental se perde, comprometendo a todos de modo irrestrito, frente às implicações nocivas gerais sobre a saúde pública da população e, sobretudo acerca da extinção do trabalho do catador.

Por fim, questionado acerca da realidade inerente aos trabalhadores catadores em outras regiões do País e a aplicabilidade das ações do MNCR, o respondente indicou-nos que o constante intercâmbio de informações e a manutenção das redes de cooperação alinham os discursos e as práticas políticas do grupo em função de um quadro geral deste grupo laboral no Brasil. Evidente que possam existir diferenças e especificidades em cada lugar, mas estas assimetrias são equalizadas localmente, inclusive por conta do reforço e apoio obtido por meio da escala de atuação (nacional e internacional) do MNCR em prol dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis de todo o Brasil.

Seguindo a lógica de organização proposta inicialmente, no próximo tópico desta tese, está o estudo de caso sobre a *Federación Argentina de Cartoneros, Carreros y Recicladores*: FACCyR, da Argentina.

2.3 ESTUDO DE CASO: FEDERACIÓN ARGENTINA DE CARTONEROS, CARREROS Y RECICLADORES: FACCyR (ARGENTINA)

A *Federación Argentina de Cartoneros, Carreros y Recicladores* (FACCyR) é a ferramenta política reivindicatória que os trabalhadores catadores de materiais recicláveis da Argentina criaram para a defesa dos direitos destes trabalhadores laboral e, em igual medida, ao fortalecimento do valor ambiental e social de suas funções e ações políticas e práticas em prol da sociedade como um todo. Estão inseridos neste grupo os trabalhadores catadores de materiais recicláveis e os recicladores de toda a Argentina, cada qual com sua forma de organização, integram uma rede de cooperação que conforma a FACCyR. Esta rede busca transcender ao alcance de atuação geográfica enquanto barreira territorial de atuação de cada cooperativa a fim de promover ações e políticas públicas junto ao Estado que promovam a inclusão e o reconhecimento do setor relativo aos trabalhadores catadores e recicladores no País (FACCyR, 2018a).

Existe uma constante luta do grupo para que não existam entraves e proibições ao direito destes trabalhadores em exercer seu ofício, para que estes recebam uma remuneração justa por seu serviço. Inclusive lutando por garantias de acesso à assistência social e a seguro em caso de acidentes; obtenção e concessão de ferramentas de trabalho que ampliem seus resultados (máquinas e veículos, por exemplo); erradicação da exploração infantil na atividade de catação; estabelecimento de preços justos com relação aos materiais recicláveis coletados; ainda, estabelecer uma política de conduta efetiva para que as empresas que se beneficiem do trabalho destes trabalhadores aportem economicamente o fortalecimento e dignificação da atividade em si (FACCyR, 2018a).

Este é um grupo que se assenta nos valores de solidariedade entre as partes e pela luta permanente em prol de seus objetivos de classe. Faz parte de redes de movimentos sociais como a RED LACRE e a Aliança Global de Catadores, mais voltadas à atuação e fortalecimento dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis e, da CTEP, que é a Confederação de Trabalhadores da Economia Popular, que aborda a questão dos trabalhadores e do trabalho de um modo mais geral, a partir de uma perspectiva de organização, atuação e luta de classe na Argentina.

O objetivo central desta organização é a busca pela dignidade e legitimidade de suas ações e de seus trabalhos, por meio de abordagens políticas e uma agenda definida em função de transladar o papel da gestão dos RSU exclusivamente aos trabalhadores catadores e suas organizações. Estes buscam estabelecer e implementar um sistema de reciclagem público, por meio da gestão compartilhada entre o Estado e as cooperativas de trabalhadores catadores (FACCyR, 2018a).

Estas iniciativas buscam especificamente estabelecer os trabalhadores catadores como sendo sujeitos sociais legítimos e portadores de direitos adquiridos e exercidos plenamente, estando visíveis aos olhos do Estado e da sociedade por conta do valor de seu trabalho e, sobretudo, de sua dignidade enquanto seres humanos.

A FACCyR possui como eixo norteador de suas ações e alcance de seus objetivos, os seguintes desígnios: 1) O trabalho de catação surgiu da luta contra a exclusão social; 2) Sem trabalhadores catadores, não há “lixo zero”; 3) Os trabalhadores catadores compõem a economia popular, sendo parte da classe trabalhadora e lutam constantemente por seus direitos; 4) As grandes corporações se apropriaram de recursos que constituem o patrimônio popular, exploram e contaminam o meio, é o momento de reivindicar e retomar nossos direitos; 5) Sabemos fazer: um plano nacional de reciclagem popular (FACCyR, 2018b).

Deste ponto em diante, os escritos e as considerações estabelecidas prosseguem estribadas a partir do discurso do respondente, Juan Collado, coordenador da equipe técnica da FACCyR e integrante do CTEP (*Confederación de Trabajadores de la Economía Popular*). Colabora também nesta entrevista, o Professor Dr. Santiago Sorroche, da Universidade de Buenos Aires que, além disso, é componente da equipe técnica da FACCyR⁶.

CTEP, que é uma organização de nível e atuação sindical nacional que reúne em suas fileiras, para além da FACCyR, outros nove movimentos sociais instituídos que atuam em rede. Ainda, o CTEP participa ativamente das mobilizações e protestos que ocorrem na cidade de Buenos Aires, que é o centro político e econômico da nação e, no interior do país, uma vez que sua capilaridade e capacidade de mobilização de recursos humanos são importantes, na mesma

⁶ A entrevista ocorreu na sede do CTEP, em Buenos Aires (Argentina).

medida de sua capacidade de interlocução com agentes estatais, frente ao rol, ao número e a classe de trabalhadores que se põe a representar ativamente.

Fotografia 2: Logo da CTEP, na sede do grupo.



Fonte: pesquisa de campo.

Fotografia 3: Protesto coordenado pela CETP, novembro de 2018, em Buenos Aires, Argentina.



Fonte: pesquisa de campo.

A título de elucidação, a *Confederación de Trabajadores de la Economía Popular* agrega consigo, os seguintes movimentos sociais e seus respectivos temas e agendas:

1. FACCyR: *Federación Argentina de Cartoneros, Carreros y Recicladores* (Trabalhadores catadores de materiais recicláveis);
2. *Mutual Senderos*, (Saúde pública e plano de saúde familiar e comunitário para trabalhadores e cidadão de baixa renda);

3. *MTE: Movimiento de Trabajadores Excluidos* (Direitos trabalhistas, dignidade e liberdade aos trabalhadores);
4. *Movimiento Evita de Capital* (Mobilização, organização e articulação social em prol de um Estado ativo no amparo a população);
5. *Patria Grande* (Vida digna a todos, com terras, moradias, trabalho, saúde, educação e liberdade. Outra política é possível: “esquerda popular”);
6. *La Poderosa: resistencia villera* (Coletivo popular para o fortalecimento comunitário e articulação de atores do campo social);
7. *Movimiento popular La Dignidad* (Unidade para derrotar o Neoliberalismo; “esquerda popular”);
8. *MNCI: Movimiento Nacional Campesino Indigena* (Indigenas e trabalhadores sem-terras);
9. *Seamos Libres* (Movimento popular em prol de um Estado ativo no amparo a população e liberdades civis individuais e coletivas);
10. *Los Pibes* (Organização social e política em prol da mobilização de atores sociais e população em temas de interesse público).

Adiante, acerca do número de trabalhadores catadores de materiais recicláveis, o respondente indica-nos que há cerca de 150.000 (cento e cinquenta mil) pessoas em todo o País, que atuam como trabalhadores catadores e, possuem esta ocupação laboral como sendo sua principal fonte de renda e subsistência. Entretanto, destes, apenas 15.000 (quinze mil) trabalhadores estão associados ou, vinculados formalmente a alguma cooperativa ou associação de classe.

Há mais homens vinculados ao grupo, todavia, as mulheres têm assumido maior destaque e protagonismo na condução de suas associações e cooperativas e, sobretudo, se destacando com relação às interações políticas do grupo frente ao Estado e aos governos.

Sobre de que forma é estabelecida a direção do movimento social, o respondente diz-nos que esta esfera é conformada por meio das redes que o movimento coordena e articula, estabelecendo “uma cooperativa de cooperativas” e, a partir desta confluência são estabelecidos os quadros hierárquicos e funcionais dentro da FACCyR.

O quadro diretor (presidente, secretário, tesoureiro, etc.), não se forma por meio de eleições, mas sim por meio da indicação e aclamação dos membros ativos que constituem o movimento social. Inclusive, há membros que, historicamente, dentro do movimento, têm se ocupado em atuar politicamente para manter a coesão do grupo e estabelecer diálogos com os governos e a opinião pública.

Questionado sobre como a FACCyR representa a classe laboral junto ao governo, Juan reforçou-nos a narrativa de que o movimento em questão está abrigado junto a CTEP e, por meio da atuação deste, que engloba ao todo dez movimentos sociais em suas fileiras, busca atuar como sendo um sindicato, mesmo não sendo formalmente, em que os debates e as demandas do grupo são apresentadas e discutidas junto ao Estado. Esta tem sido uma estratégia importante, uma vez que, desta forma, se ampliam a força e a capacidade de luta e resistência destes movimentos que atuam em rede, nas relações que se dão com os governos.

Indagado sobre como o movimento social representa a classe laboral junto a empresas privadas, o respondente nos indica que, unicamente, se relacionam com estas em função da comercialização dos materiais recicláveis. Não há edificado um sistema de parcerias institucionais ou políticas a partir de objetivos comuns.

Ademais, Santiago Sorroche intervém prontamente e nos pronuncia que a FACCyR se concentra em atuar especificamente junto ao Estado. Buscando estabelecer regulações em prol dos trabalhadores e trabalhadoras catadoras. Nesse sentido, o *lobby* da iniciativa privada junto aos governos é um entrave aos objetivos do grupo. Portanto, trata-se de um inimigo político efetivo.

Adiante, questionado sobre a relação do movimento social com organizações internacionais, Juan relata que a Organização Internacional do Trabalho (OIT), já convidou membros da FACCyR para participarem de debates e *workshops* sobre temas relacionados a sua atuação. Entretanto, esta cooperação se deu no escopo de atuação de um projeto específico da OIT e, não voltou a se repetir, até o presente. Esta ação visou qualificar os participantes destes eventos a respeito de temas, problemas e boas práticas políticas e práticas que são do interesse do grupo.

Perguntado sobre como a FACCyR se comunica com seus afiliados, Juan conta que todos os anos ocorre um encontro nacional formal, em que são relatados aos trabalhadores e trabalhadoras catadoras quais foram os avanços e retrocessos da questão política que envolve o movimento social. São conformadas as agendas

de atuação das bases e do grupo diretor. São expostas as boas práticas e os objetivos conquistados e, também, os reveses das associações que se situam na capital e no interior do País. Este evento reúne delegados representantes de todas as cooperativas e associações de trabalhadores catadores de materiais recicláveis da Argentina, que atuam como catalisadores e dispersores de informações junto às bases orgânicas do movimento social. Neste encontro ainda são indicados os objetivos gerais de atuação conjunta do movimento social ao longo do ano seguinte.

Ademais, ao decorrer do ano são propostas reuniões de caráter regional (nas províncias), para se versarem de assuntos específicos de cada lugar. Estes diálogos se dão na medida da demanda.

Ainda sobre este tópico, Santiago enuncia que a comunicação cotidiana entre a FACCyR e as cooperativas e associações e, sobretudo, entre os trabalhadores e o movimento social, têm se dado de maneira muito dinâmica e efetiva por meio de ferramentas digitais e de telecomunicação (principalmente o *WhatsApp*) e, na mesma medida, por meio das redes sociais da internet (*Facebook*).

Sobre como a FACCyR se comunica com a classe laboral como um todo (mesmo com os trabalhadores informais), Juan expressa que a forma mais usual é por meio das conversas nas ruas e do “boca-a-boca”. Este nos explica que, na medida em que um trabalhador catador associado dispõe de informações importantes e relevantes sobre o grupo e a classe como um todo, este é orientado a repassar adiante a informação a todos os companheiros de trabalho e luta, a fim de alinhar discursos e reforçar ideias e práticas em comum.

Questionados sobre como a FACCyR se comunica e interage com outros movimentos sociais, sindicatos, ONGs, etc. Juan Collado nos indica que as articulações entre o movimento social e outras organizações da sociedade civil organizada, se dá por meio da CTEP. Desta forma, se buscam alinhar os direcionamentos dos movimentos sociais amparados pela referida instituição. Esta lógica de atuação busca não desmobilizar ou fragmentar os atores sociais e suas reivindicações, em função de negociações bilaterais entre determinado grupo e o governo, por exemplo. A luta é de todos e os resultados devem ser compartilhados por todos - tanto os positivos, quanto os negativos.

Desta maneira, se estabelece uma rede dinâmica e cooperativa entre os movimentos sociais que conformam a CTEP, que se retroalimenta ininterruptamente

de informações e de ações objetivamente verificáveis em prol de seus objetivos comuns.

Santiago destaca que no âmbito internacional a FACCyR se relaciona com alguma frequência com outros movimentos sociais de trabalhadores catadores por meio de suas redes específicas. Citou os contatos estabelecidos com a Red Lacre e com o MNCR, por exemplo. Mas, indicou-nos que estes se dão com mais frequência na medida em que são intermediados por organizações não governamentais (ONGs), como a AVINA.

Contudo, ambos os entrevistados concordam e relatam que os membros da FACCyR são reticentes quanto ao formato de atuação das redes internacionais. Uma vez que existe a compreensão de que estas possuem potencial para distanciar o foco das discussões e atuação do grupo das demandas e dos temas de interesse específico de suas bases orgânicas de apoio. E este quadro é considerado como sendo um risco a efetividade do movimento social em questão.

À frente, questionado sobre como a FACCyR mantém suas atividades operantes, do ponto de vista financeiro, o entrevistado responde-nos que há várias formas de financiamento das operações técnicas, políticas e de mobilização do movimento social. Citou dentre elas, o apoio de ONGs (nacionais e internacionais), o estabelecimento de convênios com o próprio Estado, por meio de editais vinculados ao exercício de determinado projeto e da contribuição direta dos “companheiros” afiliados as associações, cooperativas ou, a FACCyR de modo direto.

Entretanto, Juan e Santiago nos indicaram que estas doações não são compulsórias e que a busca por recursos financeiros para manutenção do grupo é uma luta a parte para a FACCyR, a CTEP e todos os outros movimentos sociais. A cada demanda feita ao grupo, há uma forma de se responder, frente à disponibilidade de recursos no momento.

Indagado sobre a utilização da *Internet* pela FACCyR, Juan indica-nos que esta é utilizada constantemente para conectar o grupo diretor às bases do movimento social (associações e cooperativas) de modo instantâneo. Adicionalmente, as redes sociais têm sido um meio cada vez mais importante para divulgação de conteúdo sem o filtro dos meios de comunicação tradicional. Desta forma, a FACCyR busca estabelecer maior conhecimento de causa e simpatia à luta dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis em todo o País, além de ser

um meio eficiente para mobilização de recursos humanos em protestos e adesão em reivindicações do grupo.

Adiante, questionados se a FACCyR realiza protestos e de que forma, o respondente explica-nos que os protestos são a principal forma de mobilização que o movimento social dispõe para expor suas demandas à opinião pública e ao Estado. Ademais, o grupo integra sistematicamente os protestos dos movimentos sociais parceiros, principalmente aqueles que integram a CTEP.

Estas ações buscam fortalecer a formulação e, sobretudo, a aplicação efetiva das políticas públicas voltadas aos trabalhadores catadores de materiais recicláveis em toda a Argentina. Os diálogos entre o grupo e o Estado estão amparados, justamente, na capacidade de pressão política que estes protestos podem gerar. Se não, em contrapartida, os governos os ignoram completamente.

Frente a este cenário, até o presente, o Estado tem respondido de modo positivo ao movimento social, possibilitando avanços importantes nas conquistas relativas aos trabalhadores catadores de materiais recicláveis e, a reciclagem dos RSU no País. Inclusive por meio da intervenção e regulação direta deste no setor, a fim de garantir algum equilíbrio e, efetiva participação da FACCyR em todo processo.

Por meio desta interação, tem se estabelecido a fundação e organização de plantas de reciclagem com a participação e gestão direta das associações e cooperativas, estabelecendo um importante patamar de trabalho digno e renda aos trabalhadores catadores, suas famílias, comunidades e, ao País como um todo.

Entretanto, Juan considera que as infraestruturas e principais aportes de recursos financeiros por parte do Estado tem se dado, especialmente, em Buenos Aires. Fato que edifica e facilita nesta região metropolitana do país, a atuação exemplar de associações e cooperativas de trabalhadores catadores de materiais recicláveis. Entretanto, no interior da Argentina, a luta por reconhecimento e, principalmente, recursos financeiros a serem destinados aos trabalhadores catadores tem sido árdua e, individualmente, os objetivos ainda seguem distantes do quadro ideal.

Perguntado com relação às cidades como sendo territórios de atuação do movimento social, Juan Collado nos responde que as políticas públicas destinadas ao setor estão atreladas a manutenção da urbanidade da própria cidade. Uma vez

que os RSU são gerados no ambiente urbano e, sobretudo, porque a atividade de catação tem se dado por meio do “porta-a-porta”.

Desta forma, o sistema e os equipamentos de disposição de RSU (os contentores), seu uso e sua manutenção adequada são fundamentais para a atividade de catação e, por fim, ao sucesso do movimento social como um todo.

Em seguida, o entrevistado foi questionado diretamente sobre a participação da FACCyR em alguma rede de movimentos sociais e este nos informou que a principal rede é a própria CTEP, na Argentina. Ademais, no campo internacional, compõe a Rede Internacional de Movimentos Populares, a GLOBAL REC e a RED LACRE.

Sobre como se dá a participação da FACCyR nestas redes, o respondente nos comunicou que há um diálogo importante e constante entre os membros. Entretanto, as atividades práticas do grupo estão diretamente atreladas a sua base orgânica. Sendo que estas redes específicas têm se estabelecido como sendo um esteio político e ideológico.

Mesmo assim, há pouco tempo, a FACCyR havia organizado em Buenos Aires um encontro da GLOBAL REC, com a participação de organizações e movimentos sociais de classe internacional. Para 2020 há expectativa de que ocorra, também em Buenos Aires e por intermédio da FACCyR, um encontro mundial de trabalhadores catadores e recicladores.

Inquiridos especificamente a respeito das relações da FACCyR com o MNCR (do Brasil), ambos os respondentes indicam-nos que, efetivamente, há pouco contato entre os movimentos sociais. Mesmo estando conectados por meio das redes de movimentos sociais que fazem parte, o distanciamento cultural e as diferenças geográficas se mantêm como sendo uma barreira ao entendimento pleno acerca da realidade alheia, de um sobre o outro e, vice-versa. Juan e Santiago citam que o fato de o Brasil ser muito maior que Argentina, em relação ao território e, principalmente nas formas de organização e dinâmica das cidades e regiões metropolitanas, por vezes, estabelecem perspectivas dessemelhantes sobre a atuação política dos movimentos sociais instituídos e, sobretudo, nas formas de ação das associações e cooperativas que se põem como sendo a base orgânica destes grupos.

Santiago e Juan indicam-nos que a maior parte do trabalho da FACCyR e da atuação das associações e cooperativas, principalmente, no que diz respeito ao volume de RSU coletados e processados por estas se dá na região metropolitana de Buenos Aires. Enquanto, no Brasil, os entrevistados creem que a dinâmica seja muito diferente.

Ambos os entrevistados também nos indicam que uma relação mais pragmática da FACCyR, no campo internacional, tem sido com as associações e cooperativas dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis da Colômbia, que possuem uma forma de atuação bastante local e concentrada nas bases orgânicas. Esta relação é facilitada por conta das similaridades linguísticas e, também, do tamanho do território do País indicado, segundo a perspectiva e argumentação dos entrevistados, além das formas de atuação política e de gestão de ambos, que se interessam pelo trabalho alheio por compreenderem como sendo exemplos de boas práticas a seguir.

Adiante, questionados sobre como colaboram com outros tipos de movimentos sociais, Juan nos aponta que, por meio da atuação da CTEP, os movimentos sociais instituídos e organizados na Argentina estão conectados em rede e, se apoiam mutuamente em suas causas de luta e, sobretudo, colaboram politicamente em prol de ações e objetivos comuns.

Desta forma, por comporem uma organização maior (CTEP), a cooperação entre os movimentos sociais dá-se de modo contínuo. Assim sendo, nos protestos organizados pela CTEP, sempre, todos os representantes e membros dos movimentos sociais estão presentes, a fim de garantir a visibilidade, a legitimidade e a pressão política sobre o Estado.

Neste contexto, Juan afirma que a FACCyR é o maior, o mais organizado e atuante dos movimentos sociais que compõem a CTEP. Inclusive comparando a FACCyR como sendo a espinha dorsal da CTEP. Desta feita, buscam-se ainda conexões com sindicatos formais, a fim de se alavancar a resistência e a luta por objetivos comuns.

Em outro questionamento, perguntou-se sobre qual é a situação geral dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis na Argentina, frente a atual conjuntura política, econômica e social da nação. Segundo a FACCyR, Juan Collado nos respondeu que em Buenos Aires, a situação é boa. Sendo compreendida como

uma das melhores do mundo nesse aspecto, pois, há reconhecimento do poder público, há participação da população e as ações políticas do grupo têm gerado emprego e renda a estes trabalhadores e suas famílias.

Adicionalmente, Juan nos indica que, de modo geral, a classe trabalhadora pobre no País ainda está assegurada pelo Estado a receber o salário social compensatório, de cerca de 4.000 (quatro mil) pesos argentinos por mês (meio salário mínimo no País), cerca de 400 (quatrocentos) reais brasileiros (na cotação/conversão de 23.01.2019). Com este valor, há, pelo menos, aos trabalhadores da economia popular (cerca de 500 mil), inclusos os trabalhadores catadores de materiais recicláveis (cerca de 8 mil), a possibilidade da subsistência e a fuga da miséria. Entretanto, apesar de ser uma política pública importante e necessária, a própria FACCyR a considera paliativa.

Contudo, no interior do País a situação ainda é de precariedade. Desta forma, a luta da FACCyR continua em prol de boas condições a todos os trabalhadores catadores da Argentina.

Questionado acerca do processo de reorganização política e, sobretudo, econômica que passa a Argentina contemporaneamente, inclusive com aportes e ingerências externas por parte do Fundo Monetário Internacional (FMI) e, de como esta situação impacta nos trabalhadores catadores, Juan nos explica que, esta é uma situação de paradoxo, uma vez que, preteritamente, em períodos políticos e ciclos econômicos diferentes, em que havia mais recursos a todos e, a economia seguia em ritmo forte. A contrapartida é que o Estado adotava uma postura dogmática de negação com relação à existência e a importância da economia popular para macroeconomia do País. Agora, com uma economia fragilizada, este setor econômico e social, tem se demonstrado significativo aos fluxos da economia do País. Nesse sentido, seus representantes, apesar das divergências políticas e ideológicas, com relação às opções e ações do governo central, têm obtido algum espaço e êxito nas negociações com os governos, em suas várias escalas.

Juan destaca também, que frente a governos de abordagem mais sociais e progressistas, as lutas e as cobranças se arrefeciam. Contudo, frente a um governo direitista e de aporte neoliberal, a luta e a resistência têm se dado intensamente. Assim, as conquistas também são alcançadas.

No campo político, todavia, FACCyR, CETEP e os outros movimentos sociais aglutinados, aguardam o fim desta era de desmantelamento e domínio do Estado por parte, exclusiva, dos capitalistas.

Perguntado sobre a existência e funcionamento de legislações pertinentes aos temas dos RSU e dos trabalhadores catadores, Juan nos reforça o discurso acerca da importância de o Estado garantir a subsistência de seus cidadãos, notadamente àqueles da classe trabalhadora.

Santiago estabelece uma ressalva sobre o ponto de vista dos RSU na Argentina, indicando que, diferente do Brasil, em que há uma Política Nacional de Resíduos Sólidos em fase de implantação que, determina as diretrizes de gestão destes RSU em todo o País e, em todas as escalas de governo. Na Argentina, as legislações sobre o tema nem sempre são complementares e, tão pouco são similares entre si. O que dificulta um panorama legislativo comum sobre o tema dos RSU no País. Assim, o Estado estabelece recomendações gerais e, não, obrigações sobre os RSU e o papel dos trabalhadores catadores neste cenário.

Todavia, Juan acrescenta que há uma tentativa por parte do governo central em adotar recomendações sobre a gestão de RSU importadas da Europa, notadamente da Espanha, em que há conformação de consórcios de empresas privadas para atenderem aos serviços. Porquanto, nesta perspectiva europeia, inclusive, há utilização de incineradores. Por conseguinte, não havendo regulamentação e controle do Estado no tema, prejudicando o trabalho e os avanços dos trabalhadores catadores nesta seara. A FACCyR é contra e se opõe fortemente a esta medida, que vem sendo postergada por parte do Estado.

Sobre o apoio da população ao movimento social, Juan destaca que, quando é possível desenvolver um bom trabalho, a população apoia e participa. Para manter esta relação, a FACCyR tem investido na função de “promotoras ambientais”, que são trabalhadoras catadoras que seguem em suas comunidades, informando e ensinando como devem ser feitos a separação e o descarte de materiais recicláveis. Desta forma, integram população e movimento social, facilitam o processo de reciclagem dos materiais coletados e ainda, fortalecem a perspectiva e a imagem positiva do trabalhador catador frente à sociedade.

Com relação aos políticos do País, Juan destaca que frente a este novo cenário político-econômico, estes não têm criado barreiras. Existe bastante diálogo

entre as partes, mas, a destinação de recursos efetivos é que tem sido o impasse geral na Argentina, pois parece não haver. Mas, não tem havido embates e discórdias nas relações entre os movimentos sociais e a classe política do País. O que já é um grande avanço.

Com relação ao apoio da mídia local aos trabalhadores catadores e a própria FACCyR, Juan Collado nos responde que os canais de televisão e os jornais da capital têm tido simpatia pela luta do grupo, solicitando e publicando na íntegra as notas e os conteúdos produzidos pela FACCyR sobre determinado tema em debate, por exemplo, cobrindo e reproduzindo de modo satisfatório as demandas e protestos da CTEP. Portanto, têm sido parceiros e não rivais nesta contenda.

Questionado especificamente sobre o MERCOSUL, Juan destaca enfaticamente que não há qualquer forma de apoio desta instituição à FACCyR ou, a CTEP.

Já se aproximando do fim da entrevista, os entrevistados são questionados acerca dos avanços do movimento social em questão ao longo do tempo até o presente. Assim sendo, Juan destaca que tem havido conquistas importantes à FACCyR e a todos os trabalhadores catadores de materiais recicláveis na Argentina e, com mais ênfase na capital Buenos Aires. Um dos pontos a ser destacado é o repasse por parte do Estado, de uma renda mínima ao trabalhador catador, gerando alguma segurança financeira e a possibilidade de incremento de renda real aos trabalhadores e suas famílias.

Esta assimetria dá-se por conta da abundância de matérias primas disponíveis, pelos recursos gerados às associações e cooperativas e, também, pela efetividade das políticas públicas implementadas pelo Estado.

Como já indicado previamente, no interior do País a situação é mais difícil. Mas, a luta e as negociações persistem, tendo os bons resultados já alcançados pelo movimento social, como metas a serem galgadas de modo sério e persistente.

Por fim, questionados sobre quais são as perspectivas da FACCyR, da CTEP e dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis acerca de seu futuro presumível, frente ao cenário enfrentado, Juan Collado nos responde que o grupo encontra-se em momento positivo, defendendo as conquistas políticas já alcançadas com tanta dificuldade, sobretudo em Buenos Aires. Desta feita, o grupo buscará fortalecer as cooperativas e associações do interior do País, para que exista uma

equalização da situação entre toda classe laboral dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis. Para tanto, devem buscar uma maior inserção e mobilização de atores-chave neste processo. É um trabalho a ser desenvolvido com foco, sem perder de vista as vitórias anteriores. É um jogo dinâmico. Sair de sua área de atuação específica e, ao mesmo tempo, não perder seu espaço já conquistado, é um dilema.

No campo mais geral, da economia popular, a lógica permanece a mesma, ampliar a luta e a resistência em propósito de objetivos comuns, sem, contudo, perder as posições já alcançadas.

Especificamente sobre a atuação da FACCyR e, por conseguinte, da CTEP, Juan afirma a intenção destes movimentos sociais instituídos em prosseguir ininterruptamente sua luta em prol dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis e daqueles vinculados a economia popular. Assim sendo, deve buscar manter seu protagonismo na condução e participação em redes de cooperação de movimentos sociais, protestos e demais ações que os mantenham em contato em negociação com o Estado.

Contudo, Juan destaca que se nas eleições de 2019 (na Argentina), prosseguirem reafirmadas estas abordagens neoliberais de diminuição da presença e importância do Estado em temas socioambientais, as negociações entre os movimentos sociais e os governos podem ser ainda mais dificultadas. Mas, se houver a eleição de um governo progressista, pode haver um salto qualitativo nos benefícios destinados aos trabalhadores como um todo e, especificamente aqueles ligados a FACCyR e a CTEP. Esta é a esperança que se mantém no horizonte.

Prosseguindo com a lógica de organização da Tese, no próximo tópico deste trabalho, é apresentado o estudo comparado entre o Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis (MNCR, do Brasil) e a *Federación Argentina de Cartoneros, Carreros y Recicladores* (FACCyR, da Argentina).

3. ESTUDO COMPARADO: MNCR-FACCyR

Ao chegarmos a este tópico na Tese é pertinente resgatar quais são os critérios de análise e comparação que se estamos observando. Portanto, os pontos de verificação são os seguintes: a. unidades de comparação; b. números de casos; c. contexto das variáveis; d. área geográfica; e. dimensão temporal; f. o território. Os componentes de análise citados por Pinillos, Fanelli e Schreiner (2015) (a; b; c; d; e;), são considerados como os principais, mais importantes e mais utilizados vetores de observação, exame e interpretação de dados no que diz respeito ao incremento de estudos comparados que abordam fatos e fenômenos sociais e políticos na América Latina. Levou-se em conta a questão do território (f), por se tratar de uma pesquisa no campo da Geografia.

Com relação às unidades de comparação do estudo em questão (ponto: a), a princípio, são o MNCR e a FACCyR; com relação ao número de casos (ponto b), são quatro os elementos a serem pensados, por isso *cross-case*; o contexto social, político e econômico é o contemporâneo (ponto c); a área geográfica implica os países do Brasil e da Argentina (ponto d), visto como as tomadas de decisão e as negociações dos movimentos sociais em questão reverberam em suas bases orgânicas, difusas por todo o território nacional dos Estados analisados; a dimensão temporal (ponto e), fica compreendida como sendo a atual, no recorte específico de 2016 à 2018. Com relação aos territórios de atuação destes movimentos (ponto f), o tema permeia de modo contíguo todo o conjunto de informações, debates e análises decorrentes.

A recordar, os levantamentos que se fazem presentes e fornecem as informações e as argumentações pertinentes acerca do objetivo proposto nesta pesquisa estão descritos e apresentados nos capítulos anteriores deste trabalho.

É destacar que a decisão de recorte e direcionamento com relação aos elementos de análise e comparação dá-se de modo ativo, visto como passamos a compreender ao longo desta pesquisa de que forma se conectam os elementos discutidos até então e que fazem parte importante da complexidade a qual os movimentos sociais estudados fazem parte.

Em tela e perspectiva, MNCR e FACCyR. Cabe destacar que ao versarmos sobre estes movimentos sociais instituídos, formais e que são representantes de

todos os trabalhadores em um determinado País, trabalhadores catadores de materiais recicláveis neste caso, do Brasil e da Argentina, respectivamente, buscou entender como as tomadas de decisão dos grupos diretores são redirecionados as suas bases orgânicas e implicam nas formas de luta, resistência e trabalho de uma série de trabalhadores ao longo de todo o território em que atuam. Vale destacar, neste sentido, que a organização e institucionalização plena dos movimentos sociais lhes permitem importantes conquistas, tornando-os paradigmáticos na realização de suas lutas e resistências, tanto que, podem ser compreendidos como sendo a forma mais eficiente de conquistas sociais permanentes (FABRINI, 2007).

Frente a este panorama, podemos compreender que MNCR e FACCyR se tratam de movimentos socioespaciais, visto como conduzem a processo complexos, que notadamente fomentam a produção e a criação de espaços, bem como, de relações que estabelecem seus limites. Logo, as transformações destes espaços objetivam modificação efetivas de sua realidade, em caráter material e, em igual medida simbólica, abrangendo alterações nas ordens dos valores, práticas e culturas nos e dos lugares em que atuam. Por conseguinte, este espaço é dimensionado, investido e tomado como sendo um território, por meio da sinergia dos próprios elementos sociais transformadores dos movimentos sociais em questão (PEDON, 2009).

Com relação específica a estes movimentos sociais, podemos compreendê-los como sendo territorializados, uma vez que estão devidamente organizados e atuam em diferentes lugares ao mesmo tempo e, isso só é possível devido a sua forma de organização política que supera os limites de sua atuação localizada. Assim sendo, esta territorialização prossegue sempre buscando a edificação de uma nova realidade em que se estabeleçam conexões dinâmicas entre o local e o global (FERNANDES, 2001).

Cabe destacar que, utilizando-se dos argumentos de Bringel e Uchart (2008), podemos compreender também o MNCR e a FACCyR como sendo instituições que possuem como característica importante, a capacidade de reconstrução continuada de suas linhas e formas de atuação, reinventando-se a partir de suas lutas e experiências, uma vez que suas demandas vão além do tema dos RSU e seu trabalho e, seus âmbitos de atuação seguem para além das fronteiras de seus Estados, trafegando de maneira dinâmica e ininterrupta entre o local e o global.

Estes buscam o exercício pleno da democracia e da cidadania em sentido mais amplo, tendo como mote a questão sustentabilidade socioambiental e a dignidade laboral.

Ao elencarmos o MNCR do Brasil e a FACCyR da Argentina, não é possível comparar elementos que estejam vinculados à magnitude de seus campos de atuação. Por exemplo, o volume de RSU coletados e tratados pelas associações e cooperativas que atuam nas bases destes movimentos sociais, sequer foram questionados, uma vez que as diferenças entre os elementos são tão exorbitantes que inviabilizariam uma comparação razoável.

Algumas diferenças geográficas entre os países. O Brasil possui uma população estimada pelo IBGE (2018b) em 208,4 milhões de habitantes, distribuída em um território de aproximadamente 8.515.767,049 Km² (IBGE, 2019), contemplando 69 regiões metropolitanas, ainda segundo o IBGE (2018). Enquanto, a Argentina possui uma população estimada em 45 milhões de habitantes (ONU, 2019), distribuída em um território de 2.780.000 Km², com apenas uma grande região metropolitana, a de Buenos Aires, que comporta 135 municípios e, aproximadamente 10 milhões de habitantes (ARGENTINA, 2019; VITTO e COCATO, 2014).

Frente às diferenças destacadas, especificamente podemos indicar que o MNCR possui uma estimativa de que existam cerca de 800.000 à 1.000.000 de trabalhadores catadores de materiais recicláveis no Brasil, sendo que o movimento social detém cerca de 80.000 a 100.000 associados ativos. Em contrapartida, a FACCyR estima que existam cerca de 150.000 trabalhadores catadores de materiais recicláveis na Argentina e, o movimento social em si possui aproximadamente 15.000 membros ativos.

Acerca deste aspecto, mesmo ante a desproporção dos dados quantitativos brutos a que correspondem a situação de cada movimento social em específico. É possível considerar que a ordem de adesão dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis às associações, cooperativas e aos movimentos sociais instituídos prossegue em torno de 10% (dez por cento), do volume estimado para o número da classe laboral como um todo em cada País.

Frente ao todo, cerca de 10% de membros ativos em cada movimento social, é uma equação a ser pensada de maneira crítica pelos próprios grupos diretores dos

movimentos sociais em si, visto que apesar de não ser um número inexpressivo, ainda é pouco. Uma vez que estes se põem a representar de maneira ativa e democrática uma categoria laboral que desenvolve suas atividades em condições precárias e na informalidade, ampliar base e o número de adesões formais aos próprios movimentos sociais é uma tarefa importante para se manter sustentáveis os próprios objetivos do grupo, trazer consigo suporte político e pragmático para as causas e lutas do movimento social em si, para além de trazerem consigo perspectivas mais ampliadas sobre os temas correlacionados as demandas dos trabalhadores catadores. Ainda, a reunião de um número grande de elementos de uma determinada categoria traz prestígio e agrega força de pressão política e social para que seus representantes busquem e alcancem os objetivos do grupo com relação às negociações com Estados, governos, iniciativa privada, outras organizações do terceiro setor e, mesmo, organizações internacionais.

De qualquer modo, esta baixa adesão aos movimentos sociais por parte dos trabalhadores catadores pode estar ligada à própria conformação da categoria em si na qual, trabalhadores excluídos do trabalho formal e marginalizados dentro da sociedade em que vivem e que atuam como tal, na medida em que não há outras opções disponíveis, vinculam sobremaneira à informalidade e a própria conjuntura política e econômica em questão, em cada País.

Segundo Gonçalves (2002) esta informalidade está centrada no processo de concentração de poder econômico e de exclusão social, do qual este fenômeno da se manifesta na economia e no trabalho, expressando-se inequivocamente em países periféricos, como resultado das relações políticas e econômicas estabelecidas como os países de maior poder político e econômico no processo de reprodução do capital global.

Esta informalidade ocupa as franjas do mercado, os espaços não preenchidos ou já abandonados pela produção capitalista, concentrando, em última análise em atividades que inibem a acumulação e ampliação de capital em decorrência da própria atividade. Não geram lucros. Desta forma, estas atividades são ocupadas por trabalhadores desempregados ou desqualificados que, sem maiores condições econômicas, mantêm sua subsistência. Estabelecendo-se como um marco para manutenção da ordem social imposta (GONÇALVES, 2002).

Frente ao contexto supracitado, cabe citar Harvey (2018), em que este nos indica que, se os trabalhadores se associarem, atendo-se ao comando de seus próprios processos de trabalho e meios de produção; coordenassem suas capacidades com as dos outros, satisfazendo suas vontades, necessidades e desejos por meio da cooperação, mantendo o valor do trabalho, agregando conteúdo e significado a este, uma sociedade anticapitalista poderia florescer, tanto na teoria, quanto na prática.

Nesse sentido, Harvey (2018), cita Marx (2017) e nos adverte que qualquer tipo de sociedade alternativa àquela de aporte exclusivamente capitalista terá de surgir do útero do próprio capitalismo contemporâneo, a partir de um cenário em que todas as contradições estão expostas e, devem ser exploradas.

Ainda, é pertinente destacar que em ambos os cenários analisados há um processo de feminização do trabalho precário, que também incide sobre a conformação da categoria dos trabalhadores catadores em seus países e, em igual medida, no MNCR e na FACCyR.

Sobre esta situação podemos indicar que esta é mais uma dinâmica sexista do capital que, permite a inserção da mulher no mercado de trabalho, criando um discurso de emancipação feminina, contudo, esta perspectiva somente traz consigo implicações quantitativas, uma vez que este aumento não se dá de forma igualitária nos setores produtos, tão pouco no que diz respeito a equiparação de salários entre homens e mulheres, isso no mundo todo, desde a década de 1960, até os dias de hoje. Esta condição carrega consigo importantes transformações sobre o próprio trabalho feminino, edificando transformações ambíguas, que possuem grande potencial para geração de efeitos perversos, levando às mulheres a face de novas formas de discriminação e constrangimentos. Nesse sentido, esta feminização do trabalho reforça cada vez mais a dominação masculina na medida em que estas se alinham, de algum modo, as normas tradicionais dos homens (GONÇALVES, 2003).

Desta feita, o desgaste promovido pelo trabalho feminino, subverte o sinônimo de emancipação, como apontava Beauvoir (2014), e passo a ser compreendido contraditoriamente como sendo uma segunda determinação: aprisionar duplamente as mulheres.

Assim sendo, a feminização do trabalho precário esta diretamente associada a pobreza, demonstrando que a opressão as mulheres é para os capitalistas um

instrumento que permite gerir o conjunto da força de trabalho. Não por acaso a feminização ocorre em escala global, como também não existe país no mundo, inclusive nos mais avançados neste campo, em que as rendas das mulheres se igualem à dos homens (GONÇALVES, 2003).

Adicionalmente, sobre o tema da representatividade dos movimentos sociais instituídos, seu grupo diretor e as tomadas de decisão e negociações estabelecidas com o Estado, em suas várias esferas, é possível indicar que nos casos MNCR e FACCyR ambos possuem o mesmo formato de eleição, que é por indicação e aclamação. Se tem sido uma prática recorrente para ambos ao longo do tempo é porque existe potencial para que este modelo se desenvolva e se mantenha. Entretanto, pode não haver mudanças significativas das estruturas hierárquicas estabelecidas dentro do grupo, o que pode dificultar a projeção de novas lideranças e ações inovadoras frente aos cenários que vão se apresentando ao longo de suas atividades, implicando, inclusive, na não ampliação do número de associados às bases orgânicas do próprio movimento social.

Uma diferença entre o MNCR e a FACCyR, é que nesta última há a figura do presidente, enquanto na primeira, existe um grupo de articulação nacional, composto por várias pessoas.

Vale destacar que as formas que se dão estas eleições buscam dar conta das assimetrias e complexidades políticas e territoriais que envolvem a classe como um todo e, por conseguinte as cooperativas e associações coligadas, que neste caso, são movimentos sociais que buscam o bem comum de sua categoria, tendo o elemento prático da solidariedade de classe como sendo um importante elemento norteador de suas ações políticas e institucionais.

Contudo, vale destacar que, mesmo frente ao número reduzido de participantes e membros formais nas associações e cooperativas de trabalhadores catadores de materiais recicláveis, os movimentos instituídos e seus grupos diretores negociam em nome de toda a categoria e, com isso as decorrências positivas e, negativas implicam de maneira direta a forma de vida, trabalho e luta de todos os trabalhadores catadores de materiais recicláveis dos países em questão, sejam aqueles que possuem a função laboral como sendo seu principal meio de subsistência, sejam aqueles que desenvolvem a atividade esporadicamente; de modo formal ou, mesmo informal. Nesse sentido, é importante destacar que tanto

MNCR, quanto FACCyR representam todos os trabalhadores catadores junto ao Estado e demais atores sociais, políticos e institucionais anexos aos temas dos RSU e, sobretudo, dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis em seus devidos países.

Nesse sentido, é considerável e razoável indicar que tanto MNCR, quanto FACCyR, atuam de modo semelhante nas negociações junto ao Estado e aos governos. Uma vez que ambos prosseguem ininterruptamente em contato com os atores políticos e institucionais pertinentes a fim de estreitar e manter o diálogo permanente com relação aos assuntos de interesse dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis.

Contudo, a conjuntura política e econômica que envolve os países e, por conseguinte os governos e seus representantes diretos faz muita diferença no envolvimento e disponibilidade do Estado estar dialogando com os movimentos sociais dos trabalhadores catadores de Brasil e Argentina.

Enquanto no Brasil, ao longo dos anos de governos progressistas houve a edificação e o fortalecimento do movimento social, no que se refere aos profissionais e, organização legítima e apta a discutir temas pertinentes, com as demandas e potencialidades destes trabalhadores, com a devida propriedade e respeito. Tendo como marco jurídico importante, a inserção dos trabalhadores catadores na PNRS, como sendo elementos econômicos relevantes, garantindo-lhes acesso às matérias-primas e prioridade e permanência nos processos de gestão de RSU, sob a tutela desta política pública. Todavia, com o golpe de Estado e a ascensão ao governo de um grupo político notadamente “anti-povo” houve uma diminuição na cooperação entre MNCR e Estado e, sobretudo, o encerramento definitivo dos escassos projetos que repassavam algum recurso financeiro ao movimento social em questão.

Já na Argentina, ao longo dos anos de governos progressistas houve um arrefecimento na mobilização de atores políticos e sociais, com a finalidade de que houvesse a sensação de normalidade e equilíbrio social alcançada pelas políticas públicas implementadas pelo governo. Não houve qualquer tipo de opressão ou negação às demandas destes trabalhadores. Entretanto, a retórica foi o tom das relações entre FACCyR e governo neste período. Desta forma, ao enfrentar a eleição de um governo liberal conservador, a certeza de luta, preparou CTEP e FACCyR, para mobilizarem com toda sua energia as negociações com o governo e,

contraditoriamente, o grupo tem conseguido resultados importante aos trabalhadores catadores no País. A certeza de estar tratando diretamente com um adversário trouxeram mais força e efetividade ao diálogo entre as partes, culminando em vitórias importantes, segundo a FACCyR e a CTEP.

Outro ponto comum nesta situação, para além da inclinação conservadora dos atores políticos que dominam a cena atual (Argentina e Brasil, no caso), é a criminalização dos movimentos sociais e suas ações características por parte dos Estados. Isso porque há uma constante de concentração e centralização de poder em uma única classe hegemônica, que busca sobrepor sua ideologia e práticas sobre tudo e todos, desumanizando e deslegitimando a qualquer preço as demandas de atores e sujeitos sociais que não interessam aos seus planos específicos.

Assim sendo, conformam-se atos de violência concreta, aliados a negligência ou total ausência do Estado em prol de uma mediação minimamente equilibrada entre os atores envolvidos neste cenário, tanto no campo quanto nas cidades (FELICIANO, 2016). Agindo desta forma, Melo (2016) compreende que o próprio Estado atua como sendo um agente inviabilizador da diversidade territorial e dos sujeitos sociais, uma vez que suas ações de controle e gestão do espaço se dão de modo unilateral, somente em prol das classes dominantes e seus empreendimentos.

Contudo, quando se tratam das relações dos movimentos sociais em questão com elementos da iniciativa privada, há um grande distanciamento nas formas de atuação das organizações entre si. Enquanto o MNCR (Brasil) busca indicar a sua base orgânica que se harmonize e coopere por meio de diálogo com o Estado, como condição essencial ao progresso das pautas e negociações entre as partes, estar alinhado à pragmática administrativa da iniciativa privada e, inserir-se como um elemento de importância econômica tornou-se essencial à sustentabilidade da classe laboral como um todo e, especialmente aos interesses políticos do MNCR, em função dos benefícios que estas parcerias podem agregar aos trabalhadores catadores e as suas associações e cooperativas. Estas prerrogativas estão indicadas na PNRS do Brasil, em fase de implantação.

Em contrapartida, a FACCyR e a CTEP possuem uma posição diametralmente oposta sobre esta relação, entre a iniciativa privada e o movimento social como um todo, suas partes ou redes. Não há, efetivamente, qualquer diálogo

entre as partes, uma vez que se compreendem mutuamente como sendo antagonistas e, mesmo, adversários, que estão a disputar o mesmo espaço, os mesmos recursos e, em igual medida, a atenção do Estado na formulação de políticas públicas que os favoreçam.

Compreendemos que parte deste condicionamento negativo na Argentina dá-se pela ausência de uma legislação geral sobre o tema dos RSU, sua gestão e o papel dos trabalhadores catadores neste processo em específico. Isto porque as Leis e as práticas relacionadas ao tema são fragmentadas e implementadas unilateralmente por parte das províncias. Portanto, não há um padrão estabelecido internamente no País. O que dificulta muito a composição de arranjos cooperativos entre a iniciativa privada e o movimento social dos trabalhadores catadores, por exemplo. Nesta questão a FACCyR busca viabilizar junto ao Estado um modelo balizado pela exclusividade dos trabalhadores catadores neste processo, por meio de uma gestão qualificada, cooperativa e democrática. Que inclusive, exclui os atores privados do processo em questão (RED LACRE, 2017).

Adicionalmente, é pertinente destacar que na cultura política da Argentina, historicamente, não se propicia a possibilidade de relacionamentos e ações conjuntas entre trabalhadores e empresários (trabalho x capital), ainda que contemporaneamente muitas questões possam ter se modificado, a conjuntura nos indica que persiste a compreensão de interesses antagônicos (CARRERA; CCOTARELO, 2006).

Com relação à representação do movimento social em questão junto a organismos internacionais, tanto MNCR, quanto FACCyR, indicam haver em sua história institucional momentos esporádicos em que foram contatados por organizações internacionais, para fazerem parte de algum projeto específico. Entretanto, ambos os movimentos sociais, nos indicam que não houve qualquer tipo de apoio permanente, tão pouco repasse de recursos destinados ao incremento de ações do grupo em seus objetivos e propostas. A situação gera algum prestígio inicial, entretanto se esvai ao longo do tempo, na medida em que não há continuidade das ações conjuntas, notadamente, por parte unilateral destas organizações internacionais. Da mesma forma que estas aparecem, contatam os movimentos sociais, mobilizam sua atenção e logo depois desaparecem.

Apesar de delicada, esta situação, segundo Bringel e Echart (2008), possui a prerrogativa da participação e legitimação institucional, por meio da inserção em arenas políticas multilaterais. Estas podem ocorrer por meio da participação por convite, como foram os casos relatados, em que os “*insiders*” atuam a partir do escopo e do arranjo institucional, para contribuir para democratização do sistema político. Outra forma é a participação por irrupção em espaços alternativos, os “*outsiders*” que atuam a partir de fora, desafiando as políticas e instituições do cenário internacional. Desta forma, edificam um alargamento do espaço público.

Assim sendo, pode haver a incorporação de temas sociais no debate internacional. Portanto, os movimentos sociais transnacionais cumprem uma função de controle cidadão nos temas de interesse social global (BRINGEL; ECHART, 2008).

Adiante, com relação à comunicação do grupo diretor do movimento social com relação a seus afiliados, associações e cooperativas de trabalhadores de materiais recicláveis, MNCR e FACCyR têm se utilizado dos mesmos expedientes. Essencialmente as redes sociais de internet têm propiciado uma eficiência e uma dinâmica bastante importante nesta comunicação entre os tomadores de decisão e as bases orgânicas dos movimentos sociais. Estas ferramentas possibilitam as trocas de informações de maneira instantânea entre as partes. Demandas e soluções são tratadas em seu devido tempo.

Estas redes sociais da internet também proporcionam ao MNCR e a FACCyR, a possibilidade de produzir e reproduzir conteúdos próprios e de seus interesses sem que haja interferências externas em suas narrativas, propiciando alguma autonomia na difusão e mobilização de seus interesses frente aos seus membros ativos, potenciais membros, sociedade civil, parceiros do terceiro setor e, em última instância até frente ao Estado.

Outro ponto de destaque nesta situação é a conformação e manutenção das redes de cooperação que abarcam tanto a escala local, quanto a global. A facilidade, o baixo custo e a rapidez destas redes sociais de internet, têm fortalecido e fomentado cada vez mais as redes e redes de redes de movimentos sociais cujo MNCR e FACCyR fazem parte.

Com relação à comunicação entre o movimento social instituído e os trabalhadores catadores como um todo, mesmo os não associados ou cooperado

(informais), MNCR e FACCyR também têm se utilizado dos mesmos expedientes de comunicação “boca-a-boca”. Desta forma, no cotidiano de trabalho os membros ativos informam aos colegas de classe que prosseguem na atividade como trabalhadores informais, quais são os temas pertinentes, os desafios impostos a todos desta classe laboral e, sobretudo, comunicam quais são os encaminhamentos que os movimentos sociais instituídos estão dando a determinado assunto e, qual é o patamar em que se encontram as negociações com o Estado sobre algum tema de interesse geral.

Com relação à comunicação e cooperação com outros movimentos sociais similares ou mesmo com objetivos difusos, mas que tratem do equilíbrio socioambiental de alguma forma, tanto MNCR quanto FACCyR, estabelecem contatos e implementam conexões com outros agentes do terceiro setor ou sociedade civil organizada nacionais ou de atuação transnacional por meio da participação em redes ou, redes de redes de movimentos sociais, efetivamente estando presente em fóruns e encontros para debate e cooperação mútua ou, de modo mais intenso, por meio das redes sociais de internet.

Cabe destacar que MNCR e FACCyR compõem a GlobalRec que por si só, desempenha um papel importante no que diz respeito a consolidação e alinhamento dos discursos, estratégias, trocas de informações e, sobretudo, na solidariedade entre os movimentos sociais relativos aos mesmos temas mundo a fora. Portanto, é pertinente destacar que estas redes de cooperação transnacional são importantes, uma vez que seus objetivos, formas de atuação e esforço na manutenção das conexões entre os movimentos sociais são admiráveis e extraordinários.

A edificação das ações em função destas redes transnacionais está mais assentada no campo simbólico e nas trocas de informações e reforço ao pertencimento a uma classe laboral específica de ordem global, o que já é um fenômeno importante de ser considerado. Entretanto, a não territorialização e a virtualidade, enquanto atributo essencial destas redes transnacionais, acaba por não empregá-las em um contínuo de atuação efetiva junto aos próprios movimentos sociais e os lugares propriamente ditos.

Ainda neste sentido, o MNCR conforma seus quadros e sua atuação pelo exercício dinâmico de uma rede nacional de cooperação entre as associações e cooperativas de trabalhadores catadores de materiais recicláveis provenientes de

todo o Brasil. Ainda, compõe, simultaneamente, redes de redes de movimentos sociais, tanto no exemplo já citado da GlobalRec, quanto em conjunto com outros segmentos sociais semelhantes.

Nesse sentido, as redes, por serem multiformes, aproximam atores sociais diversificados, dos níveis locais aos globais e, de diferentes matizes organizacionais. Possibilita a construção e a manutenção de diálogos multidisciplinares e multidimensionais em que existe a diversidade de interesses e valores, que coadunam as mesmas de ideias, dando força e compartilhando experiências que podem se tornar aplicáveis em novas realidades, maximizando o encontro e o confronto das reivindicações e lutas referentes a diversos aspectos simbólicos e pragmáticos do exercício da cidadania, permitindo aos movimentos sociais estabelecidos em rede perpassarem da defesa singular de um único sujeito identitário à defesa de um sujeito plural e multifacetado (SCHERER-WARREN, 2006).

Nesse sentido, ainda podemos indicar que estas redes são virtuais e ao mesmo tempo reais, uma vez que como todo e qualquer objeto técnico, a realidade material independe das redes. Assim sendo, estas preexistem a toda demanda de comunicação e apenas realizam a comunicação solicitada. Portanto, um atributo importante das redes é a de ser virtual, posto que somente é realmente real, efetiva, historicamente válida, quando utilizada no processo de ação (SANTOS, 2006).

Animadas por fluxos, que dominam o imaginário, as redes não prescindem de fixos, assim sendo, são estáveis e, ao mesmo tempo, dinâmicas e interpedendentes, ativas e não-passivas, estas redes têm em si mesmas seu princípio dinâmico, que a fonte e a potencia dos movimentos sociais (SANTOS, 2006).

Ainda sobre as redes, Santos (2006) considera que estas são, ao mesmo tempo, concentradoras e dispersoras, condutoras de forças centrípetas e de forças centrífugas, sendo comum que funcionem em duplo sentido. Com relação aos territórios envoltos no processo, as redes edificam, simultaneamente, a ordem e a desordem, já que estas integram e desintegram, destroem velhos recortes espaciais e criam outros inovadores. Fato é que estas redes são a manifestação do global e do local, fazendo com que o movimento conjunto revele a superposição de vários sistemas lógicos, sendo a mistura de várias racionalidades.

Por sua vez, a FACCyR da Argentina, também possui o mesmo formato de atuação do MNCR do Brasil, no quesito conformação de uma rede de associações e cooperativas. Com uma diferença importante, este movimento em questão compõe os quadros de uma rede de redes de movimentos sociais maior que a sua própria, a CTEP. Desta forma, a união permanente entre pelo menos 10 movimentos sociais instituídos, de vários matizes e formas de atuação, edificam uma organização fortíssima que atua como sendo um “sindicato de movimentos sociais”, para abrigar os interesses dos trabalhadores marginalizados da Argentina. Paralelamente e coetaneamente FACCyR e CTEP atuam sinergicamente no alcance dos objetivos propostos pelos movimentos sociais instituídos.

Ainda sobre as redes (nacionais ou transnacionais), há de se destacar que tanto MNCR, quanto FACCyR promovem e participam de encontros e fóruns presenciais e, em igual medida, integram e fomentam estas mesmas redes por meio do uso de plataformas e aplicativos digitais que funcionam por meio do uso da internet. Vale reforçar que nestas, ambos os movimentos sociais atuam em contato com outras redes (formando redes de redes), relacionando-se de modo direto como organizações não governamentais, sindicatos, etc.

Versando acerca destes movimentos sociais e suas redes, podemos indicar que MNCR e FACCyR buscam caracterizarem-se e perceberem-se a partir das formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal nas interconexões das identidades dos atores com o pluralismo (SCHERER-WARREN, 1999).

Refletindo acerca dos últimos argumentos, podemos considerar que os movimentos sociais que atuam em rede se permitem a reafirmação das formas de sociabilidades históricas, de criação de novas formas de sociabilidades trans-identitárias, que articulam dinamicamente os discursos e as estratégias de ação contra as opressões de classe, raça, gênero, dentre outras, com a finalidade de que se edifique, mesmo que utopicamente, um panorama emancipatório, na cultura e na política (SCHERER-WARREN, 2013). Assim sendo, estas redes se caracterizam como sendo o meio pelo qual se dão as articulações políticas, ideológicas ou simbólicas entre os atores coletivos e os movimentos sociais (BARNES, 1987).

Para além das redes sociais existem ainda os *sítes* próprios dos movimentos sociais. Neles são divulgados os conteúdos e as informações relacionados aos

temas de atuação do grupo ou da classe laboral. Por sua vez, uma importante estratégia no incremento destas ações se configura por meio das redes que criam malhas interdependentes e inter-relacionadas em que cada participante atua de modo incremental, edificando informações, inovações e ações com repercussão e reverberação ao longo de toda rede, buscando alcançar e balizar um objetivo comum (SANTOS, 2006).

Um ponto importante e controverso. Mesmo MNCR e FACCyR atuarem sob os mesmos desígnios em vários temas, possuem como objetivo central o bem comum dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis em seus países, conformarem e participarem de redes e, inclusive, serem partícipes de redes de redes de movimentos sociais em comum, estas organizações se conhecem mutuamente, conhecem o trabalho uma da outra, entretanto, não há qualquer tipo de contato mais direto ou, mesmo, alguma atividade de cooperação permanente ou esporádica em que estes movimentos sociais estejam atuando de modo sinérgico e efetivo. A condição de Estados fronteiriços, que possuem biomas transfronteiriços comuns e, a inclusão de seus Estados em um mesmo bloco econômico, o MERCOSUL, não trouxe uma proximidade efetiva. Ao longo do tempo histórico e dada a conjuntura política, econômica e social de cada país, não parece haver em vista um somatório de ações conjuntas, seja em curto prazo ou em um futuro presumível.

Nesse sentido, a mudança revolucionária consciente, implica uma redefinição e um redirecionamento de movimentos existentes em todos os momentos possíveis, para serem viáveis. Contudo, indivíduos ou grupos podem até mudar suas concepções políticas, todavia, isso não significa nada de concreto se elas não estiverem dispostas a mudar suas relações sociais, sua vida cotidiana, sua relação com a natureza, seu modo de produção e suas estruturas institucionais (HARVEY, 2018). Portanto, com relação ao fortalecimento das redes de cooperação transnacional entre MNCR e FACCyR, ainda há muito espaço para que as relações sejam estreitadas adequadamente, para a rede se fortalecer mutuamente.

De frente aos elementos observados, podemos compreender que as formas virtual e presencial de comunicação se complementam e permitem as redes de movimentos sociais desenvolverem seus processos mobilizatórios de maneira

articulada, buscando visibilidade e impacto midiático para além de seu espaço de atuação local e seu território específico (SILVA, et. al., 2012).

Assim sendo, em um mundo globalizado as comunidades subalternas e seus movimentos sociais característicos atuam por meio de suas redes prosseguindo sua atuação para além do localismo. Desta forma, são constantemente atravessadas pelos valores e pelas relações com atores transnacionais e, em igual medida, as atravessam também, fazendo com que sua realidade vivida seja observada e experimentada, fundindo-se ao amalgama dos conhecimentos e do cenário global. Desta forma, estão sujeitas a constantes processos de desterritorialização e re-territorialização, re-significando-se social e culturalmente em uma importante dinâmica que se retroalimenta das próprias relações que se dão intrinsecamente a este quadro, mesmo que, a princípio, os próprios movimentos sociais não compreendam adequadamente esta situação.

Tendo citado o MERCOSUL, ambos os movimentos sociais foram categóricos em afirmar que não existe qualquer apoio desta instituição as atividades dos grupos ou, sequer em prol dos objetivos da classe laboral como um todo.

Adiante, acerca de outro ponto em comum, a manutenção financeira dos movimentos sociais instituídos em questão, MNCR e FACCyR não possuem recursos financeiros permanentes. Dependem da colaboração, não obrigatória, de seus membros ativos e, de projetos específicos que podem ser advindos de alguma ONG ou, ainda, edital vinculado ao próprio Estado. Esta condição fragiliza e dificulta muito a sustentabilidade das ações ao longo do tempo. Todavia, são um atributo inerente a movimentos sociais vinculados a grupos sociais subalternos, em que a escassez de acesso a recursos financeiros faz parte do próprio mote da classe laboral e social como um todo. Entretanto, mesmo nesta situação, a solidariedade de classe se manifesta e tanto o MNCR quanto a FACCyR vêm se mantendo ao longo do tempo como instituições focadas no exercício da luta e do bem comum para os trabalhadores a que representam em seus devidos países.

Acerca do ponto referente à conformação de protestos, de igual forma, MNCR e FACCyR se utilizam deste método como uma eficiente maneira de estabelecer uma frente de luta objetivamente verificável frente ao Estado e a sociedade como um todo. Pressão política e visibilidade as demandas destes grupos, ganham maior relevância para mídia quando são expostas por meio de protestos. Ambos os

movimentos sociais indicam que suas ações são pacíficas e, direcionadas ao convencimento dos agentes do Estado, para que atendam devidamente suas reivindicações legítimas.

De forma similar, os dois movimentos sociais buscam mobilizar seus protestos por meio das redes sociais da internet, agregando os próprios trabalhadores catadores de materiais recicláveis formalizados e os informais, para além de contatarem, por meio de suas redes e redes de redes, outros movimentos sociais que apoiem a causa em foco. Desta maneira, por meio da solidariedade entre estes atores, os protestos ganham corpo.

Desta feita, as resistências, produzidas no bojo de vários movimentos sociais, suas redes, organizações sociais e sociedade civil, contribuem de modo importante para se desmistificarem várias hipóteses relacionadas aos apologistas da globalização neoliberal como sendo o único caminho para a ordem e o progresso das sociedades e, desta forma, estes movimentos sociais se tornam responsáveis pelo desenho e proposição de novas sociabilidades e territorialidades (BRINGEL, 2007).

Os atos ocorrem em espaços públicos, normalmente, próximos às estruturas de governo que lhes são diretamente pertinentes, por exemplo, em frente às prefeituras, que é um dos interlocutores mais diretos e constantes no trato com estes movimentos sociais, dadas às especificidades, objetivos e escala dos diálogos e negociações em questão. Portanto, estes movimentos sociais ao se manifestarem, marcharem ou ocuparem um determinado espaço, trazem consigo novos elementos simbólicos e ideológicos, vislumbrando sua materialização efetiva ao longo do tempo e do espaço, por meio de atividades de resistência, conquistas, lutas, conflitos diretos e multidimensionais, em que se têm em comum os interesses que norteiam os grupos em prol de um objetivo e de ideias partilhadas. Associando a esta perspectiva o binômio território e movimentos sociais, podemos inferir que a atuação do segundo transforma o primeiro, dando-o uma nova significância e implementando uma nova dinâmica, que é regida pelas ações do próprio movimento social, é um exercício de retroalimentação constante.

Nesse sentido, há de apontar que o grande desafio de MNCR e FACCyR é consolidar o avanço dos movimentos sociais, que muitas vezes requerem práticas de maior enfrentamento do que simplesmente o ato de andar pelas ruas, uma vez

que trazem atrelados em si lutas emergenciais, não raramente integradas por causas que dizem respeito a própria sobrevivência de seus integrantes. Além do sentimento de revolta, estes possuem a finalidade de resgatar a dignidade humana que fora violentada diuturnamente por ação ou omissão do próprio Estado ou entes ligados ao poder econômico privado hegemônico (MAIOR, 2013).

Adicionalmente, há de se destacar que neste cenário se conformam contraditórias relações espaço-temporais, considerando que os movimentos sociais de resistência buscam a conquista e a retomada de seus territórios e, na dimensão espacial, a intensificação do seu processo de territorialização, que atuam como sendo a antítese à lógica territorial capitalista implementada pelos grupos dominantes e, que os exclui constantemente (MIZUSAKI, 2017).

Neste íterim, sobre o apoio da população a causa dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis, há indicações de haver respostas similares entre os dois movimentos sociais. MNCR e FACCyR têm abarcado progresso na adesão da população as suas práticas e a sua causa. Ambos destacam que ao longo do tempo, a importância da reciclagem de materiais está se tornando cada vez mais presente e corriqueira para as pessoas e suas famílias. Desta forma, o trabalhador catador possui importância central na situação. Evidente que este resultado é uma construção que vem se dando por conta da luta dos próprios catadores. A FACCyR destacou que tem trabalhado um projeto de educação ambiental próprio, que fortalece sua territorialização, direcionado e de porta em porta, para reforçar este quadro, que apesar de positivo, ainda necessita de maior ampliação e adesão em massa.

Esta situação pode também ser compreendida em função da narrativa que está sendo apresentada pelos meios de comunicação acerca da importância e da necessidade do trabalho dos catadores de materiais recicláveis. MNCR e FACCyR que têm recebido algum apoio e espaço da mídia em seus países.

Acerca dos políticos institucionais, em igual medida, MNCR e FACCyR têm encontrado resistência e sobretudo retórica no trato as demandas da categoria. Adicionalmente, o cenário político e econômico dos países também traz consigo o tom das tratativas entre as partes.

Estes movimentos sociais, que representam uma parcela considerável da sociedade que se encontra em uma posição inferiorizada e que lutam por melhores

condições de vida e contra todas as estruturas que privilegiam de forma totalmente injustificada, alguns setores da sociedade em detrimento de outros, buscam que as Leis não sejam utilizadas como sendo instrumentos para impedi-los de lutar, de apontar os desajustes econômicos, políticos e culturais das sociedades e, ainda, de conduzir por manifestações públicas, suas reivindicações legítimas e democráticas (MAIOR, 2013).

Assim sendo, compreendemos que as lutas têm ganhado novos significados ante a ofensiva neoliberal do capital sobre a sociedade. Desta feita, estes movimentos sociais deparam-se com desafios supérremos, ao passo que tal circunstância acaba por excitar e motivar formas de compreensão e atuação inovadoras por parte destes próprios atores (RIBEIRO; CLEPS JUNIOR, 2011).

Sobre o tema das legislações pertinentes, como já citado previamente, no Brasil está em fase de implantação (por enquanto) a PNRS, que é um importante marco jurídico que regula as atividades ligadas a gestão dos RSU e, dispõem sobre a inserção dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis neste processo. Uma situação importante ao MNCR que se utiliza deste instrumento jurídico para pautar suas demandas e direcionar seus argumentos e estratégias nas negociações em prol da classe laboral como um todo.

Contudo, na Argentina não há uma legislação nacional única sobre o tema que se assemelhe a PNRS do Brasil. Desta forma as províncias legislam separadamente, criando um mosaico difuso de Leis e formas de ação no trato dos RSU e, por conseguinte, nas formas de trabalho e organização dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis. Assim sendo, a FACCyR encontra mais dificuldades em sua atuação fora de Buenos Aires, deixando um hiato dentre a situação das associações e cooperativas instaladas na Capital e aquelas localizadas no interior do país. Portanto, a falta de uma política pública única, pautada em uma Lei singular e aplicável sobre todo o território, fundamenta uma assimetria nas relações dos trabalhadores catadores neste País.

Com relação à importância das cidades em seus trabalhos e territórios de atuação, MNCR e FACCyR foram uníssomos em indicar que estas são as fontes de trabalho, renda e luta dos trabalhadores, associações e cooperativas ligadas ao tema dos RSU e dos respectivos movimentos sociais em questão. As experiências cotidianas vividas pelos trabalhadores catadores dependem muito das formas de

gestão aplicadas ou, não, nas urbes. Por conseguinte, o resultado de seus trabalhos e, em igual medida, de suas formas de existência estão diretamente conectadas às cidades. Melhorar o acesso aos recursos e equipamentos públicos e, sobretudo, a suas matérias-primas têm sido um tema importante nas pautas destes movimentos sociais instituídos, uma vez que possuem grande potencial de impacto na vida e trabalho de toda classe laboral.

Desta forma, Martin (1997) traz em voga a descrição da contradição sobre a criação de novas territorialidades no seio da globalização. Uma vez que ao mesmo tempo em que este fenômeno buscou intensamente criar uma homogeneização forçada, inclusive sobre o espaço, fragmentando-o em função da seletividade e utilidade político-econômica do espaço, encerrou por fornecer, paradoxalmente, as condições para conformação, consolidação e atuação de movimentos sociais diversos que questionam esses padrões, na medida em que se tornam criadores de espaços cada vez mais contrastantes (capital x trabalho; urbano x rural; rico x pobre; desenvolvido x atrasado, etc.). Isso porque é na escala do local, no território de vida das pessoas, que a força do poder hegemônico se institui e se materializa. Mas, é também nessa mesma escala que, às vezes, com o mesmo impulso, emerge a força contra-hegemonica, sob a forma de movimentos sociais (PEREIRA, 2008).

Por conseguinte, o direito inalienável a cidade repousa sobre a capacidade de forçar a abertura de ampliação das relações sociais que se dão na vida urbana e que esta possa se tornar o lugar catalítico em que novas concepções e configurações da própria vida urbana possam ser pensadas e articuladas e construídas coletivamente. O direito a cidade não é um presente, ele tem de ser tomado pelo movimento político dos movimentos sociais e de pela sociedade.

Evidente que esta é uma tarefa que merece ser realizada de forma inalienável, uma vez que a liberdade da cidade ainda precisa ser alcançada em sua plenitude, é tarefa difícil e pode tomar muitos anos de luta, mas, é essencial para emancipação e autonomia de grupos subalternos e ao equilíbrio de toda a sociedade (HARVEY, 2013).

Adiante, frente às conjunturas políticas, sociais e econômicas que os cercam, quando questionados sobre qual é a situação geral dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis em seus devidos países, o MNCR nos indica que no Brasil, apesar do processo histórico de lutas e resistência do movimento social organizado

e instituído além de outras formas pretéritas de defesa dos interesses desta classe trabalhadoras em específico, efetivamente, ainda há pouca organização e formalização do próprio trabalho dos catadores, o que acaba por enfraquecer a luta da classe como um todo. Contudo, a expectativa é de que a implementação efetiva da PNRS possa mitigar esta situação e, por conseguinte alavancar positivamente o posicionamento dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis em todo território nacional. O MNCR ainda destaca que, indiferente dos cenários que os cercam, a situação do movimento e, sobretudo, dos trabalhadores catadores tem sido de muito trabalho e luta, a fim de que se possa sobreviver por meio desta atividade laboral com dignidade.

A FACCyR, por sua vez, nos indica que esta é uma situação de paradoxo, uma vez que em períodos políticos e ciclos econômicos diferentes o governo do Estado adotava uma postura dogmática de negação com relação a demanda dos trabalhadores catadores e àqueles vinculados a economia popular. Desta forma, a luta se amainava e mantinha-se a inércia e a estagnação socioeconômica desta classe trabalhadora apenas perdurava. Contemporaneamente, lidando diretamente com um adversário confesso, o tom dos discursos nas negociações tem sido mais elevado e áspero, nesse sentido, as lutas têm resultado em algum avanço ao movimento social e a classe laboral dos trabalhadores catadores como um todo no País. Tal qual o MNCR, a FACCyR destaca que a situação nunca é menos difícil para um movimento social com seu perfil, em momento algum de sua história houveram conquistas sem que houvesse muita luta e trabalho.

Questionados sobre os avanços e conquistas do movimento social instituído em prol da classe laboral dos trabalhadores catadores em seus países; MNCR diz que a principal vitória é a inserção dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis como um grupo prioritário no desenvolvimento das ações de gestão dos RSU e o paulatino processo de reconhecimento, por parte do Estado e da sociedade, sobre estes sujeitos como sendo profissionais, a ampliação de membros nas bases orgânicas do movimento social, reforçando o aporte as demandas do grupo.

Já a FACCyR destaca que um elemento importante que é resultado de sua articulação com o governo é o repasse ,por parte do Estado, de uma renda mínima ao trabalhador catador, gerando alguma segurança financeira e a possibilidade de

incremento de renda real a estes trabalhadores e suas famílias, mesmo frente a uma conjuntura econômica tão adversa quanto a enfrentada na Argentina.

Com relação às expectativas de um futuro presumível aos movimentos sociais e a classe laboral como um todo em seus países, o MNCR nos aponta espera que, por meio dos resultados de sua atuação, os trabalhadores catadores estejam cada vez mais organizados e atuantes. O movimento social vislumbra e confia que não haverá maiores retrocessos no que diz respeito ao tema da reciclagem dos RSU no Brasil e, que as políticas públicas, em todas as esferas de governo, contemplem adequadamente os trabalhadores catadores e a sociedade reconheça, cada vez mais, a importância da atuação dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis como sendo profissionais.

Ainda, o movimento social aguarda que com a efetivação da PNRS, as cooperativas, associações e o próprio MNCR consigam edificar as bases para fundação de um sindicato nacional dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis, galgando maior representatividade, regulação as formas de trabalho e, progresso social e financeiro a esta classe laboral.

Por sua vez, a FACCyR nos indicou que buscará defender suas conquistas políticas já alcançadas, sobretudo em Buenos Aires. Adicionalmente, o grupo buscará fortalecer as cooperativas e associações do interior do País, para que exista uma equalização da situação entre toda classe laboral dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis no País. Sair de sua área de atuação específica e, ao mesmo tempo, não perder seu espaço já conquistado, é um dilema.

Em suma, ambos os Movimentos participam de ações coletivas (protestos, concentrações e marchas, por exemplo), por meio das quais interpelam o poder político quanto à necessidade de tornar mais operativa a democracia realmente existente. Suas ações contribuem de modo importante ao campo comunicativo, por meio do uso de suas redes sociais presenciais e da internet, fundando e divulgando informações e narrativas próprias e em parceria com outros atores sociais, diversificando os fluxos de informação mediados por interesses corporativos, estabelecendo meios contra-informativos.

Ainda, MNCR e FACCyR contribuem para se ampliar o espaço participativo dos trabalhadores catadores e na cena política local, nacional e internacional. As

ações destes Movimentos influenciam a decisão e a definição de agendas políticas e políticas públicas por parte dos Estados, que atendam aos trabalhadores catadores.

No entanto, cabe destacar que a significação desse espaço tecido pelos atores coletivos envolvidos não deve ser buscada necessariamente na sua atuação permanente ou na visibilidade das ações de protesto, já que a indeterminação e a instabilidade são próprias da sociedade atual. Em grande medida, a transcendência se encontra em sua capacidade de resignificar necessidades sociais com uma perspectiva que vai para além do Estado-nação e nas capacidades de concreção que possam alcançar. Por isso, quando citamos a atuação destes movimentos sociais e suas redes, é preciso compreender e considerar as horizontalidades, de relações informais, mas, de aspecto propositivo de abertura para uma sociedade mais igualitária e participativa (BRINGEL; FALERO, 2008).

Em todas essas dimensões, MNCR e FACCyR contribuem para a democratização e o exercício da cidadania, por meio da exteriorização de suas ações. Lembrando que estas ações estão diretamente e intrinsecamente conectadas as suas bases orgânicas.

Por conseguinte, é possível perceber que as práticas de cooperação realizadas entre os movimentos sociais e suas redes de cooperação transnacional devem ser compreendidas a partir das formas e conteúdos em que os sujeitos em questão atuam localmente, mas, não são localistas, uma vez que possuem relações e correlações internacionais dinâmicas (BRINGEL; VIEIRA, 2015).

Ainda, estes movimentos sociais que atuam em redes podem agregar em si, duas prerrogativas importantes. A interna, que permite a estes reconhecerem-se melhor, trocar experiências, gerar conteúdos, criar identidade, reforçar laços sociais e políticos. Externamente, possibilitam a articulação de atores vinculados ao Sul global, a partir de uma perspectiva mais solidária e transformadora, atualizando o cenário contemporâneo e fomentando as ações dos próprios movimentos sociais em suas sociedades. Estas práticas e vivências cotidianas, a sociabilidade e a cooperação por meio das redes de cooperação transnacional devem ser parte fundamental de qualquer iniciativa de movimentos sociais que tenham como objetivo a transformação das relações globais de poder (BRINGEL; VIEIRA, 2015).

Vale recordar que muitos dos movimentos sociais de atuação transnacional vêm perdendo seu campo de atuação e protagonismo nas disputas que se dão no

cenário internacional, mesmo frente às lutas e desafios que se impõem na atualidade, portanto, é premente e urgente que estes consigam se reorganizar e, sobretudo restabelecer suas redes de cooperação e legitimidade para que possam se rearticular em suas diversas espacialidades e temporalidades a fim de participar ativamente dos novos embates que se apresentam no horizonte (BRINGEL; GONZÁLEZ, 2011).

Mesmo diante das argumentações já expostas, ainda vale destacar que, de modo geral, os movimentos sociais na América Latina disputam, em seus diversos planos de relação com o Estado e com a sociedade, tanto projetos políticos como projetos de sociedade. Mas, ainda é preciso compreender que há limitações de ordem prática na capacidade dos próprios governos em assimilar as demandas dos movimentos sociais e, sobretudo, materializá-las adequadamente, por meio de políticas públicas eficientes em prol da sociedade e, isso traz consigo implicações aos movimentos sociais. Assim, o Estado é um ator dual, em que detém o monopólio legítimo do uso da força em uma territorialidade delimitada em que exerce seu poder, a coerção e a influência sobre atores diversos. Mas, no outro extremo, é também responsável pela democratização política e social de sua população, exercendo um papel central e essencial de interlocução entre os interesses da sociedade e, por conseguinte, dos movimentos sociais. Todavia, no meio destes polos, há uma multiplicidade de formatos e interações possíveis, às vezes positivas e propositivas, às vezes não (BRINGEL; FALERO, 2014).

Com relação específica aos trabalhadores catadores, ao MNCR e a FACCyR e a situação geral da categoria, no Brasil e na Argentina, podemos considerar que esta poderá se atualizar e “reciclar” a si mesma, como sujeito histórico e espacial, fazedor da geografia futura, a partir dos resíduos espaciais presentes. Para tanto, é imperativo que tal sujeito perceba as contradições multiescalares, começando por si, pelo chão em que pisa e no qual é pisoteado, de vez que é importante, mesmo com as mãos no lixo, manter a cabeça fora dele. Nesse sentido, de cima das montanhas de lixo e da periferia para o centro da cidade deverão se dirigir os movimentos sociais dos trabalhadores catadores, para conseguirem ser vistos e seus anseios imediatos atendidos. Que avancem os pobres contra a miséria e a sujidade capitalistas (GONÇALVES; IKUTA; RIBEIRO, 2016).

Portanto, são estas as argumentações e discussões acerca das realidades enfrentadas pelo MNCR do Brasil e a FACCyR da Argentina. No próximo tópico desta Tese, prosseguimos ao derradeiro ponto deste trabalho, alcançando as considerações finais acerca dos objetivos propostos por esta pesquisa científica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegarmos a este derradeiro ponto da Tese podemos estabelecer algumas considerações e contribuições sobre o tema pesquisado, diante da interpretação dos dados coletados e da edificação do estudo comparado. Portanto, há um somatório sinérgico de elementos pautados nos referenciais teórico-metodológicos que nos serve de esteio às respostas acerca dos objetivos deste trabalho (geral e específicos), a que nos propusemos a preteritamente.

a. Síntese dos fatos e objetivos

Desta feita, agora, podemos inferir com maior segurança das argumentações sobre qual é a situação geral dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis no Brasil (BR) e na Argentina (ARG) a partir da atuação de seus movimentos sociais nacionais já instituídos, especificamente e respectivamente, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e a *Federación Argentina de Cartoneros, Carreros y Recicladores* (FACCyR) e, suas redes?

Nesse sentido, a organização e o desenvolvimento das atividades de um movimento social dão-se, justamente, porque determinado grupo não tem sido atendido ou reconhecido pelo Estado como sendo um ator legítimo ou digno de sua atenção ante as especificidades do cenário social, político e econômico que os acomete. Ou ainda, quando, para além da negligência estatal, este grupo passa a ser alvo de opressão e agressões, simbólica ou pragmática, por parte da sociedade ou do próprio governo, de modo direto ou indireto. Este é o caso referente aos trabalhadores catadores de materiais recicláveis no Brasil e na Argentina, como em tantos outros lugares mundo a fora.

Por conseguinte, o histórico de luta e resistência dos referidos movimentos sociais dá-se, justamente, entremeado a cenários e conjunturas desfavoráveis as

suas causas. Contudo, mesmo assim estes têm buscado, por meio da mobilização, organização e conformação de redes, manterem-se ativos e propositivos na edificação de propostas que os façam emergirem do ostracismo social e econômico, a qual foram relegados, por meio do exercício digno de sua atividade laboral. Suas formas de atuação política têm buscado edificar diálogos constantes e profícuos com importantes atores do Estado, da iniciativa privada e do terceiro setor, local e internacional. Para que, paulatinamente, seus desígnios sejam atendidos de modo efetivo, a fim de que o estamento a qual foram encerrados possa ser superado.

Ao longo destas trajetórias de lutas, os métodos e as melhorias vão se dando de modos distintos entre si. Todavia, contemporaneamente, as causas em que estão envolvidos MNCR e FACCyR e, por conseguinte os próprios trabalhadores catadores de materiais recicláveis encontram-se em outro patamar. Evidentemente ainda difícil, mas, com extraordinárias conquistas já alcançadas pelos movimentos sociais em prol dos trabalhadores catadores ao longo do tempo. As batalhas agora prosseguem já com estes sujeitos sociais sendo reconhecidos por seus interlocutores, o que já é uma grande vitória, frente ao perfil antagônico destes.

Especificamente acerca do MNCR, devemos considerar que o Movimento compreende que ainda há pouca organização e formalização do trabalho dos catadores, o que acaba por enfraquecer sua própria luta no geral. Ainda mais frente ao atual cenário de dificuldade econômica e polarização política por que passa o Brasil.

Desta forma, o MNCR tem buscado ampliar a adesão dos trabalhadores catadores informais às bases orgânicas do Movimento. Em igual medida, articular cada vez mais recursos daquelas cooperativas e associações já formalizados. As parcerias entre estas bases e o poder público nas esferas locais de atuação tem sido uma estratégia do MNCR para prosseguir em sua forma de resistência e progresso.

A PNRS traz a perspectiva positiva de que os trabalhadores catadores estarão inseridos nesta de modo efetivo, esta condição tem muito há ver com a luta diária de todos os trabalhadores catadores e, em especial, do MNCR. Fato, inclusive, que se estabelece como sendo um grande avanço no marco legal na situação dos RSU. Entretanto, o MNCR compreende que a Lei ainda permanece “no papel”. Uma vez que suas formas de aplicação, os recursos necessários, as formas

de verificação das ações e das parcerias, ainda estão longe de serem considerados como sendo a realidade.

Neste sentido, o MNCR percebe que a própria sociedade ainda não sabe e, também não compreende seu papel na aplicação efetiva da PNRS do Brasil. Incluso nesta acepção a iniciativa privada se mantém reticente em colaborar com os trabalhadores catadores. Mesmo havendo um cenário presumível que aponta a necessidade (mútua), para edificação destas parcerias institucionais e comerciais.

Pouca divulgação à sociedade como um todo e não aplicação por parte do Estado e da iniciativa privada têm sido a tônica que o MNCR percebe no que diz respeito à PNRS, com isso o trabalho dos catadores de materiais recicláveis e suas organizações prosseguem subalternos nas relações institucionais e sociais que se dão até o presente. A luta do MNCR é alterar e adequar este quadro para uma situação mais positiva aos trabalhadores catadores de todo o Brasil.

Com relação específica a FACCyR, pode-se indicar que em Buenos Aires, a situação é positiva. Uma vez que há reconhecimento do poder público, há participação da população e as ações políticas do grupo têm gerado emprego e renda aos trabalhadores e suas famílias. Contudo, no interior do País a situação permanece em estado de precariedade.

Seguindo em função de identificar as formas de vinculação características entre os movimentos sociais dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis (BR-ARG) entre si e, com outros atores institucionais do cenário, tais como: governos, instituições privadas, organizações não governamentais, organizações internacionais e outros movimentos sociais, podemos considerar que estes movimentos sociais conformam-se a partir da edificação de redes de cooperação entre os trabalhadores catadores, suas associações e cooperativas.

A sinergia destes elementos é que fazem do MNCR e da FACCyR pontos de referência e aglutinação dos interesses destes trabalhadores. Portanto, as bases orgânicas espalhadas por todo o território nacional é que formam os movimentos nacionais instituídos. Estes, por sua vez, articulam-se com outros movimentos sociais de prismas ideológicos semelhantes, formando redes de redes de movimentos sociais, tanto em escala nacional, quanto internacional, para que se obtenha cada vez mais prestígio e capacidade de mobilização, a fim de negociar com o Estado e a iniciativa privada seus interesses legítimos.

As formas de vinculação com o Estado dão-se por meio de negociações formais e, quando necessário, por meio de protestos. No caso brasileiro, há uma iniciativa em função de cooperar com empresas privadas, na Argentina não existe esta hipótese. Com relação à ONGs, a cooperação dá-se por meio das redes e da injeção de recursos financeiros para a manutenção e o fomento das atividades do grupo; com relação a organizações internacionais, no caso do MERCOSUL, a ligação é completamente nula, enquanto com outras, esporadicamente, possuem algum contato, quando convidados.

Com relação ao contato entre MNCR e FACCyR, podemos inferir que se dá por meio das redes de cooperação e coletivos de movimentos sociais de escala internacional da qual os dois fazem parte. Contudo, as relações dão-se mais no campo simbólico do que pragmático, visto como ambos os grupos relatam não haver efetividade ou projetos de atuação compartilhada entre os dois movimentos sociais.

Com relação ao impacto das políticas públicas dos Estados específicos e do MERCOSUL na atuação dos movimentos sociais dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis (BR-ARG), podemos reforçar que, por parte do MERCOSUL, enquanto organização internacional, não há qualquer forma de interação entre as partes.

No campo das políticas públicas, duas realidades distintas. No Brasil, em que há uma legislação única, há o mínimo de segurança com relação à atuação do MNCR. No caso da Argentina, um mosaico de legislações diferentes entre as províncias emperra o desenvolvimento de um patamar mais equilibrado no que tange a atividade laboral dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis no País.

Portanto, legislações e políticas públicas adequadamente ou, minimamente direcionadas possuem grande potencial na conformação das atividades destes movimentos sociais, tanto do ponto de vista positivo, quanto negativo.

Havendo políticas públicas destinadas aos trabalhadores catadores de materiais recicláveis, já é um passo importante que o Estado dá em direção à sustentabilidade socioambiental de seu território e, desta forma contribui de modo direto com os movimentos sociais característicos. Corroborando de modo efetivo para o progresso socioeconômico destes trabalhadores.

Pensando acerca das correlações entre o cenário geral da política e da economia (local e internacional) nos Estados e os desdobramentos sobre a atuação dos movimentos sociais dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis (BR-ARG), podemos indicar e reforçar que o cenário dificilmente é plenamente favorável aos movimentos sociais em questão. Todavia, eles florescem, justamente, neste ambiente.

Enquanto no Brasil, o MNCR conseguiu espaço para dialogar junto ao Estado, quando o governo central era composto por práticas e políticas de cunho progressista. Paradoxalmente, a FACCyR trouxe a tona uma perspectiva de realidade diferenciada. Nos anos de governos progressistas, as lutas dos movimentos sociais como um todo, inclusive, a dos trabalhadores catadores, foram sendo arrefecidas e secundarizadas. Enquanto que frente a um governo de aporte neoliberal. As discussões passaram a dar-se de modo mais contundente, resultando em algumas vitórias aos trabalhadores catadores.

Versando acerca da importância do território a estes movimentos sociais e suas redes. No Brasil, podemos destacar que o espaço urbano, especificamente, porta e remete como significado maior ao grupo, uma vez que representa efetivamente o próprio trabalho. É neste espaço, que transformado em território, se manifestam suas atividades laborais, em que sua fonte de renda se materializa de modo objetivo. Além disso, é neste território urbano em que trabalhadores catadores são vistos e percebidos, enquanto classe laboral e política, pelos demais cidadãos, pelo poder público e, outros movimentos sociais.

No que se refere à territorialização da atuação dos trabalhadores catadores e dos desafios que empreendem neste espaço de disputas cotidianas, é possível destacar que para se evitar a concorrência entre os trabalhadores catadores e suas associações e cooperativa, são estabelecidos marcos territoriais informais entre as partes. Delimitando espaços de atuação e parcerias, mas, sobretudo, com a finalidade de se evitar a sobreposição geográfica de territórios de trabalho.

Na Argentina, é possível estabelecer que as políticas públicas destinadas ao setor estejam atreladas a manutenção da urbanidade da própria cidade. Uma vez que os RSU são gerados no ambiente urbano e, sobretudo, porque a atividade de catação tem se dado por meio do “porta-a-porta”. Desta forma, o sistema e os equipamentos de disposição de RSU (os contentores), seu uso e sua manutenção

adequada são fundamentais para a atividade de catação e, por fim, ao sucesso do movimento social como um todo. Portanto, a territorialização destes trabalhadores em função de ocupar e explorar as matérias primas disponíveis faz-se necessária para a própria existência do grupo, enquanto trabalhadores catadores de materiais recicláveis.

b. Implicações da pesquisa

Os resultados obtidos nesta pesquisa possuem implicações acadêmicas positivas no sentido de contribuir para a construção e ampliação teórica dos estudos multidisciplinares relacionados com o tema relativo aos movimentos sociais dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis. Este quadro conceitual é reflexo de uma abordagem dedutiva acerca dos temas abordados na revisão bibliográfica e nas pesquisas de campo deste trabalho. Em igual medida, encontram-se formatados e atualizados nos cenários social, político e econômico do Brasil e da Argentina. Para além das reflexões pautadas nos estudos de caso expostos e, no estudo comparado entre o MNCR e a FACCyR.

Em relação à aplicação das políticas públicas voltadas aos RSU e a atuação dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis e seus movimentos sociais instituídos, inseridos neste aspecto, a pesquisa nos aponta na direção de mudanças, nem sempre boas aos trabalhadores catadores.

No caso do Brasil, os agentes públicos ainda têm se furtado repetidamente de aplicar os desígnios das legislações sobre o tema, comprometendo negativamente a sustentabilidade dos potenciais socioambientais do território nacional e, especificamente das cidades. Postergando cada vez mais a possibilidade de construção de um cenário definitivo em relação aos RSU no país. Sobre as políticas públicas, bilaterais e multilaterais, acerca dos RSU nas fronteiras entre Brasil e Argentina, a pesquisa apontou-nos para a inexistência de programas efetivos de gestão compartilhada e sinérgica dos RSU em municípios que compartilham unidades ambientais transfronteiriças (GONÇALVES, 2012). Nesse sentido, MNCR e FACCyR também não têm atuado de modo a edificar tal panorama.

Em relação ao mercado, é possível indicar que na medida em que houver demandas por matérias primas recicláveis ou recicladas, haverá mão-de-obra dos

trabalhadores catadores em suas associações e cooperativas dispostos a suprir esta necessidade do mercado. Desta forma, agrega-se renda e dignidade ao exercício laboral em questão. As relações entre estes movimentos sociais e a iniciativa privada que consomem estas matérias-primas provenientes do trabalho dos catadores, no Brasil e na Argentina, certamente são diferentes.

c. Sugestões para novas pesquisas

A fim de ampliar e aprofundar a relevância do tema de pesquisa, novos métodos de levantamento e análises podem ser aglutinados aos resultados já obtidos neste trabalho de maneira complementar, gerando abordagens e reflexões inovadoras sobre o assunto.

Outra sugestão é realizar esta mesma pesquisa em outros países, a fim de se verificar e se ponderar, sobre a possibilidade de repetição dos cenários descritos neste trabalho, ou, se serão encontrados panoramas totalmente dessemelhantes deste e, mesmo inovadores. No intento de formar um quadro científico e crítico sobre a realidade dos movimentos sociais dos catadores de materiais recicláveis.

Sugere-se também, que esta pesquisa seja refeita, com o mesmo método e objetivos e, nos mesmos locais descritos, no momento da efetiva aplicação da Lei 12.305/2010 no caso específico do Brasil e, também, após 10 anos de seu exercício pleno, com a finalidade de estabelecer um amplo estudo de avaliação e monitoramento dos resultados obtidos ao longo do tempo, de modo imparcial e independente, gerando dados e reflexões acerca das práticas de gestão dos resíduos sólidos urbanos e a atuação de MNCR e FACCyR em prol de sua classe laboral.

Uma última sugestão refere-se ao levantamento e formatação de quadros comparativos sobre a atuação de outros tipos de movimentos sociais sólidos nas mesmas condições em que MNCR e FACCyR foram examinados. Instituídos formalmente, atuantes, inseridos em redes transnacionais e, em países distintos. Mesmo que contíguos e, mesmo em Brasil e Argentina. Desta forma ampliam-se os conhecimentos relativos aos potenciais dos movimentos sociais contemporâneos, com destaque àqueles com atuação em redes de cooperação, nacional, transnacional ou, ainda, metanacional.

d. Conclusão

Os movimentos sociais contemporâneos e suas redes de cooperação transnacional constituem-se como sendo um exercício de militância e ativismo dinâmicos que prosseguem sua existência para além das fronteiras dos Estados. Neste contexto, a geopolítica e as convulsões sociais em escala mundial coincidem com o processo globalização de forma sem precedente na história, sendo considerada como um grave fenômeno colateral aos desígnios neoliberais, uma vez que os meios criados pelo capital para o incremento de suas atividades específicas, também servem àqueles que questionam, resistem e lutam contra estas práticas. De tal forma que processos, estruturas, fluxos socioeconômicos e políticos se interrelacionam de modo ativo, trazendo consigo os conteúdos necessários para articulação contestatória dos atores sociais.

Por conseguinte, esta emancipação do pensamento crítico e das ações de insurgência e rebeldia não surgiu por conta do advento da globalização, mas floresceu frente ao favorecimento da descentralização e da possibilidade de interação, em diversas escalas, de atores sociais distintos, que antes eram subalternos e excluídos, assim como houve um rebaixamento do status dos Estados enquanto únicos atores legítimos nas relações internacionais. Desta forma, por meio da solidariedade transnacional contemporânea, vem se possibilitando a observância de dificuldades e fragilidades comuns e, por conseguinte, a elaboração de propostas de cooperação entre atores sociais em escala global, com a finalidade de alcançarem, juntos, uma condição de vida cada vez mais equilibrada.

Nesse sentido, mais especificamente, respeitadas e preservadas a diversidade cultural, histórica, geográfica e econômica dos Estados, é evidente a necessidade de se conciliar, de modo decisivo, a competição entre as nações com ações de cooperação. Iniciativas imprescindíveis para o enfrentamento e a mitigação problemas multidimensionais comuns, que aportem ao equilíbrio dinâmico da civilização. Para tanto, deve haver um engajamento que supere os limites dos governos em prol da estruturação de estratégias, métodos de gestão inovadores que busquem amparar o desenvolvimento humano orientado para as prioridades da maioria e das futuras gerações. Assim sendo, estas ações de cooperação

internacional devem ter como pressuposto basal a ideia da “alteridade”, em que o respeito de um Estado pela existência de outros Estados. Isso no campo institucional, já os movimentos sociais transnacionais devem pressionar organizações internacionais, governos e iniciativa privada transnacional, a fim de que estes atores também ajustem suas práticas a um futuro comum mais auspicioso e sustentável, do ponto de vista socioambiental e, mesmo econômico.

Ainda, há outro elemento que precisa ser pensado racionalmente: a taxa de diminuição de vida útil das mercadorias que são produzidas para durarem cada vez menos ou, para serem prontamente descartadas. Visto como, mesmo diante da aplicação de políticas públicas relacionadas à adequada gestão de RSU e do possível crescimento dos índices de reciclagem destes, não haverá diminuição da exploração de matérias-primas virgens para confecção de novas mercadorias, ou seja, o meio ambiente permanece sendo consumido em prol do lucro imediato das corporações. Visto que o consumo destrutivo continua a crescer, se utilizando de métodos produtivos igualmente nocivos ao meio ambiente e ao Homem, comprometendo a sustentabilidade global de modo acelerado e certo.

Paralelamente, é possível indicar que contemporaneamente os tempos são de mudanças rápidas, mas, não obstante, os antigos problemas ainda persistem nas sociedades. Frente a um cenário econômico pautado no crescimento e na evidente ampliação da capacidade de consumo da população, contraditoriamente, muitos ainda continuam desesperadamente pobres e miseráveis. As notícias e os fatos correm mundo a fora em velocidades extremas, por meio das redes sociais da internet e da mídia corporativa, contudo, parte da população mundial segue alijada desta inclusão digital. Entretanto, apesar de toda a tecnologia e desta velocidade, valores arcaicos, crenças irracionais e preconceitos de toda ordem, mudam lentamente, quando se alteram. Novos atores surgem nos cenários políticos locais e internacionais, movimentos sociais, corporações transnacionais e, mesmo metanacionais, organizações não-governamentais e organizações multilaterais desempenham um papel cada vez mais importante no palco das relações internacionais. Todavia, ainda é pertinente destacar que o capital construiu a capacidade, tecnológica e organizacional, para se edificar um mundo melhor. Contudo, o faz por meio de relações sociais de dominação e, não, emancipação. Essa é uma contradição central do sistema capitalista, que foi apontada por Marx

(2017) e, citada por Harvey (2018). Diante disso, persiste o dilema filosófico sobre o porquê, enquanto sociedade, não nos utilizamos de toda essa capacidade criativa em função de criar um mundo que é libertador, ao invés de um que é dominador?

Portanto, frente às argumentações apresentadas ao longo da Tese, podemos observar que os territórios nacionais são cada vez mais espaços da economia internacional. Da mesma forma, é necessário examinar e perceber os territórios como potenciais espaços de convergência de movimentos sociais de diferentes países nos quais é possível concretizar projetos de cooperação. Desta feita, também devemos considerar a potencialidade e a realidade das conexões das redes transnacionais de movimentos sociais, a fim de evidenciar a eficácia simbólica de conectar propostas de resolução de necessidades alternativas a partir de cenários sociais complexos e diferentes.

Desta feita, a compreensão deste cenário dá-se na medida em que surgem construções acadêmicas a partir de análises críticas e objetivas por meio de estudos como este, em que foram descritos e demonstrado a realidade de um cenário que precisa ser transformado definitivamente para que a vida no planeta transcorra tal qual a compreendemos de modo positivo. Nesse sentido, os movimentos sociais como um todo e, especificamente, àqueles vinculados aos trabalhadores catadores de materiais recicláveis possuem relevância neste panorama, sendo considerados atores-chave ao desenvolvimento pleno de um mundo mais propositivo e equilibrado socioambientalmente.

Mais especificamente, a aproximação socioterritorial aqui apresentada para pensar as redes transnacionais de movimentos sociais como sendo agentes sociais participantes nessas próprias redes, o espaço social do qual emergem, as práticas sociais e as ações coletivas que realizam, as subjetividades coletivas e as dinâmicas que desencadeiam, a partir de uma perspectiva e uma prática geográfica, que seja capaz de traçar e destacar a convergência transnacional de suas ações, as horizontalidades, sociabilidades e territorialidades construídas, a partir do espaço socialmente produzido em prol de objetivos comuns.

Portanto, os movimentos sociais possuem uma enorme importância para edificar subjetivamente a resolução de necessidades latentes a partir da construção e manutenção de direitos e não apenas como produtos de uma atividade mercantil. Em tal condição, estes atores possuem o desafio constante de incorporar o plano

transnacional de atuação de maneira efetiva, a fim de demonstrar e explorar as contradições que aparecem no cenário comum.

Por conseguinte, é uma tarefa urgente, teórica e prática, encontrar uma conexão orgânica entre esses diferentes movimentos sociais, caracterizada por desenvolvimentos geográficos profundamente desiguais, que se baseie na crescente conectividade por meio da internet, mas, sem se esquecer de estarem intimamente vinculadas às bases territoriais. A fim de que estes possam explorar as contradições da agenda neoliberal. A lacuna entre a retórica (em benefício de todos) e a realidade objetiva (em benefício de uma pequena classe). Nesse sentido, a ideia de que o mercado tem a ver com a competição e a isonomia vem sendo negada ao longo do tempo histórico recente, frente à realidade da extraordinária monopolização, centralização e internacionalização das corporações e do poder financeiro global.

O crescimento alarmante das desigualdades entre classes e, entre regiões, tanto internamente aos países, quanto internacionalmente, constitui um sério problema político que não pode e não deve ser ocultado. A ênfase neoliberal no uso autoritário da força do Estado para apoiar o sistema torna-se o estopim de sérios conflitos e, no cerne destes conflitos, sempre deve haver a esperança da edificação de um mundo melhor, mais igualitário, justo e humano. Os movimentos sociais e suas redes são os atores legítimos e perfeitos para o levante desta resistência e da sublimação desta esperança, mas, a luta é perpétua e, dá-se a cada dia, em cada espaço em disputa.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT. **Norma Brasileira:** ABNT NBR 100004:2004. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

_____. **NBR 8419:** Apresentação de projetos de aterros sanitários de resíduos sólidos urbanos - procedimentos. Rio de Janeiro: ABNT, 1992.

ABRANTES, A. C.; CASTRO, R. P. **Nova economia:** o desafio de gerir conhecimento. Porto: Universidade do Porto, 2005.

ABRELPE. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil:** 2017. São Paulo: ABRELPE, 2017.

ABREU, C. J. Cooperativismo popular e redes solidárias. São Paulo: All Print Ed., 2007.

ACIOLI, S. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. **Rev. Inf. Inf.** v. 12. 2007.

AGC - ALIANÇA GLOBAL DE CATADORES. **First global strategic workshop of waste pickers:** inclusive solid waste management. Pune: AGC, 2012.

ALVAREZ, G. A. C. Reciclando a luta de classes: estudo do movimento dos catadores. In: V Simpósio Internacional Lutas sociais na América Latina, 2013, Londrina. **Anais:** V Simpósio Internacional Lutas sociais na América Latina, 2013.

AMARAL, M. Jabuti não sobe em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo impeachment. In: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

AMORIM, P. H. **O quarto poder:** uma outra história. São Paulo: Hedra, 2015.

ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

ANISTIA INTERNACIONAL. **O estado dos Direitos Humanos no mundo**: informe 2017/18. Londres: AI, 2018.

ANSALDI, W.; SOLER, L. Derechas en América Latina en el siglo XXI. In.: SOLER, L.; CARBONE, R. (org) **Des-cartes**: Estampas de las derechas en Paraguay. Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2015.

ANSALDI, W. De la *vox populi*, *vox deus*, a la *vox populi*, *vox mercatus*. La cuestión de la democracia y la democracia en cuestión. **Revista Estudios**. n. 31, pp. 13-31. 2014.

ANTOUN, H. O poder da comunicação e o jogo das parcerias na cibercultura. **Rev. Fronteiras**. v. 06. n. 02. 2004.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARGENTINA. Territorio. 2019. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/paisdigital/territorio> (Acessado em: 15.02.2019, às 15h26min).

AVINA. Fundação Avina: valor para o impacto. 2017. Disponível em: <http://www.avina.net/avina/pt/nuestro-valor-para-el-impacto/> (Acessado em: 05.09.2017 às 21h51min).

BAHIA, L. D. Desempenho produtivo da indústria brasileira no primeiro trimestre de 2018. **Nota técnica n. 43**. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

BARNES, J. A. Redes sociais e processos políticos. In. FELDMAN-BIANCO, B. **Antropologia das sociedades contemporâneas**: métodos. São Paulo: Global, 1897.

BAUMAN, Z.; BORDONI, C. **Estado de crise**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2016.

_____.; DONSKIS, L. **Cegueira moral**: a perda da sensibilidade na modernidade líquida. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2014.

_____. **Danos colaterais**: desigualdades sociais numa era global. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2013.

_____. **Capitalismo parasitário**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2010.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2001.

BANCO ALFA. Carta econômica: abril de 2019. Disponível em: https://bancoalfa.com.br/institucional/downloads/Carta_Private.pdf (Acessado em: 21.05.2019 às 22h15min).

BANCO DE ESPAÑA: BDE. **Informe de economía latinoamericana**: primer semestre de 2018. Boletín económico de abril de 2018 (2/2018). Madrid: BDE, 2018.

BANCO CENTRAL DE LA REPÚBLICA ARGENTINA: BCRA. Comunicado de política monetaria. 2018. (13 de agosto de 2018). Disponível em: http://www.bcra.gov.ar/Noticias/Comunicado_de_Pol%C3%ADtica_Monetaria.asp (Acessado em 27.08.2018 às 14h57min).

_____. Inflación mensual. 2018. (15 de agosto de 2018). 2018. Disponível em: <http://www.bcra.gov.ar/default.asp> (Acessado em 27.08.2018 às 14h57min).

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio do Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

BRASIL. Banco central do Brasil: indicadores econômicos consolidados (15 de agosto de 2018). 2018. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/Indeco/Port/indeco.asp> (Acessado em 20.08.2018 às 20h20min).

_____. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência**: 2017. SNJ. Brasília. 2017.

_____. Relatório de Mercado: expectativas de mercado. 2019. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20190418.pdf> (Acessado em: 22.04.2019 às 22h50min).

BRADESCO. Cenário econômico: 08 de fevereiro de 2019. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2019/02/Cenario_economico_fev-19.pdf (Acessado em: 21.05.2019 às 21h56min).

BRINGEL, B. M. O lugar nos movimentos sociais e o lugar da Geografia na teoria dos movimentos sociais. **Boletim Goiano de Geografia**. n. 2. 2007.

_____.; ECHART, E. Movimentos sociais e democracia: os dois lados das “fronteiras”. **Caderno CRH**. n. 54. - . 21. 2008.

_____.; GONZÁLEZ, M. A. C. Geopolítica de los movimientos sociales latinoamericanos: espacialidades, ciclos de contestación y horizonte de posibilidades. In.: CORONADO, J. A. P. Anuario de la integración latinoamericana y caribeña. 2011.

_____. Movimentos sociais e desenvolvimento. In.: IVO, A. B. L. (org.) **Dicionário temático desenvolvimento e questão social**: 81 problemáticas contemporâneas. São Paulo: Annablume, 2013.

_____.; FALERO, A. Movimientos sociales y gobiernos en América Latina: nuevos escenarios, tipología de relaciones y formas Estado/Movimiento. **Cadernos de Trabalho NETSAL**. n. 5. IESP. NETSAL. 2014.

_____.; _____. Redes transnacionais de movimentos sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial. **Caderno CRH**. n. 53. v. 21. 2008.

_____.; _____. Movimientos sociales, gobiernos progresistas y Estado en América Latina: transiciones, conflictos y mediaciones. **Caderno CRH**. n. 3. v. 29. 2016.

_____.; VIEIRA, F. B. Movimientos internacionalistas y prácticas de cooperación Sur-Sur: brigadas y experiencias formativas de Movimiento de los sin Tierra de Brasil y La Vía Campesina. n. 36. 2015.

_____. Movimientos sociales y la nueva geopolítica de la indignación global. In.: BRINGEL B.; PLEYERS, G. (org.). **Protesta e indignación global: los movimientos sociales en el nuevo orden mundial**. CLACSO. FAPERJ. 2017.

CAMARGO, M. H. **A crise da representação moderna**. BOCC, 2011.

CAMPOS, A. G. **A atual reforma trabalhista: possibilidades, problemas e contradições**. Texto para discussão: 2350. IPEA. Rio de Janeiro, 2017.

_____. Impactos da terceirização sobre a remuneração do trabalho: novas evidências para o debate. In.: CAMPOS, A. G. **Terceirização do trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate**. IPEA. Brasília, 2018.

CANCLINI, N. G. **Cultura híbrida**. São Paulo: Edusp, 2013.

CARRERA, N. I.; COTARELO, M. C. Génesis y desarrollo de la insurrección espontánea de diciembre de 2001 en Argentina. In.: CAETANO, G. (org.). **Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

CERQUEIRA, D., et. al. **Atlas da violência 2018**. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

CIOCCARI, D.; PERSICHETTI, S. Armas, ódio, medo e espetáculo em Jair Bolsonaro. **Rev. Alterjor**. v. 02. ed. 18. 2018.

COELHO, A. P. F.; BECK, C. L. C.; FERNANDES, M. N. S.; FREITAS, N. Q.; PRESTES, F. C.; TONEL, J. Z. Women waste pickers: living conditions, work and health. **Rev. Gaúcha Enfermagem**. n. 37. 2016.

COELHO NETO, A. S. Redes e territórios. **Rev. Mercator**. v. 12. n. 28. 2013.

CREWDSON, J. **The tarnished door**: the new immigrants and the transformation of America. New York: Times Books, 1983.

DAHL, R. A. A democratic paradox? **Political Science Quarterly**. n. 115. 2000.

DA SILVA, M.; AZEVEDO, F. F. Geografia e poder: conflitos, resistências e contra poderes territoriais. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**. p. 163-184. v. 12. n. 18. Especial GT Anpege. 2016.

DA SILVA, L. C. Memórias de mulheres catadoras: do processo de invisibilidade à construção de novos (re)fazeres históricos. In: MENEGAT, A. S. **Leituras sobre mulheres**: o fazer e o refazer de caminhos. Dourados: UFGD, 2016.

DATAFOLHA. **Índice Datafolha**: Confiança. São Paulo: DATAFOLHA, 2019a.

_____. **Reforma da Previdência**. São Paulo: DATAFOLHA, 2019b.

_____. **Avaliação do Presidente Jair Bolsonaro**. São Paulo: DATAFOLHA, 2019c.

DELGADO, D. G.; GRANDIN, A. Neoliberalismo tardío: entre la hegemonía y la inviabilidad. In.: DELGADO, D. G.; GRANDIN, A. (orgs). **El neoliberalismo tardío**: teoría y praxis. (Documento de trabajo 5). Buenos Aires: Flacso Argentina, 2017.

DIAS, S. M. Waste picker and cities. **Environment and Urbanization Journal**. n. 28. 2016.

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. A crise econômica mundial e as turbulências recentes. **Nota técnica: 104.** 2011.

DINIZ, I. G. F.; CALEIRO, M. Web 2.0 e ciberativismo: o poder das redes na difusão de movimentos sociais. **Rev. Cambiassu.** n. 8. 2011.

DOWBOR, L. Navegando na crise: o potencial de mudanças. In.: BISPO, C. R.; MUSSE, J. S.; VAZ, F. T. MARTINS, F. J. **Crise financeira mundial: impactos sociais e no mercado de trabalho.** Brasília: ANFIP, 2009.

EDELMAN, M. Social movements: changing paradigms and forms of politics. **Rev. Annual Review Anthropology.** v. 30. 2001.

EISENHARDT, K. M. Building theories from case study research. **Academy of Management Review.** v. 14. n. 4. 1989.

FABRINI, F.; CARAM, B. Governo decreta sigilo sobre estudos que embasam reforma da Previdência. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/04/governo-decreta-sigilo-sobre-estudos-que-embasam-reforma-da-previdencia.shtml> (Acessado em: 22.04.2019, às 22h24min).

FABRINI, J. E. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Rev. NERA.** n. 11. 2007.

_____. Os movimentos camponeses e a soberania alimentar nacional. **Rev. GEOgraphia.** v. 19. n. 39. 2017.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia.** São Paulo: Saraiva, 2005.

FARIAS, A. **Os incomodados que resistem: contradições e territorialidades camponesas no Projeto de Irrigação Várzea de Sousa na Paraíba**. João Pessoa: UFPB, 2010.

FEDERACIÓN ARGENTINA DE CARTONEROS, CARREROS Y RECICLADORES: FACCYR. La Federación. 2018a. Disponível em: <http://faccyr.org.ar/federacion/> (Acessado em: 06.09.2018 às 16h31min).

_____. Nuestro oficio. 2018b. Disponível em: <http://faccyr.org.ar/documento-consensuado-entre-las-organizaciones-cartoneras-del-2do-encuentro-de-la-federacion-de-cartoneros-y-recicladores-el-20-de-diciembre-de-2012/> (Acessado em: 06.09.2018 às 16h32min).

FELICIANO, C. A. A prática da violência no campo brasileiro do Século XXI. In.: RAMOS FILHO, E. S.; MITIDIERO JUNIOR, M. A.; SANTOS, L. R. S. **Questão agrária e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

_____. O conflito como elemento chave na construção da região do Pontal do Paranapanema. **Rev. ACTA Geográfica**, 2013.

FERNANDES, B. M. A ocupação como forma de acesso a terra. In.: XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino Americanos. **Anais: XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino Americanos**. Washington, 2001.

_____.; etl all. A questão agrária na segunda fase neoliberal no Brasil. **Boletim DATALUTA**. n. 109. NERA, 2017.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Observatório Social de América Latina**. v. 16. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

FERNANDES, F. **Poder e contrapoder na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE - FUNASA. **Programas municipais de coleta seletiva de lixo como fator de sustentabilidade dos sistemas públicos de saneamento ambiental na região metropolitana de São Paulo**: relatório final. Ministério da Saúde. Brasília, 2010.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO: FPA. **Boletim de análise da conjuntura (Maio de 2018)**. FPA: São Paulo, 2018.

_____. Lula da Silva é um preso político. Lula Livre! Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manifesto-lula.pdf> (Acessado em 22.04.2019 às 23h12min).

FMI - FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **World Economic Outlook: Growth slowdown, precarious recovery**. FMI: Washington, 2019.

GALVES, C. **Manual de economia política atual**. Forense Universitária: Rio de Janeiro, 1991.

GENTIL, D. L.; MARINGONI, G. Crise econômica e condicionantes internos e externos. In.: BISPO, C. R.; MUSSE, J. S.; VAZ, F. T. MARTINS, F. J. **Crise financeira mundial: impactos sociais e no mercado de trabalho**. Brasília: ANFIP, 2009.

GENTILI, P. (org). **Golpe en Brasil: genealogia de una farsa**. Buenos Aires: CLACSO. Outubro, 2016.

GEOREGES, R.; MALA, K. **A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras**. OXFAM, 2017.

GIORDANO, V. ¿Qué hay de nuevo en las nuevas derechas? **Nueva Sociedad**. n. 254, pp. 46-56. 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GLOBAL ALLIANCE FOR INCINERATOR ALTERNATIVES - GAIA. *About GAIA*. Disponível em: <http://www.no-burn.org/about-gaia/> (Acessado em: 09.01.201 às 11h46min).

GLOBALREC. Aliança global de Catadores: história. 2017a. Disponível em: <http://globalrec.org/pt-br/historia-2/> (Acessado em: 05.09.2017 às 17h12min).

_____. Aliança global de catadores: objetivos. 2017b. Disponível em: <http://globalrec.org/pt-br/objetivos/> (Acessado em: 05.09.2017 às 17h12min).

GONÇALVES, A. H. **Resíduos sólidos urbanos na fronteira do Brasil com o Paraguai e a Bolívia**: diagnóstico nas cidades Sul-mato-grossenses de Ponta Porã e Corumbá. 2015. (Dissertação de Mestrado em Geografia) - UFMS, Três Lagoas, 2015.

GONÇALVES, M. A. **O trabalho no lixo**. 2006. (Tese de Doutorado em Geografia) - UNESP, Presidente Prudente, 2006.

_____. Informalidade e precarização do trabalho no Brasil. **Rev. Pegada**. v. 3. 2002.

_____.; IKUT, F. A.; RIBEIRO, J. C. Sepultados vivos: antagonismos e brechas socioambientais para os trabalhadores catadores perante a produção destrutiva global do capital. **Rev. Pegada**. v. 17. n. 1. 2016.

GONÇALVES, R. Dinâmica sexista do capital: feminização do trabalho precário. **Rev. Lutas Sociais**. n. 9. 2003.

GONZÁLEZ, E. O liberal Macri anunciará congelamento de preços para controlar inflação da Argentina. 2019. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/16/economia/1555428620_092677.html

(Acessado em 00h10min).

GONZÁLEZ, M. A. C.; BRINGEL, B. América Latina en la geopolítica de la indignación global: movimientos-red y corporalidad de la acción. In.: CORONADO, J. A. P. **Anuario de la Integración Latinoamericana y Caribeña**. University Press of the South. New Orleans, 2015.

GONZALÉZ, C. S.; D'URSO, L. Relações laborais na Argentina logo após o Kirchnerismo (2003-2015): entre a participação e o retrocesso sindical. **Rev. Tempo Social**. n. 1. v. 30. USP. 2018.

GRIMBERG, E. **Coleta seletiva com inclusão social: Fórum Lixo e Cidadania na Cidade de São Paulo**. Experiências e desafios. São Paulo: Instituto Pólis, 2007.

GUELLATI, Y.; MONTEIRO, C. D.; OLIVEIRA JUNIOR, A. O Brasil em 2035: tendências e incertezas para área social/ Texto para discussão 2348. IPEA. Rio de Janeiro, 2017.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Rev. Boletim Gaúcho de Geografia**. n. 29. 2003.

HARVEY, D. Neoliberalismo como destruição criativa. **Rev. Interfacehs**. n. 4. v. 2. 2007.

_____. **O Neoliberalismo: história e implicação**. São Paulo: Loyola, 2008.

_____. A liberdade da cidade. In.: MARICATO, E. et. al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo. Carta Maior, 2013.

_____. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2018.

HEATH, M. Seed of discontent: Argentina`s farmers turn cool on their man Macri. 2019. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-argentina-election-farmers/seeds-of-discontent-argentinass-farmers-turn-cool-on-their-man-macri-idUSKCN1RY0MA> (Acessado em: 23.04.2018 às 00h12min).

HINKELAMMENT, F. J. Democracia y nueva derecha en América Latina. **Nueva Sociedad**. n. 98. pp. 104-115. 1988.

IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua (PNAD Contínua): Principais resultados em junho de 2018a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=destaques> (Acessado em: 20.08.2018, às 16h06min).

_____. Os números do desalento. **Rev. Retratos**. IBGE. 2018.

_____. População brasileira (IBGE). 2018b. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/cidadania-e-inclusao/2018/08/populacao-brasileira-ultrapassa-208-milhoes-de-pessoas-revela-ibge> (Acessado em 20.12.2018, às 20h44min).

_____. Dados geográficos: território (IBGE). 2019. Disponível em: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/territorio/dados-geograficos.html> (Acessado em 15.02.2019, às 14h56min).

_____. Brasil tem novas regiões metropolitanas (IBGE). 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/9868-brasil-tem-tres-novas-regioes-metropolitanas> (Acessado em: 15.12.2018).

_____. PNAD Contínua: Desemprego sobe para 12,4%. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de->

[noticias/noticias/24110-desemprego-sobe-para-12-4-e-populacao-subutilizada-e-a-maior-desde-2012](#) (Acessado em: 22.04.2019 às 22h48min).

IFO INSTITUTE; FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Sondagem econômica da América Latina Ifo/FGV. **Um sinal de alerta:** pioram as avaliações das expectativas no mundo, na América Latina e no Brasil. IFO. FGV. São Paulo. Julho de 2018.

IKEDA, A. A. Reflections on qualitative research in business. **Rev. Gestão USP**. v. 16. n. 3. 2009.

IKUTA, F. A. **Resíduos sólidos urbanos no Pontal do Paranapanema-SP:** inovação e desafios na coleta seletiva e organização de catadores. Presidente Prudente: UNESP, 2010. (Tese de Doutorado em Geografia).

ILO - INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **The informal economy of e-waste:** the potential of cooperative enterprises in the management of e-waste. Geneva: ILO, 2014.

_____. **Relatório global sobre os salários 2016/17:** desigualdade salarial no local de trabalho. Geneva: ILO, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSUS: INDEC. **Demanda laboral insatisfecha en la Argentina.** Buenos Aires: INDEC, 2015.

_____. **Trabajo e ingresos:** mercado de trabajo (tasas e indicadores socioeconómicos: EPH) Buenos Aires: INDEC, 2018a.

_____. **Cuentas nacionales:** cuenta de generación del ingreso e insumo de mano de obra. Buenos Aires: INDEC, 2018b.

_____. **Índice de precios al consumidor (IPC):** Argentina (Julio de 2018). Buenos Aires: INDEC, 2018c.

_____. **Condições de vida:** Incidência de la pobreza y la indigencia en 31 aglomerados urbanos (segundo semestre de 2017). Buenos Aires: INDEC, 2017.

_____. Condições de vida: incidencia de La pobreza y la indigencia en 31 aglomerados urbanos. v. 3. n. 59. Buenos Aires: INDEC, 2019.

IPEA. **Mercado de trabalho:** conjuntura e análise (abril de 2018). IPEA. Ministério do Trabalho. Brasília. 2018.

_____. **A nova plataforma da vulnerabilidade social:** primeiros resultados do índice de vulnerabilidade social para série histórica da PNAD (2011-2015) e desagregações por sexo, cor e situação de domicílios. IPEA. 2018c.

_____. **Brasil 2035:** cenários para o desenvolvimento. Brasília: IPEA: ASSECOR, 2017.

_____. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros.** Brasília: IPEA, 2015.

JOHNSON, G. **A quimera democrática na América Latina:** o Brasil sob o império. Dourados: Ed. UFGD, 2013.

_____.; SOLER, L; GONÇALVES, A. H. “Virada à direita” na Argentina e no Brasil: diálogos com a América Latina. In: VI Seminário Internacional América Platina, 2016, Campo Grande. **Anais:** Campo Grande: América Platina, 2016.

KALTWASSER, C. R. La derecha en América Latina y su lucha contra la adversidad. **Nueva Sociedad.** n. 254. pp. 34-45. 2014.

KLEIN, N. **A doutrina do choque:** a ascensão do capitalismo de desastre Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KRAH, F. A. **Urban thinkers**: healthy and just cities for children and youth. Geneva: World Vision. World Urban Campaign, 2015.

KREIN, J. D.; PRONI, M. Economia informal: aspectos conceituais e históricos. Brasília: OIT, 2008.

_____. As reformas são a falsa promessa de modernização e crescimento. **Rev. IHU**. n. 535. 2019.

LAVINAS, L. Crise: ocasião para ajustes progressivos e inclusivos. In.: BISPO, C. R.; MUSSE, J. S.; VAZ, F. T. MARTINS, F. J. **Crise financeira mundial**: impactos sociais e no mercado de trabalho. Brasília: ANFIP, 2009.

LEAL, A. C. JÚNIOR, A. T.; ALVES, N.; GONÇALVES, M. A.; DIBIEZO, E. P. A reinserção do lixo na sociedade do capital: uma contribuição ao entendimento do trabalho na catação e na reciclagem. **Rev. Terra Livre**, n. 18. 2004.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.

LIMA, I. C. C.; AZEVEDO, J. M.; LIMA, E. C. A. A ideologia da salvação na construção da imagem pública de Jair Messias Bolsonaro. In.: IV Simpósio Nacional de Linguagens e Gêneros Textuais. **Anais**: IV Simpósio Nacional de Linguagens e Gêneros Textuais. Campina Grande, 2017.

LOPES, L. **Gestão e gerenciamento integrados dos Resíduos Sólidos Urbanos**: alternativas para pequenos municípios. São Paulo: USP, 2006. (Dissertação de Mestrado em Geografia).

LUCCA, J. B.; PINILLOS, C. **Política Latinoamericana Comparada**. Rosario: UNR Editora, 2015.

MACHADO, C. F. **Incineração**: uma análise do tratamento térmico dos resíduos sólidos urbanos de Bauru/SP. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

MAGALHÃES, B. **Liminaridade e exclusão**: os catadores de materiais recicláveis e suas relações com a sociedade brasileira. Belo horizonte: UFMG, 2012. (Dissertação de mestrado em Antropologia).

MAIOR, J. L. S. A vez do direito social e da descriminalização dos movimentos sociais. In.: MARICATO, E. et. al. **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo. Carta Maior, 2013.

MANNARINO, C. F.; FERREIRA, J. A.; GANDOLLA, M. Contribuições para evolução do gerenciamento de resíduos sólidos urbanos no Brasil com base na experiência Europeia. **Rev. Eng. Sanit. Ambient.** v. 21. n. 2. 2016.

MANSOR, M. T. C. et. all. **Resíduos sólidos**. São Paulo: SMA, 2010.

MARCARIAN, A. Argentine unions, workers stage rainy pushback against austerity measures. 2019. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-argentina-protest/argentine-unions-workers-stage-rainy-pushback-against-austerity-measures-idUSKCN1RG1T9> (Acessado em 2304.2019 às 00h08min).

MARX, K. **O Capital**: edição condensada. São Paulo: Edipro, 2017.

MARTIN, J. A geograficidade dos movimentos socioespaciais. **Caderno Prudentino de Geografia**. n. 19, 1997.

MARQUES, L.; HENRIQUE, A.; TEIXWEIRA, D. ABÍLIO, L. **Informalidade**: realidades e possibilidades para o mercado de trabalho brasileiro. São Paulo: FPA, 2018.

MEDEIROS, A. A. A. Estado, crise econômica mundial e a centralidade do trabalho. **Rev. Direito GV**, n. 5. 2009.

MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H.; CASTRO, F. A. A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil (2006 a 2012): estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares. **Rev. Ciência e Saúde Coletiva**. n. 20. 2015.

MELO, T. S. O Estado como agente inviabilizador da diversidade territorial e dos sujeitos: um olhar para as populações tradicionais. **Rev. Espaço e tempo midiáticos**. v. 1. n. 1. 2016.

MESSEMBERG, D. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Rev. Sociedade e Estado**. v. 32. n. 32. 2017.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MIGUEL, L. F. A democracia na encruzilhada. In.: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

_____. Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. **RBCS**. n. 51. 2003.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. Violência no campo brasileiro em tempos de golpe. **Boletim DATALUTA**. n. 114. 2017.

_____. Crise do capital global, natureza e agronegócio. In.: RAMOS FILHO, E. S.; MITIDIERO JUNIOR, M. A.; SANTOS, L. R. S. **Questão agrária e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

_____.; MARTINS, C. C. Los gobiernos federales del PSD y PT, la lucha por la tierra y los asentamientos rurales en Brasil. **Rev. Alternativa**. n. 7. 2017.

_____. **A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba.** São Paulo: CRV, 2010.

MIZUSAKI, M. Y. Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena. **Rev. NERA.** n. 39. 2017.

MOLINA, F. R. Economia Argentina: Argentina recorre ao FMI após valor do peso despencar (08 de maio de 2018). 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/08/internacional/1525792674_832004.html (Acessado em 27.08.2018 às 15h23min).

MORAIS, L. A crise capitalista contemporânea e suas consequências econômicas e políticas no sistema internacional. In.: BISPO, C. R.; MUSSE, J. S.; VAZ, F. T. MARTINS, F. J. **Crise financeira mundial: impactos sociais e no mercado de trabalho.** Brasília: ANFIP, 2009.

MORAIS, V. C. **A produção do espaço na perspectiva dos movimentos sociais: um estudo a partir do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) no acampamento Denis Gonçalves.** Juiz de Fora: UFJF, 2011.

MORGAN, M. **Extreme and persistent inequality: new evidence for Brazil combining national accounts, survey and fiscal data (2011-2015).** WID Working Paper. 2017.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS - MNCR. **O que é o Movimento?** 2018a. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/o-que-e-o-movimento> (Acessado em: 02.03.2018 às 16h25min).

_____. **Organização interna.** 2018b. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/estruturas-regionais> (Acessado em: 02.03.2018 às 16h25min).

NOVARO, M. O debate contemporâneo sobre a representação política. **Rev. Novos Estudos CEBRAP**. n. 42. 1995.

OLIVEIRA, A. U. **A Geografia e os movimentos sociais**. São Paulo: EdUSP, 2007.

ONU. Argentin population. 2019. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/> (Acessado em: 15.02.2019, às 15h08min).

ONYANTA, A. **Privatizing services as if people matter**: solid waste management in Abuja, Nigeria. Uppsala: Nordic Africa Institute, 2012.

OXFAM. Uma economia para os 99%. 2017. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacoes/uma-economia-para-os-99>. (Acessado em 17.08.2018 às 14h59min).

PEDON, N. R. **Geografia e movimentos sociais**: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial. São Paulo: Ed. UNESP, 2013.

_____. **Movimentos socioterritoriais**: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica. (Tese de Doutorado em Geografia) - UNESP, Presidente Prudente, 2009.

PELATIERI, P.; CAMARGOS, R. C.; IBARRA, A.; MARCOLINO, A. Terceirização e precarização das condições de trabalho: condições de trabalho e remuneração em atividades tipicamente terceirizadas e contratantes. In.: CAMPOS, A. G. **Terceirização do trabalho no Brasil**: novas e distintas perspectivas para o debate. IPEA. Brasília, 2018.

PEÑA, F.; GONÇALVES, J. B. **Argentina y Brasil 2015**: construyendo una visión compartida. Buenos Aires: CARI - CEBRI, 2015.

PEREIRA, E. T. Boaventura de Souza Santos e a sociedade civil em tempos de globalização. **Rev. Filos**. n. 26, 2008.

PIASSI, L. M. **Estudo dos programas de reciclagem da USP/São Carlos e da UFSCar através da logística reversa e gestão do conhecimento**. USP. São Carlos, 2008. (Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil).

PINILLOS, C.; FANELLI, L. SCHREINER, F. La política comparada Latinoamericana en las publicaciones científicas: Cono sur. In.: GEARY, M.; LUCCA, J. B.; PINILLOS, C. **Política Latinoamericana Comparada**. Rosario: UNR Editora, 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO: PNUD; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA: IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO: FJP. **Desenvolvimento Humano para além das médias**: 2017. PNUD. IPEA. FJP. Brasília, 2017.

QUINA, M. M. J. **Processos de inertização e valorização de cinzas volantes**: incineração de resíduos sólidos urbanos. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2005.

RAFFESTIN, C. Território e poder. In.: **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, P. N. **Alheamento decisório eleitoral: o significado de votos em branco, votos nulos e abstenções eleitorais para democracias representativas contemporâneas**. Brasília: UNB, 2001.

REDE LATINO AMERICANA E DO CARIBE DE RECICLADORES - RED LACRE. Quienes somos: Red Lacre. Disponível em: <http://www.redrecicladores.net/somos/> (Acessado em 09.01.2018 às 14h47min).

_____. **Análisis de políticas públicas para el reciclaje inclusivo en América Latina**. RED LACRE. 2017.

RIBEIRO, R. M.; CLEPS JUNIOR, J. Movimentos sociais rurais e a luta política frente ao modelo de desenvolvimento do agronegócio no Brasil. **Rev. Campo-Território**. n. 11, 2011.

RIGITANO, M. E. C. Redes e ciberativismo: notas para uma análise do centro de mídia independente. **BOCC**. 2005.

RODRIGUES, A. M. **Produção e consumo do e no espaço**: problemática ambiental urbana. São Paulo: Hucitec, 1998.

RODRIGUES, I. D. **A dinâmica geográfica da camelotagem**: a territorialidade do trabalho precarizado. Presidente Prudente: UNESP, 2008. (Dissertação de Mestrado em Geografia).

ROSANVALLON, P. **A nova questão social**. Brasília: Inst. Teotônio Vilela, 1984.

RUIC, G. Estados Unidos abandonam o Conselho de Direitos Humanos da ONU. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/estados-unidos-abandonam-o-conselho-de-direitos-humanos-da-onu/> (Acessado em 21.05.2019 às 21h52min).

SANTOS, B. S. **A difícil democracia**: reinventar as esquerdas. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: EdUSP, 2006.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, V. L. C.; SANTOS, J. E. As redes sociais digitais e sua influência na sociedade e educação contemporâneas. **Rev. Holos**. v. 6. 2014.

SCHALCH, V.; LEITE, W. C. A.; FERNANDES JÚNIOR, J. L.; CASTRO, M. C. A. A. **Gestão e gerenciamento de Resíduos Sólidos**. São Carlos: USP, 2002.

SCHERER-WARREN, I. Redes e movimentos sociais: projetando o futuro. **Revista Brasileira de Sociologia**. v. 01. n. 01. 2013.

_____. Para uma abordagem pós-colonial e emancipatória dos movimentos sociais. In. SCHERER-WARREN, I.; LÜCHMANN, L. H. **Movimentos sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.

_____. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? **Caderno CRH**. n. 54. 2008.

_____. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In. SILVEIRA, R. L. L.; DIAS, L. C. **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.

_____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Rev. Sociedade e Estado**. n. 1. 2006.

_____. **Metodologia de redes no estudo de ações coletivas e movimentos sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SECCO, L. As jornadas de junho. In: MARICATO, E. **Cidades rebeldes**. São Paulo: Boitempo, 2013.

SILVA, A. B.; BRITES, C. M.; OLIVEIRA, E. C. R.; BORRI, G. T. A extrema-direita na atualidade. **Rev. Soc. Soc.** n. 119. 2014.

SILVA, I. D. F.; PAIVA, C. C. Ciberativismo e democracia nas redes sociais: um espaço de reivindicações e direitos. In.: XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, Mossoró, **ANAIS...** Mossoró, 2013.

SILVA, S. P.; GOES, F. L.; ALVAREZ, A. R. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável - Brasil**. Brasília: IPEA, 2013.

SILVA, K. S. N. Contribuição teórica da Geografia à compreensão dos movimentos sociais urbanos. **Rev. Movimentos sociais e dinâmicas espaciais**. n. 1, 2012.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOLANO, E.; MANZO, B. P.; NOVAES, W. **Mascarados**: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

SOLER, L. Golpes de Estado em Siglo XXI. Un ejercicio comparado Haití (2004), Honduras (2009) y Paraguay (2012). **Cadernos PROLAM/USP**. n. 26. P. 79-92. 2015.

SORROCHE, S. **Gubernamentalidad global y vernaculización en la gestión de residuos**: análisis etnográfico desde la experiencia de cooperativas de cartoneros en el Gran Buenos Aires. Buenos Aires: UBA, 2015. (Tese de Doutorado em Antropologia).

SOUZA, J. **A tolice da inteligência brasileira**. São Paulo: Leya, 2015.

SOUZA, P. H. **A desigualdade vista do topo**: a concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926-2013). Brasília: UnB, 2016.

SNYDER, T. **Sobre a tirania**. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

SVAMPA, M. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Rev. Nueva Sociedad**. n. 244. 2013.

VAINER, C. Quando a cidade vai às ruas. In.: MARICATO, E. **Cidades rebeldes**. São Paulo: Boitempo, 2013.

TORRIJOS, G. S. **In the Shadow of the United States**: democracy and regional order in the Latin Caribbean. Irvine: BrownWalker Press, 2008.

TOSIN, G. Subsídios para estudos sobre transcrição de poesia em ambientes digitais. **Rev. Texto Digital**. v. 7. n. 2. Florianópolis, 2011.

VAZ, F. T. Uma contribuição para o debate político sobre a crise de 2008 e as suas consequências. In.: BISPO, C. R.; MUSSE, J. S.; VAZ, F. T. MARTINS, F. J. **Crise financeira mundial: impactos sociais e no mercado de trabalho**. Brasília: ANFIP, 2009.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2012.

VITACHI, J. R. S.; BONI, P. C. Londrina revisitada: a fotografia como registro histórico. In: II Encontro Nacional de Estudos de Imagem, 2009, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2009.

VITTO, D.; COCATO, G. P. Buenos Aires: a brief approach about your space organization. **Rev. Geographia Opportuno Tempore**. Londrina. UEL, 2014.

WESTPHAL, N.; PFEFFER, K. **Decent work in waste management: a base study in the ward contractor system in the city of Windhoek**. Geneva: ILO, 2013.

WIEGO - WOMEN IN INFORMAL EMPLOYMENT: GLOBALIZING AND ORGANIZING. Waste pickers: the right to be recognized as workers. **ANAIS: 102nd** Session of the International Labour Conference, Genève, 2013.

_____. O que é WIEGO? 2017a. Disponível em: <http://www.wiego.org/portugues> (Acessado em: 05.09.2017 às 18h05min).

_____. WIEGO Offices. 2017b. Disponível em: <http://www.wiego.org/contact> (Acessado em: 05.09.2017 às 18h05min).

WOOD, E. M. **The demos versus ‘we, the people’: form ancient to modern conceptions of citizenship**. Cambridge, Cambridge University Press, 1995.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZANTA, V. M.; FERREIRA, C. F. A. Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos urbanos. In: BORGES, A.C., ET AL. (Org.). **Resíduos Sólidos Urbanos:** Aterro Sustentável para Municípios de Pequeno Porte. 1ed. v. 1, p. 1-18. Rima Artes e Textos. São Carlos SP, 2003.

ZIGLIO, L.; MILANI, I; PASCHOALINO, A. Redes socioambientais transnacionais: Red Latinoamericana de recicladores. **Rev. Geográfica de América Central.** 2011.

ANEXO A

**TRABALHADORES CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO BRASIL E
NA ARGENTINA: UM ESTUDO COMPARADO SOBRE OS MOVIMENTOS
SOCIAIS E SUAS REDES.**

QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO

Local: _____ Data: _____
Instituição: _____
Entrevistado: _____
Cargo: _____
Telefone: _____
E-mail: _____

1. Número de trabalhadores catadores no País (estimado).
2. Número de associados/afiliados a instituição.
3. De que forma é estabelecida a direção da instituição? (eleição, indicação, aclamação).
4. Como a instituição representa a classe laboral junto ao governo?
5. Como a instituição representa a classe laboral junto a empresas?
6. Como a instituição representa a classe laboral junto a órgãos internacionais (MERCOSUL, ONU, OEA, etc.)?
7. Como a instituição se comunica/atua com os associados/afiliados?
8. Como a instituição se comunica/atua com a classe laboral ao todo?
9. Como a instituição se comunica/atua com outras instituições (ONGs, sindicatos, etc.)?
10. Como a instituição se mantém financeiramente?
11. Utilizam-se da internet? De que forma?
12. A instituição realiza protestos? De que forma? Como se mobiliza?
13. Qual a importância da cidade para o movimento e a classe laboral?
14. A instituição faz parte de alguma rede? Qual? É uma rede local, nacional ou internacional?
15. Como a instituição atua nesta rede? Há encontros presenciais?
16. Conhecem/colaboram com a (MNCR/FACCyR)? Como?
17. Conhecem/colaboram com outros movimentos sociais (campeiros, feminista, etc.)? Como?
18. Qual é a situação geral dos trabalhadores catadores neste país hoje?
19. As legislações pertinentes existem? Funcionam adequadamente? Há recursos?
20. A sociedade/população apoia a causa dos catadores?
21. Os políticos/governo apoiam a causa dos catadores?
22. A mídia local apoia a causa dos catadores? Como/por quê?
23. O MERCOSUL apoia de alguma forma esta instituição?
24. Tem havido avanços nas conquistas do movimento? Quais? Como ocorreram?
25. Quais as perspectivas de futuro da instituição e da classe laboral?

ANEXO B

TRABAJADORES CATADORES DE MATERIALES RECICLABLES EN BRASIL Y EN ARGENTINA: UN ESTUDIO COMPARADO SOBRE LOS MOVIMIENTOS SOCIALES Y SUS REDES.

CUESTIONARIO SEMI-ESTRUCTURADO

Lugar: _____ Fecha: _____
Institución: _____
Entrevistado: _____
Posición: _____
Teléfono: _____
E-mail: _____

1. Número de trabajadores recolectores en el país (estimado).
2. Número de asociados / afiliados a la institución.
3. ¿De qué forma se establece la dirección de la institución? (elección, indicación, aclamación).
4. ¿Cómo la institución representa la clase laboral junto al gobierno?
5. ¿Cómo la institución representa la clase laboral junto a empresas?
6. ¿Cómo la institución representa la clase laboral ante organismos internacionales (MERCOSUR, ONU, OEA, etc.)?
7. ¿Cómo se comunica / actúa con los asociados / afiliados?
8. ¿Cómo se comunica / actúa con la clase laboral en su totalidad?
9. ¿Cómo se comunica / actúa con otras instituciones (ONG, sindicatos, etc.)?
10. ¿Cómo la institución se mantiene financieramente?
11. ¿Se utilizan en Internet? ¿De que forma?
12. ¿La institución realiza protestas? ¿De que forma? ¿Cómo se moviliza?
13. ¿Cuál es la importancia de la ciudad para el movimiento y la clase laboral?
14. ¿La institución forma parte de alguna red? ¿Qué? ¿Es una red local, nacional o internacional?
15. ¿Cómo actúa la institución en esta red? ¿Hay encuentros presenciales?
16. ¿Conocen / colaboran con (MNCR / FACCyR)? ¿Cómo?
17. ¿Conocen / colaboran con otros movimientos sociales (campesinos, feministas, etc.)? ¿Cómo?
18. ¿Cuál es la situación general de los trabajadores recolectores en este país hoy?
19. ¿Existen las legislaciones pertinentes? ¿Funcionan adecuadamente? ¿Hay recursos?
20. ¿La sociedad / población apoya la causa de los recolectores?
21. ¿Los políticos / gobierno apoyan la causa de los recolectores?
22. ¿Los medios locales apoyan la causa de los recolectores? ¿Cómo / por qué?
23. ¿El MERCOSUR apoya de alguna forma esta institución?
24. ¿Ha habido avances en las conquistas del movimiento? ¿Qué? ¿Cómo ocurrieron?
25. ¿Cuáles son las perspectivas de futuro de la institución y de la clase laboral?

ANEXO C



CARTA DE BRASÍLIA

1º CONGRESSO NACIONAL DO MNCR EM 2001

Os participantes do **1º CONGRESSO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS**, realizado em Brasília nos dias 4, 5 e 6 de junho de 2001, que contou com a participação de 1.600 congressistas, entre catadores, técnicos e agentes sociais de dezessete estados brasileiros, e os 3.000 participantes da **1ª MARCHA NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA**, no dia 7 de junho do mesmo ano, apresentam a toda a sociedade e às autoridades responsáveis pela implantação e efetivação das políticas públicas, as reivindicações e propostas que seguem. E o fazem contando com a força nascida de um longo processo de articulação, apoiado pelo **Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua**, que teve seu ponto alto no 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, realizado em Belo Horizonte, MG, em novembro de 1999, onde decidiu-se pela organização do presente Congresso.

Conscientes da nossa cidadania e da importância do trabalho que desenvolvemos e das tecnologias por nós elaboradas, já qualificadas em mais de cinco décadas de atuação cotidiana, tomamos a iniciativa de apresentar ao Congresso Nacional um ante-projeto de lei que regulamenta a profissão **catador de materiais recicláveis** e determina que o processo de industrialização (reciclagem) seja desenvolvido, em todo o país, prioritariamente, por empresas sociais de catadores de materiais recicláveis.

Em relação ao Poder executivo, propomos:

- 1.1 – Garantia de que, através de convênios e outras formas de repasse, haja destinação de recursos da assistência social para o fomento e subsídios dos empreendimentos de Catadores de Materiais Recicláveis que visem sua inclusão social por meio do trabalho.
- 1.2 - Inclusão dos Catadores de Materiais Recicláveis no Plano Nacional de Qualificação Profissional, priorizando sua preparação técnica nas áreas de gestão de empreendimentos sociais, educação ambiental, coleta seletiva e recursos tecnológicos de destinação final.
- 1.3 - Adoção de políticas de subsídios que permitam aos Catadores de Materiais Recicláveis avançar no processo de reciclagem de resíduos sólidos, possibilitando o aperfeiçoamento tecnológico dos empreendimentos com a compra de máquinas e equipamentos, como balança, prensas etc.
- 1.4 - Definição e implantação, em nível nacional, de uma política de coleta seletiva que priorize o modelo de gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos, colocando os mesmos sob a gestão dos empreendimentos dos Catadores de Materiais Recicláveis.
- 1.5 - Garantia de que a política de saneamento tenha, em todo o país, o caráter de política pública, assegurando sua dimensão de bem público. Para isso, sua gestão deve ser responsabilidade do Estado, em seus diversos níveis de governo, em parceria com a sociedade civil.
- 1.6 - Priorização da erradicação dos lixões em todo o país, assegurando recursos públicos para a transferência das famílias que vivem neles e financiamento para que possam ser implantados projetos de geração de renda a partir da coleta seletiva. E que haja destinação de recursos do programa de **Combate à Pobreza** para as ações emergenciais.

2 - Em relação à cadeia produtiva:

- 2.1 – Garantir nas políticas de financiamentos e subsídios, que os recursos públicos sejam aplicados, prioritariamente, na implantação de uma política de industrialização dos materiais recicláveis que priorizem os projetos apresentados por empresas sociais de Catadores de Materiais Recicláveis, garantindo-lhes acesso e

domínio sobre a cadeia da reciclagem, como estratégia de inclusão social e geração de trabalho e renda.

3 – Em vista da cidadania dos Moradores(as) de Rua

3.1 – Reconhecimento, por parte dos governos, em todos os níveis e instâncias, da existência da População de Rua, incluindo-a no Censo do IBGE e garantindo em lei a criação de políticas específicas de atendimento às pessoas que vivem e trabalham nas ruas, rompendo com todos os tipos de discriminação.

3.2 – Integração plena da População de Rua na política habitacional que garanta e subsidie a construção de casas em áreas urbanizadas, e que parta da recuperação e desapropriação dos espaços ociosos nos centros das cidades, garantindo-lhes o ***direito à cidade***.

3.3 - Priorização da geração de oportunidades de trabalho, com garantia de acesso a todos os direitos trabalhistas, aos Moradores de Rua, superando especialmente as discriminações originadas na falta de domicílio e/ou na indicação de endereços de albergues.

3.4 – Promoção de políticas públicas de incentivo às associações e cooperativas de produção e serviços para e com os Moradores de Rua.

3.5 – Garantia de acesso à educação de todos os Moradores de Rua, especialmente das crianças, em creches e escolas, independente de comprovante de residência, possibilitando também a inclusão das famílias que moram nas ruas no programa Bolsa-Escola.

3.6 – Inclusão dos Moradores de Rua no Plano Nacional de Qualificação Profissional, como um segmento em situação de vulnerabilidade social, garantindo seu encaminhamento a formas de trabalho que geram renda.

3.7 - Garantia de atendimento no Sistema Único de Saúde - SUS aos Moradores de Rua, abrindo também sua inclusão nos programas especiais, como “saúde da família” e similares, “saúde mental”, DST/AIDS/HIV e outros, instituindo “casas-abrigo” para apoio dos que estão em tratamento.

Frente à significativa representação destes eventos, não temos mais dúvidas quanto à força e importância de nosso movimento e acreditamos que a transformação da realidade atual, será progressiva e crescente.

Acreditamos que a partir deste momento o Estado e a sociedade brasileira não terão condições de negar o valor do nosso trabalho. Lutaremos para alcançar maior autonomia e condições adequadas para exercer nossa profissão, comprometendo Estado e sociedade na construção de parcerias com nossas associações e/ou cooperativas de trabalho.

Trabalharemos cotidianamente pela erradicação do trabalho infantil e do trabalho nos lixões, colocando nossa força e nossas tecnologias à serviço da preservação ambiental e da construção de uma sociedade mais justa.

Pelo fim dos lixões!
Reciclagem feita pelos catadores, já!

Brasília, junho de 2001.